



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISIBILIDADE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO PROJETO CURUPIRA

Dalmir Pacheco de Souza

Manaus-Am
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DALMIR PACHECO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISIBILIDADE DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO PROJETO CURUPIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Iolete Ribeiro da Silva.

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Souza, Dalmir Pacheco de.

C353f

Políticas Públicas e a Visibilidade da Pessoa com Deficiência: Estudo de Caso do Projeto Curupira. Manaus: UFAM, 2014.

197 f.; il. color.

Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2014.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Iolete Ribeiro da Silva.

1. Políticas Públicas 2. Deficiência 3. Inclusão
4. Acessibilidade I. Silva, Iolete Ribeiro da
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDD 381(852.4)(054.5)

DALMIR PACHECO DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO PROJETO CURUPIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Iolete Ribeiro da Silva.

Aprovado em 19/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iolete Ribeiro da Silva – Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Maria Almeirinda Souza Matos – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Fernandes Martins – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro – Membro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

Prof.^a Dr.^a Adinete Sousa da Costa Mezzalira – Membro
Pontifícia Universidade Católica – PUC/Campinas-SP

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, Luiz Gomes de Souza, meu
amigo e companheiro, por toda a vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Iolete Ribeiro da Silva, minha orientadora, pela paciência, em me acompanhar nesta longa caminhada.

A professora Maria Almerinda Souza Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD) /UFAM, ao conceder a bolsa da CAPES, que deu suporte as atividades desta pesquisa.

A professora Lucia Tinoco, pelas sugestões e ideias, nos momentos de extremo vazio de caminhos a seguir.

A professora Naiva Batista, fiel companheira, presente nos momentos de suporte textual.

A equipe do Projeto Curupira, na pessoa de Yani Saionara e Luis Pacheco, alma e corpo do projeto.

A Roberto Gilonna Júnior e Silvia Janaína Pimentel, responsáveis pelo levantamento e compilação de dados.

A minha mãe Otilia Pacheco, com quem pude compartilhar as particularidades inerentes a esta fase da minha vida.

Aos meus filhos, David Pacheco, Lucas Pacheco e Larissa Pacheco, que compreenderam o desaparecimento do pai, durante o período da pesquisa.

Agradeço a Deus e São Francisco, por me conceder paz de espírito, força e determinação em todos os momentos.

Por fim, a música de Roberto Carlos, que redescobri nas longas madrugadas de estudo.

Só o que tenho a dizer é – Muito Obrigado!

RESUMO

Esta Tese tem por objetivo analisar a importância das políticas públicas como promotoras da visibilidade social das pessoas com deficiência. O relatório “*World Report on Disability*” de 2011, produzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Banco Mundial (BRASIL, 2012a), indica que existem no mundo cerca de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, são 23,9% de pessoas, com dificuldades auditivas, visuais, físicas ou intelectuais, nos colocam diante de uma realidade, na qual a acessibilidade passa a ser tema de primeira ordem na agenda nacional. A tese é de que, embora nascidas no cerne de uma sociedade pautada tanto por um padrão do perfeito e da normalidade quanto por uma lógica mercadológica, caracterizada pela concorrência e a busca incessante do lucro, as políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação têm possibilitado à pessoa com deficiência a conquista da autonomia e da cidadania, contribuindo, portanto, de modo contundente, para o seu processo de visibilidade social. O trabalho teve como objetivo principal investigar as políticas públicas em educação e trabalho para Pessoa com Deficiência e sua consequente visibilidade social, tomando como estudo de caso, o Projeto Curupira do Instituto Federal do Amazonas, no período de 2008 a 2012. Seus objetivos específicos foram: Conhecer a problemática do sujeito com deficiência em diferentes fases da história humana e o processo de visibilidade social; Estudar as Políticas Públicas enquanto instrumento de construção da visibilidade social da pessoa com deficiência, através do acesso ao trabalho e à educação; Analisar a atuação na cidade de Manaus, do Projeto Curupira, núcleo de acessibilidade e educação inclusiva, que desenvolve a formação profissional de pessoas com deficiência. A pesquisa é de caráter descritivo e emprega uma abordagem qualitativa, com dados obtidos através da análise documental. Os números alcançados pelo projeto, são de grande relevância, quando materializa, a visibilidade da pessoa com deficiência, através da política de inclusão escolar profissionalizante. Ressalta-se também, os resultados atingidos na formação de profissionais em educação especial, produção de trabalhos e eventos científicos, certificação profissional de pessoas com deficiência, produção de materiais didáticos acessíveis e tecnologia assistiva. O paradigma inclusivo, adotado pelo Projeto Curupira, se afasta da visão caritativa e médica, onde o indivíduo tinha que se adaptar ao ambiente, e transfere as limitações aos objetos, espaços e atitudes inacessíveis. Se o ambiente não é deficiente, e possui acessibilidade, então todos podem ir e vir plenamente.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Deficiência. Inclusão. Acessibilidade.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objectif d'analyser l'importance des politiques publiques en tant que promoteurs de visibilité sociale des personnes handicapées. Le rapport « Monde rapport sur le handicap » de 2011, produit par l'Organisation mondiale de la santé (OMS) et la Banque mondiale (Royaume-Uni, 2012), indique qu'il existe dans le monde environ 1 milliard de personnes avec un certain type de handicap. Au Brésil, sont 23,9 % de la population, dure de lieu auditif, visuel, physique ou mental, nous face à une réalité, en accessibilité devient un thème de premier ordre dans l'ordre du jour national. La thèse est que, bien que né dans le cœur d'une société marquée par un modèle parfait et la normalité comme une logique de marché, caractérisée par la concurrence et de la poursuite sans relâche de profit, liées au travail politique publique et éducation ont permis à la personne handicapée à conquérir l'autonomie et la citoyenneté, contribuant donc à agressivement pour votre processus de visibilité sociale. Le travail a pour principal objectif d'enquêter sur les politiques publiques dans l'éducation et de travail pour personne ayant une déficience et leur visibilité sociale qui en découle, en prenant pour une étude de cas, le projet de l'Institut fédéral de Amazonas Curupira, au cours de la période 2008-2012. vos objectifs spécifiques sont : pour répondre au problème du sujet souffrant d'un handicap à différentes étapes de l'histoire humaine et du processus de visibilité sociale ; Étude des politiques publiques comme un outil de renforcement de la visibilité sociale de la personne handicapée, par le biais de l'accès au travail et à l'éducation ; Analyser les performances dans la ville de Manaus, Curupira, accessibilité de conception de base et de l'éducation intégratrice, qui développe la formation professionnelle des personnes handicapées. La recherche est de caractère descriptif et emploie une approche qualitative, avec les données obtenues par l'analyse de documents. Les chiffres obtenus par le projet sont d'une grande importance, lorsque ils matérialisent la visibilité de la personne handicapée par le biais de la politique d'inclusion école professionnelle. Mettre en évidence les résultats obtenus dans la formation de professionnels en éducation spécialisée, de la production des travaux et des manifestations scientifiques, certification professionnelle des personnes handicapées, production de matériel didactique avec accessibilité et technologies accessibles et fonctionnels. Le paradigme inclusif adopté par Projet Curupira, s'écarte de vision charitable et médicale, auquel cas la personne devait s'adapter à l'environnement et les limites de transfert d'objets, les espaces et les attitudes inaccessibles. Si l'environnement n'est pas désactivé et il a l'accessibilité, tous les peut aller et venir pleinement.

Mots-clés: Public Policy. Handicap. Insertion. Accessibilité.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the significance of the public policies such as promoting policies of social visibility of disabled people. The report released in 2011, "*World Report on Disability*", produced by the World Health Organization (WHO) and by the World Bank Group (BRAZIL, 2012) indicates that exist in the world around one billion people with disability. There are 23.9% of people with hearing, visual, physical or intellectual disabilities in Brazil, which provides us a reality that the accessibility becomes an urgent theme on the national agenda. The thesis emphasizes that although born in the heart of a society based both in a standard of perfection and normality as by a market logic which is characterized by the competition and the relentless pursuit of profit, public policies related to work and education have enabled to the person with disability the conquest of autonomy and citizenship thus contributing forcefully to the process of social visibility. The work had the goal to investigate public policies in education and work for a Person with Disabilities and its consequent social visibility taking as case study the Curupira Project of the Federal Institute of Amazonas from 2008 to 2012. Its specific goals were: Knowing the problem of the person with disabilities in different stages of human history and the process of social visibility; Studying the Public Policy as an instrument for constructing social visibility of people with disabilities through the access to work and education; Analyzing the performance of Manaus city and the Curupira Project which is a group of accessibility and inclusive education that develops the vocational training for people with disabilities. The research is descriptive and have a qualitative approach that includes data obtained from document analysis. The numbers reached by the project are important when materializes the visibility of people with disabilities through vocational school inclusion policy. It should be also noted the results reached in the training of professionals in special education, the work production and scientific events, the professional certification of people with disabilities, the accessible educational materials production and assistive technology. The inclusive paradigm adopted by Curupira Project turns away from the charitable and medical vision where the person had to adapt to environment and transfers the limitations to objects, inaccessible areas and attitudes. If the environment is not deficient and has accessibility, so everyone can totally come and go.

Key-words: Public policies. Disability. Inclusion. Accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Projeto Curupira	139
Figura 2 – Desenho metodológico das acessibilidades abordadas pelo Projeto Curupira/IFAM	142
Figura 3 – Estruturação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas – APOEMA/ IFAM	152
Figura 4 – Livro Minha Tabuada em LIBRAS	153
Figura 5 – Livro Paradidático Negrinho e Solimões	154
Figura 6 – Cartilha Superdicas de Bolso: como lidar, abordar e conviver com a pessoa com deficiência	154
Figura 7 – Manual Passo a Passo para construção de materiais pedagógicos acessíveis	155
Figura 8 – Livro de Audiodescrição: primeiros passos na sala de aula	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de alfabetização de pessoas com pelo menos uma deficiência, por regiões (%)	63
Gráfico 2 – Público atingido pelo Projeto Arumã/ IFAM em sua 1ª edição	151
Gráfico 3 – Público atingido pelo Projeto Arumã/ IFAM em sua 2ª edição	151
Gráfico 4 – Pessoas com deficiência encaminhadas ao mercado de trabalho pelo Projeto Curupira/ IFAM no ano de 2012	170
Gráfico 5 – Público em geral alcançado pelo Projeto Curupira (2008-2012)	171
Gráfico 6 – Pessoas com deficiência alcançadas pelo Projeto Curupira/IFAM através dos cursos realizados no período de 2008-2012	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de empregabilidade, proporção com deficiência e não deficientes	64
Tabela 2 – Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no CEFET-AM	143
Tabela 3 – cursos ofertados em 2008	158
Tabela 4 – cursos ofertados em 2009	158
Tabela 5 – cursos ofertados em 2010	159
Tabela 6 – cursos ofertados em 2011	159
Tabela 7 – cursos ofertados em 2012	160
Tabela 8 – Telesserviços - 2008	161
Tabela 9 – Informática básica - 2009	162
Tabela 10 – Informática básica - 2010	163
Tabela 11 – Informática básica e intermediária - 2011.....	164
Tabela 12 – Informática básica, avançada e intermediária - 2012	164
Tabela 13 – Técnicas administrativas - 2009	165
Tabela 14 – Técnicas administrativas - 2010	166
Tabela 15 – Assistente administrativo - 2011	166
Tabela 16 – Assistente administrativo - 2012	167
Tabela 17 – Evolução geral dos cursos entre 2008 a 2012	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
1 DO INVISÍVEL AO VISÍVEL: HISTÓRIA, CONCEITOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA	23
1.1 A Invisibilidade, a Deficiência e a Sociedade: Caminhada Histórica	23
1.2 Deficiência e Política Pública: Conceitos e Classificações	44
1.3 Para identificar as diferentes Deficiências	46
1.3.1 Classificação, Estrutura e Tipos de Deficiência	48
1.3.2 Tipos de Deficiência	53
1.4 As questões recentes da Deficiência: Estimativas e Necessidades	60
CAPÍTULO 2	
2 A TESSITURA DA VISIBILIDADE DA DEFICIÊNCIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E TRABALHO	68
2.1 O Estado: Origens e Definições	70
2.2 Políticas Públicas: Origens, Definições, Tipos e Ciclos	77
2.2.1 Definições e Origens da Política Pública	77
2.2.2 Políticas Públicas: Tipos e Ciclos	80
2.2.3 Políticas Públicas e Subjetividade	83
2.3 Políticas de Inclusão em Educação e Trabalho no Brasil	89
2.3.1 Educação: Da Diversidade às perspectivas da Escola Inclusiva atual	91
2.4 Surgimento da Educação Especial – Mundo	93
2.5 Brasil e a Educação Especial	96
2.6 A inclusão pela Profissionalização e pelo acesso ao Trabalho	109
2.6.1 A Lei de Cotas – 8.213/91	114
3 DEFICIÊNCIA E A VISIBILIDADE POSSÍVEL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO IFAM	121
3.1 O Estado do Amazonas e a Pessoa com Deficiência	124
3.2 Instituto Federal do Amazonas e a Promoção da Acessibilidade	128
3.2.1 O Programa TECNEP	131
3.2.2 Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs)	133
3.2.3 Programa INCLUIR e a implantação do Projeto Curupira no IFAM	136
3.3 O Projeto Curupira e a Promoção da Acessibilidade no IFAM	138
3.3.1 Projeto Arumã – Curso de Educação Especial	150
3.3.2 Projeto Apoema – Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM	151
3.4 Encaminhamento para o Emprego	170
CONCLUSÃO	173
TECENDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	181
ANEXOS	192

INTRODUÇÃO

Temas como inclusão, igualdade, preconceito, discriminação e acessibilidade sempre estiveram presentes na história da humanidade. Isto nos coloca diante de um cenário marcado pela diferença e diversidade, o que nos leva ao debate constante em relação ao respeito das individualidades, pois assim se apresentam todos os seres, naturalmente heterogêneos, variados, distintos. Se assim é, então ser diferente é natural, e aí está toda a riqueza humana. Logo, Pessoas com Deficiência (PcD)¹, também são parte dessa paisagem caracterizada pela dessemelhança, e a compõem com suas particularidades, virtudes e fraquezas, como quaisquer outros seres humanos.

O relatório “*World Report on Disability*” (BRASIL, 2012c), produzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Banco Mundial (BRASIL, 2012a), indica que existem no mundo cerca de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência. Organizado a partir de um parâmetro transversal, compreende dados referentes à saúde, direitos humanos e desenvolvimento, o que o torna peça obrigatória na orientação de políticas públicas, elaboração de legislação pertinente e como suporte para reivindicações sociais dessa parcela da população, que assim como os demais almejam acesso à educação, saúde, moradia, transporte e segurança.

¹ A despeito da polêmica em torno da denominação mais adequada, usaremos esta expressão, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006 (BRASIL, 2012a), e a sigla PcD, utilizada atualmente, em grande parte dos documentos oficiais no Brasil.

Esse documento compreende e sugere variados encaminhamentos quanto à atenção a ser dispensada às pessoas com deficiência, nas mais variadas infratexturas² de convivência humana, o que abre novos horizontes para a participação dessas pessoas na sociedade, muitas vezes, marcadas pela falta de oportunidades, retrato do modo como foi encarada a deficiência através dos tempos.

De acordo com Cidade (2001) e Mazzota (2011), no decorrer da história humana, foram diversas as maneiras assumidas pela sociedade em relação aos grupos minoritários. Tais atitudes foram se alterando por influência de fatores econômicos, culturais, filosóficos e científicos. Dependendo das condições vividas, políticas, econômicas ou religiosas, a sociedade em questão considerava as pessoas com deficiência, como detentoras de bons ou maus espíritos. Dessa forma, as pessoas com deficiência foram tratadas de forma diferenciada, pois estavam sujeitas ao espírito do seu tempo, podendo ser enaltecidas, segregadas ou descartadas.

Grécia, Roma, Egito, e todas as sociedades antigas empregaram maneiras diversas no trato do indivíduo com deficiência; dos cultos ao corpo perfeito e do desprezo pelo imperfeito, até a encarnação de poderes sobrenaturais, chega-se ao assistencialismo cristão. Assim, todo tipo de atitude foi dispensado ao diferente e anormal, que muitas vezes ficava subordinado à atração pública, por ser exótico, ou a segregação, por ser anômalo. Esta situação perdura até meados do século XX, quando os primeiros ventos de valorização da pessoa humana começam a soprar, originados nos movimentos de inclusão e apoiados nos aportes legais internacionais.

A conquista dos Direitos Universais do Homem de 1948 (BRASIL, 2014b), após a Segunda Guerra Mundial, seguida da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (BRASIL, 2013c), aprovada pelas Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971, foram os primeiros passos visíveis nessa direção. Essas iniciativas provocaram a criação de uma legislação robusta e, por consequência, a exigência de políticas públicas contemporâneas, com o desafio de promover uma educação para a convivência, que contemplasse a diversidade cultural, a heterogeneidade e a inclusão de todos os cidadãos na sociedade.

² Utilizaremos este termo, em grande parte do trabalho, pois vai ao encontro do sentido que desejamos alcançar quando nos referimos a inter-relação e intra-relação das diferentes esferas da sociedade. O mesmo nos remete ao entendimento do pensamento complexo de Edgar Morin (1990).

A Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990 (BRASIL, 2013g), em Jomtien, Tailândia, convocada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial, resultou em consenso para a ampliação de oportunidades educacionais para crianças, jovens e adultos, independentemente de suas condições biopsicossociais. A Educação Especial é impulsionada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais – Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca em 1994 (BRASIL, 2013a), e da qual resultou a Declaração de Salamanca e Linha de Ação, que define princípios, política e prática, bem como as diretrizes para o atendimento às pessoas com necessidades especiais.

A partir de então, as pessoas com deficiência passam a trilhar um longo e lento processo de busca pelo respeito e resguardo de seus direitos individuais. O surgimento de novas concepções jurídico-políticas e filosóficas, bem como a ação constante pela valorização dos direitos humanos, oportunizou o debate sobre os conceitos de igualdade de oportunidades, do direito à diferença, da solidariedade, da acessibilidade e da justiça social, fato que determinou o germinar de uma nova mentalidade e a elaboração de políticas públicas de relevante significado.

No Brasil, os anos 80 foram generosos na construção de aparatos legais que serviram de base para o processo de inclusão, a começar pela Constituição da República (BRASIL, 1988), que dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, § III). A Lei n. 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2013b) - norteia a abordagem inclusiva para os sistemas de ensino, dedicando um capítulo à Educação Especial (cap. V). Outro documento é a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2013e). Em 2008 o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2013f), que em consonância com os avanços do conhecimento e das lutas sociais, busca instituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos, com ênfase no atendimento ao alunado com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

O Brasil, desta forma, através dos acordos internacionais, foi signatário de inúmeros documentos que dão apoio à inclusão social da pessoa com deficiência e à implementação de políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade. No caso da sociedade brasileira, os dados do IBGE de 2010 (BRASIL, 2012b) indicam que 23,9 %, de sua população têm algum tipo de deficiência. Como podemos ver, aproximadamente um quarto da população, necessita de políticas distintas que atendam as áreas de educação, trabalho, moradia, saúde, transporte, lazer, e que tenham como consequência possível, o exercício pleno da cidadania.

A caminhada rumo à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira, durante longos anos, se mostrou lenta e desarticulada. Este cenário começa a mudar no decorrer das duas últimas décadas do século passado, e início do século XXI, quando o movimento pela inclusão ganhou visibilidade, projetando avanços sociais significativos. E muito se deve ao protagonismo das pessoas com deficiência, que saíram da condição de seres invisíveis e tutelados, e passaram a participar dos debates de criação e implantação das políticas públicas nas mais diversas infratexturas sociais, conquistando espaços antes inatingíveis, materializando na essência o lema “nada sobre nós, sem nós³”.

Os 23,9% de brasileiros (BRASIL, 2012b), com dificuldades auditivas, visuais, físicas ou intelectuais, nos colocam diante de uma realidade, na qual a acessibilidade passa a ser tema de primeira ordem na agenda nacional. Diante dos números, é quase impossível ignorar os outrora invisíveis socialmente, pois assim como os outros cidadãos, necessitam ter acesso aos seus direitos, neste caso em particular, de procedimentos diferenciados que permitam a inclusão, a começar pelo reconhecimento como seres humanos dotados de potencialidades.

³ Frase usada no artigo "NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: algumas reflexões sobre o movimento das pessoas com deficiência na África do Sul", por William Rowland no qual conta que, em 1981, o Governo se recusou a reconhecer o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e que, em 1986, à revelia das próprias pessoas com deficiência, proclamou convenientemente o Ano das Pessoas Deficientes da África do Sul. Em <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres [...] A invisibilidade pública é como estupro da alma (ninguém nos vê e, entretanto, sentimo-nos dissecados e ressecados pelos outros). A invisibilidade pública não se constitui como fenômeno ótico. A invisibilidade pública é a forma mais aterrorizante de nos sentirmos visíveis. Sabemos que estamos ali, é fato. “Sentir-se invisível, publicamente, é ter sentimento de que estamos desfeitos, desfeitos interiormente e profundamente vulneráveis, forçados em nossas janelas, quebrados em nossas trancas, arrombados em nossas portas” (COSTA, 2004, p. 63-177).

A existência de um aporte legal significativo, tanto internacional como nacional, nos fez indagar como tudo isso se manifestou no dia a dia das pessoas com deficiência. Afinal, como esse sujeito foi visto durante a história da humanidade? Será que, em meio século de debates, discussões e planejamentos não foi produzida nenhuma mudança significativa na promoção social desse grupo de pessoas? O que o poder público, nas diferentes esferas, tem feito em termos de política pública na área da educação e da profissionalização das pessoas com deficiência, para promover a sua inclusão social? Que programas e projetos foram desenvolvidos? Essas ações promoveram a visibilidade social do sujeito com deficiência?

Todos esses questionamentos nos fizeram pensar a respeito das iniciativas de inclusão social da pessoa com deficiência, através das políticas governamentais em educação e trabalho, e de como essas ações oportunizam o processo de empoderamento e visibilidade social, desses sujeitos. Assim sendo, nos interessou realizar um estudo de caso, do Projeto Curupira, hora abrigado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e que tem como objetivo a promoção da acessibilidade e da educação inclusiva para pessoas com deficiência.

A adoção desse projeto como campo de estudo, se deve ao fato de, na maioria das vezes, haver um clamor recursivo por não existirem ações exitosas voltadas para a formação profissional desse grupo de pessoas. Os procedimentos inclusivos no IFAM datam de 2001, quando foi implantado o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), formado por uma equipe multidisciplinar cujo objetivo era oferecer acolhida, atenção e acompanhamento às pessoas com deficiência, integrantes da comunidade escolar: alunos, funcionários ou visitantes.

Esse núcleo era parte integrante de um programa do Governo Federal, hoje finalizado, conhecido como TECNEP⁴ (Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) o qual, por meio da Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (SETEC), promovia o acesso das pessoas com deficiência à educação profissional. O Projeto Curupira, aprovado em 2007, pelo Programa INCLUIR⁵, da Secretaria de Educação Superior do MEC, ampliou e intensificou as ações desenvolvidas pelo NAPNE. Como podemos observar, essas ações, fazem parte de um conjunto de programas governamentais, voltados à promoção da educação profissional das pessoas com deficiência.

Mas afinal, o que é política pública? Qual sua origem e relação com a temática da deficiência? Estas questões serão abordadas mais profundamente no capítulo dois, no entanto, nos parece pertinente, neste momento, fazermos algumas considerações preliminares e conceituais, deixando claro, que a abordagem aqui proposta tem como fio condutor esse mecanismo de ligação, religação e inter-relação entre Estado e Sociedade.

O primeiro consenso é de que não existe consenso na conceituação de políticas públicas, pois de acordo com Secchi (2010), os estudos sobre o tema são muito recentes, principalmente no Brasil, que ainda necessita aprofundar e refletir a respeito dessa questão, e qualquer definição apressada seria arbitrária. Silva (2012, p. 18) também esclarece sobre a falta de consenso, mas ressalta que independentemente do autor, todas as definições apontam para os governos, onde as ideias são concebidas e as decisões tomadas. Em síntese, podemos dizer que toda política pública tem um propósito coletivo, tendo como fim o bem da sociedade.

⁴ O TEC NEP foi uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação que visava à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNE – (com deficiência, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

⁵ O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Disponível <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

Garcia (2007) nos diz que as políticas públicas para a educação especial no Brasil provocaram impactos no âmbito da educação básica, em questões voltadas à formação dos professores e de currículos, possibilitando mudanças no contexto escolar, no que se refere à reorganização, planejamento, competências e responsabilidades. Essa mudança de procedimento só foi possível a partir da implantação do paradigma inclusivo, que permitiu novos modos de pensar a deficiência, embasados nos documentos oficiais como decretos, leis, declarações, entre outros.

Assim como para o acesso à educação, as pessoas com deficiência ainda enfrentam vários obstáculos para ingressarem no mercado de trabalho; aqui podemos citar o uso inadequado dos recursos disponíveis para desenvolver programas e projetos de emprego, espaços físicos inacessíveis ao ambiente de trabalho e desconhecimento de tecnologia assistiva para auxiliar nas atividades rotineiras, o que demanda um maior envolvimento dos órgãos responsáveis pelo gerenciamento de políticas de emprego e renda para garantir as condições necessárias à acessibilidade ao trabalho.

Fundamentado nas considerações acima, reafirmamos a necessidade de aprofundar os estudos, propondo a realização de uma pesquisa que responda a seguinte pergunta: como a visibilidade da pessoa com deficiência passou a ser construída pelas políticas públicas em educação e trabalho, mesmo nascidas na estrutura de uma sociedade marcadamente competitiva e excludente?

A partir das perspectivas apresentadas, defendemos a seguinte tese: embora nascidas no cerne de uma sociedade pautada tanto por um padrão do perfeito e da normalidade quanto por uma lógica mercadológica, caracterizada pela concorrência e a busca incessante do lucro, as políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação têm possibilitado à pessoa com deficiência a conquista da autonomia e da cidadania, contribuindo, portanto, de modo contundente, para o seu processo de visibilidade social.

Este estudo teve como objetivo geral:

- Investigar as políticas públicas em educação e trabalho para Pessoa com Deficiência e sua consequente visibilidade social, tomando como estudo de caso, o Projeto Curupira do Instituto Federal do Amazonas, no período de 2008 a 2012.

E como objetivos específicos:

- Conhecer a problemática do sujeito com deficiência em diferentes fases da história humana e o processo de visibilidade social;
- Estudar as Políticas Públicas enquanto instrumento de construção da visibilidade social⁶ da pessoa com deficiência, através do acesso ao trabalho e à educação;
- Analisar a atuação na cidade de Manaus, do Projeto Curupira, do Instituto Federal do Amazonas, que desenvolve a formação profissional de pessoas com deficiência.

Para atender os objetivos estabelecidos, utilizamos como instrumento de análise, para a composição da pesquisa, documentos de natureza diversa. Foram analisados os relatórios do Projeto Curupira que compreendem os anos de 2007 a 2012; dados sobre a população de pessoa com deficiência constante no Banco de dados do Espaço Curupira⁷; os projetos de inclusão concebidos e aprovados no Espaço; Dados do IBGE 2010; além dos documentos oficiais de construção dos programas inclusivos do Governo Federal como TECNEP e INCLUIR.

A pesquisa é de caráter descritivo e emprega uma abordagem qualitativa, sob o enfoque sócio-histórico, pois “o caráter qualitativo da pesquisa assim efetuada advém das vivências percebidas e expressas, as quais carregam consigo, já em sua estrutura, a hermenêutica, que se auto-interpreta e dá-se, pela linguagem, à interpretação” (BICUDO, 2011, p. 37-38). Ao eleger as políticas públicas como instrumento basilar na visibilidade do sujeito com deficiência na sociedade moderna, o enfoque sócio-histórico se apresenta naturalmente, pois “não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental” (FAZENDA, 2002, p.63), isto nos possibilita apreender o universo dos significados, valores, ideias e atitudes compartilhadas com determinado grupo social, fenômenos que não podem ser quantificados.

⁶ Rodrigues (2014, p.3) nos diz que existe um jogo entre visibilidade e invisibilidade social, pois visualizamos muito mais a função exercida pelo indivíduo, do que ele próprio. Mas é evidente “que tal fenômeno se estende às relações sociais como um todo, e não se limita somente à divisão social do trabalho”.

⁷ Espaço no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, onde estão localizados os projetos de acessibilidade e educação inclusiva. (Nota do autor)

A realidade social é composta pelo dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados que transborda dela. Neste ponto de vista, Bicudo (2011) nos diz que o fenômeno constituinte e intrínseco ao ato ou atitude individual encontra-se totalmente contextualizado, destacando-o e ao mesmo tempo mostrando todo o cenário constituído. Assim, ao eleger um problema a ser analisado intelectualmente, temos como ponto de partida algo referente à vida prática, vivida e vivenciada, eivada dos valores, sentidos e significados inerentes a uma comunidade de indivíduos. No que se referem às políticas públicas, estas, de certo modo, já comportam toda essa complexidade que traduz um fenômeno a ser estudado. E nesse sentido, a pesquisa em foco busca aprofundar a problemática do tema, bem como trazer à baila questões outras igualmente pertinentes.

CAPÍTULO 1

1 DO INVISÍVEL AO VISÍVEL: HISTÓRIA, CONCEITOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA

1.1 A Invisibilidade, a Deficiência e a Sociedade: Caminhada Histórica

Ao caminhar, mesmo a despeito de nossa atenção para com o que está em nosso entorno, é comum não notarmos um detalhe ou outro que faz parte da paisagem percorrida. A celeridade imposta pelo mundo moderno nos remeteu a uma atitude seletiva diante do cotidiano. Isto decorre da quantidade de detalhes que nos são apresentados, mesmo à nossa revelia. Das coisas grandiosas às menos importantes, todas estão presentes no espaço vencido, mas só chamarão nossa atenção se, de alguma forma, nos fizerem referência, ou seja, se estiverem ao alcance de nossos desejos, sonhos, projetos e interesses.

O restante pode ser ignorado, pelo menos momentaneamente, já que o que não tem valor agora, daqui a pouco poderá reverter-se em alvo de consumo. A imposição de uma forma de viver e sobreviver no mundo moderno provocou a liquidez e plasticidade existencial (BAUMAN, 2004). O que é pequeno e insignificante agora, amanhã poderá se transformar em ícone comportamental, ditando a moda e atitude de milhões de pessoas. Como justificativa, aplica-se em quase tudo a releitura, a repaginação, a reinvenção, a reconstrução. Em suma, as coisas ganharam vida e, ao mesmo tempo, a morte. Sentido e significado agora estão condicionados à moda, ou melhor dizendo, ao modismo. Na verdade, ao caminhar, o indivíduo já não decide o que olhar ou notar, tudo já foi selecionado, para ser visto. Isto quando falamos de coisas materiais.

E quando nos referimos às pessoas, como se desenvolve essa ação de percepção do outro? Será que os seres humanos são notados e anotados,

interpretados? Como formamos o modelo mental ideal referente ao humano? Podemos seguir a mesma lógica de percepção das coisas materiais? O homem se coisificou, ou foi coisificado? Assim como para as coisas, existe um modelo de gente agradável aos olhos? Como, quem não era bem visto, passa a ser notado e ganha importância? Os questionamentos são numerosos e impactantes, pois de certa forma toca em alguns temas que espelham incômodos. Mas é certo, que assim como as coisas inanimadas, algumas “espécies humanas”, neste caso as pessoas com deficiência, estão fora do padrão, do modelo e da perfeição esperada. É sobre isso que trataremos nas linhas a seguir.

A literatura mundial, ao relatar a história da humanidade, guardadas as devidas ressalvas, sempre enaltece o progresso alcançado por algumas culturas. Os exemplos são os mais diversos e servem de referência para procedimentos atuais. Os Egípcios, os Maias, os Incas, os Persas, os Gregos e tantas outras culturas deixaram o seu legado para a posteridade. São fatos e não podemos negar. A palavra que liga todas é o progresso, isto, nas mais variadas instâncias sociais, seja política, social, econômica ou cultural.

No entanto, isto se acentua com a chegada da modernidade, e com ela, tudo mais que compõe o quadro histórico desse momento da humanidade. As transformações foram profundas e impactantes, daí em diante a forma de viver, conviver e sobreviver são regidas por regras e procedimentos pactuados a partir de um projeto filosófico, que adota a figura humana como centro irradiador de tudo e um pouco mais. Referimo-nos ao antropocentrismo e aos valores pregados pelos iluministas, que basearam seus pensamentos no humanismo liberal, acreditando piamente no poder infinito do ser humano em transformar o mundo e alcançar o progresso.

Gray (2007, p.13), no entanto, ressalta que os valores iluministas estão mais ligados à questão religiosa do que à racionalidade científica, pois de acordo com o mesmo, fora da ciência, o progresso não passa de um mito. “O humanismo não é ciência, mas religião – a crença proscrita de que os homens podem fazer um mundo melhor do que qualquer outro em que tenham vivido até agora”.

Qual o porquê destes comentários em relação aos ideais iluministas, quando o assunto em questão se refere à deficiência e ao ser humano? O propósito é mostrar que o tema em estudo, não é um fato isolado e atual, pois, historicamente, e

veremos mais adiante, o olhar em relação a alguém que possui algum tipo de deficiência sempre esteve ligado ao contexto em que o mesmo estava inserido.

Gray (2007, p.119) diz que “herdamos dos pensadores do Iluminismo a fé de que qualquer um pode ser bom”. Agora, distante de outras interpretações inerentes aos variados momentos históricos anteriores, as pessoas com deficiência começam a ser olhadas e acolhidas a partir do ideal iluminista, ou seja, como um sujeito de direitos e deveres, um cidadão de fato.

Mas, quando e por que isso começa a mudar? Cada momento histórico nas mais variadas sociedades apresentou características próprias. Aspectos econômicos, políticos e culturais são peculiares a cada sociedade, ou a cada forma de organização social. A chegada da modernidade apresentou uma nova lógica social, movida pelo sonho do progresso em todas as esferas e alimentada pelo ideal humanista; o homem passa a ser o centro irradiador ou concentrador de todas as ações propostas pelo Estado Moderno.

O humanismo como regra de procedimento acolhe e protege a todos indistintamente, é a igualdade plena. Isto, vale ressaltar, em nível de proposta ou resposta a um novo ideal de convivência social, pois sabemos muito bem que a prática não acompanhou a teoria. Mas, não podemos negar que em relação ao sujeito com deficiência, o olhar de fato passa a ser outro, pois a lógica moderna impõe um aspecto utilitarista a tudo e a todos. Então, todos os sujeitos de direitos e deveres também deveriam ser sujeitos de ação, em outras palavras, todos deveriam produzir.

Ao lançarmos um rápido olhar na história da humanidade, vamos encontrar diferentes formas de conviver com as pessoas com deficiência. São atitudes que vão do total descaso até ao fato de considerá-las dotadas de poderes sobrenaturais. As fases históricas percorridas pelas sociedades humanas demandaram atitudes inerentes às suas necessidades prementes.

Nas sociedades antigas, como Grécia e China, o descarte de recém-nascidos que apresentavam algum tipo de deficiência era tomado como fato normal. Os anormais eram deixados à própria sorte, pois não se enquadravam no modelo de vida adotado pela sociedade em questão. Teixeira (2010, p. 28) nos diz que na antiguidade as atividades econômicas definiam a relação do ser humano com a sua realidade e, deficiência, nessa época, não se constituía um problema, pois tudo era

solucionado com abandono até a morte ao relento. As características inerentes a cada cultura impunham também procedimentos de aceitação ou desprezo.

Em uma sociedade guerreira, necessitava-se de pessoas fortes e saudáveis, já em um grupo social que enaltecia o belo e o formoso, as deformidades fugiam ao padrão estabelecido. Enfim, o fato é que o abandono era um fato corriqueiro e “necessário”, e contava com o consentimento do Estado. De acordo com Garcia (2008, p. 14), “o corpo é a memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos da cada época”.

Garcia (2008) expõe a necessidade de entendermos esta questão, a partir do fato da diversidade humana, e de como ela foi durante toda a história da humanidade uma tese a ser discutida. As sociedades que deixaram algum registro permitiram entender e estudar a forma como o diferente ou anormal era entendido e, desta feita, enaltecido ou desprezado. Segundo a autora, em linhas gerais as explicações sobre a diversidade humana sempre enalteceram o negativo, e isto de acordo com a mesma tem a ver com o choque cultural e o etnocentrismo.

Ao restringir o debate ao aspecto da deficiência, e em particular à deficiência física, Garcia discorre sobre o aspecto simbólico como componente de entendimento do assunto, o que pode ser encontrado nos mitos gregos.

Pode-se dizer que os mitos, por corresponderem às narrativas de questões significativas para o ser humano, revelam conteúdos muitas vezes inconscientes, representando e, ao mesmo tempo, interpretando as realidades sociais também como forma de penetrar nas origens dos temores que habitam o ser humano (GARCIA, 2008, p. 13).

Figueira (2008) nos fala do tratamento dado às pessoas com deficiência, em algumas tribos visitadas, logo após o descobrimento do Brasil. Os relatos feitos pelos primeiros viajantes e exploradores são contundentes quanto ao modo de viver e conviver com os membros da tribo que possuíam alguma deformidade. É recorrente, no falar da maioria dos observadores estrangeiros, o fato de os nativos brasileiros apresentarem uma robustez física e quase nunca ficarem enfermos, o que pode explicar a atitude de rejeição e abandono praticada por algumas tribos em relação àqueles indivíduos fracos e incapazes de desenvolverem as atividades do dia-a-dia, como pescar e caçar.

As sociedades primitivas caracterizadas pelo nomadismo e pela coleta de alimentos eram movidas pela sazonalidade, desta feita, vagavam constantemente,

expostas aos obstáculos naturais e a intempérie. Assim sendo, podemos imaginar que um sujeito com mobilidade reduzida tinha imensa dificuldade em acompanhar o grupo no qual estava incluído. Logo, se constata que não existia qualquer dificuldade em abandonar o indivíduo incapaz, que neste caso, colocava em risco a sobrevivência do grupo.

Em muitos relatos de historiadores e antropólogos, estão registradas várias práticas de exclusão entre os índios. Quando nascia uma criança com deformidades físicas era imediatamente rejeitada, acreditando-se que traria maldição para a tribo, ou coisas da natureza. Uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém-nascidos nas matas, ou atirá-las de montanhas e, nas mais radicais atitudes, até sacrificá-las em chamados rituais de purificação (FIGUEIRA, 2008, p. 06).

No entanto, esta não era uma prática comum e generalizada, pois também foi possível constatar outras maneiras de coexistir com os indivíduos com deficiência.

Por outro lado, há relatos que afirmam a existência sim, de índios com deficiência. Em meados do século XVI, Jean de Léry (1534-1611) - missionário europeu nascido em La Margelle, França, cuja obra escrita resultou em grande valor histórico e etnográfico -, esteve no Brasil, convivendo muito de perto com os nossos indígenas [...]. Embora não havendo mais detalhes, tal afirmação leva-nos a supor que nem todas as tribos praticavam a política de exclusão (FIGUEIRA, 2008, p. 06-07).

Em linhas gerais, podemos precisar que as informações e interpretações a respeito do tema, estão eivadas de conjecturas, pois nada pode ser comprovado concretamente. Mas, é fato que os diferentes tipos de deficiência existentes no presente, também constituíam o cenário das sociedades primitivas. Devido às atividades diárias, não é difícil imaginar que alguns componentes das tribos pudessem sofrer amputações, tornarem-se cegos, surdos, juntamente com os defeitos de nascimentos. Todos esses componentes, integravam um leque de características necessárias ao modo de proceder com o indivíduo com deficiência, derivando as mais variadas atitudes, sejam elas de aceitação ou abandono.

Gaio (2006) diz que a sociedade primitiva, movida por um regime comunitário de produção e propriedade, não possuía o entendimento imprescindível para receber e entender o indivíduo com o corpo deficiente, tornando suas limitações mais profundas. Assim, entendemos que no mundo primitivo, voltado para as necessidades imediatas de sobrevivência, não existia uma organização social que

pudesse oferecer diferentes alternativas de interação social aos corpos deficientes, pois tudo girava em torno das necessidades materiais, segurança e de organização social.

É importante notarmos que cada um desses aspectos históricos apresenta questões culturais significantes na construção da realidade social, e traz à tona a problemática sobre os corpos deficientes como um processo coletivo, intimamente ligado ao conceito de corpo e de sua relação com os aspectos de sobrevivência e vivência do ser humano no mundo (GAIO, 2006, p. 65).

Logo, esperar, neste período da história humana, uma atitude de aceitação ou de envolvimento social da pessoa com deficiência, vai muito além dos recursos disponíveis naquele momento. Com exceção dos procedimentos relacionados à noção mágico-religiosa, que algumas tribos atribuíam aos “deformados” e “anormais”, não parece ter existido outros procedimentos que tornavam úteis os deficientes. O contexto, a realidade vivida, não permitia pensar no particular, no individual, pois tudo era para o coletivo, e, naquele momento, possuir perspicácia dos sentidos e rapidez nos movimentos, era vital para sobrevivência.

As sociedades mais simples não estavam estruturalmente organizadas para pensar ou organizar o ambiente disponível, dotado de aridez e disputas constantes. A noção e o acesso ao direito, nas sociedades primitivas, era algo inexistente, tomando como base a garantia de direitos individuais na atualidade, pois tudo e todos eram regidos pelos usos e costume coletivos, não sendo pensado o aspecto singular em relação ao diferente.

O cenário não apresenta grandes mudanças quando nos remetemos às sociedades antigas. A sociedade egípcia, reconhecida por seu elevado conhecimento na área da medicina, aplicava diferentes fórmulas no tratamento das enfermidades, principalmente a cegueira, muito comum entre eles. Mas só o alto escalão social tinha acesso à cura, os das camadas inferiores se submetiam aos curandeiros. Muitas vezes o fato de ser deficiente estava associado aos maus espíritos, inclusive, na mitologia egípcia, existiu o *Deus Bés*⁸, que era gordo, anão e feio, mas alegre e engraçado e tido como um talismã contra os males da vida.

⁸ Divindade de origens insegura. Governava o sono e as iniciações místicas. Sua figura apesar de ser horrorosa, adornava muitos leitos, objetos de uso feminino e amuletos. Bés era um deus agressivo, mas ao mesmo tempo, alegre, como demonstram algumas imagens em que o deus aparece representado enquanto toca um instrumento musical de sopro (http://www.historiageral.net/deuses_egipcios. Acesso em fevereiro de 2013).

Assim, entende-se que os egípcios consentiam a presença das pessoas com deficiência em seu meio.

Ao conhecermos o padrão da sociedade greco-romana, podemos imaginar o tipo de juízo em relação ao deficiente. O belo e perfeito imperava, além do fato de o homem dever ser dotado de virilidade, sempre preparado para a luta, para a guerra. Aqui seria impensável alguém fora do modelo ter uma oportunidade de fazer parte do grupo seleto dos bons, bonitos e perfeitos.

Restava assim, aos menos favorecidos e com defeito, o isolamento e a segregação. Lippo (2012, p. 19) nos diz que “a Grécia sempre cultuou o atletismo, a estética, a força dos guerreiros. Já pessoas com deficiência, eram consideradas sem alma, não pessoas”. Nesse contexto histórico, quando não era eliminada, a pessoa com deficiência vivia à margem da sociedade, longe do convívio social.

A Grécia é sempre referência quando falamos do corpo saudável e perfeito, e de sociedade guerreira, principalmente Esparta; incentivava o esporte como adestramento físico, até para estar pronto e preparado em uma eventualidade de defender a pátria. Já Atenas, preocupava-se mais com o aprimoramento intelectual; mesmo constituída por classes sociais, possui uma concepção mais ampla de inserção dos sujeitos sociais.

Gaio (2006, p. 66-68) afirma que Atenas “tinha uma concepção organizativa mais ampliada e sua preocupação sempre foi atender as necessidades do ser humano”, não esquecendo, claro, do interesse pela perfeição corporal.

Entre Esparta e Atenas existiam diferenças quanto às suas constituições sociais, viveram momentos diferentes em relação à vida pública, portanto, apresentaram perspectivas diferenciadas sobre os corpos deficientes. O paradigma espartano de vida propunha o desenvolvimento do corpo forte, esteticamente definido, através da prática da ginástica, da dança, de lutas e jogos, como um adestramento físico, necessário para a proteção da pátria. Foi um período em que os espartanos idolatravam o corpo e suas formas perfeitas, geradas pela prática dessas atividades físicas e pela educação severa, voltada a formação militar.

Como naquele tempo, na sociedade grega, tudo girava em torno da defesa da pátria, o Estado assumia o destino dos cidadãos, determinando o destino de cada um. A família perdia toda influência sobre seus filhos a partir dos sete anos, e a sociedade então tomava para si a condução da vida das crianças. Até então o

cidadão não era visto como detentor de direitos, mas tão somente de deveres, dentre eles, manter o corpo perfeito.

A Idade Média traz a institucionalização da pessoa com deficiência, que passa a pertencer aos caridosos de espírito e guardiões de novas almas, já que o espírito não tem defeito. O Cristianismo e a Igreja Católica começam a considerar as pessoas com deficiência como filhos de Deus, dotadas de alma, merecedoras de proteção e livres do extermínio. Passa a existir então a garantia da vida desses novos cristãos. No entanto, os mesmos eram mantidos longe da sociedade, em ambientes isolados, sob o motivo de serem cuidados e terem suas vidas protegidas, bem como proteger a sociedade do convívio com as diferenças.

No entanto, igreja daquele momento, entendia que a deficiência era derivada da culpa, do castigo e da pena. O sujeito com deficiência carregava o pecado de seus antepassados e, assim, deveria ser castigado pelos seus pecados. Os guetos como espaços de segregação passam, então, a receber os pobres, os doentes e os anormais com deficiência, os quais, a partir de então, sofrem um processo de institucionalização.

Assim sendo, as pessoas estranhas ao ambiente cotidiano eram mantidas à margem da sociedade, isoladas e exiladas em sua própria terra. Na verdade, as instituições cumpriam a tarefa de afastar da vista dos conviventes, o que de fato era incômodo. Ocultos e “protegidos” as pessoas com deficiência eram segregadas nesses estabelecimentos por toda a vida, longe da família e da sociedade. Vejamos o que conclui Ribeiro (2003, p. 42):

Com a influência da doutrina crista, passou a haver uma tolerância a essas pessoas e uma aceitação caritativa: por serem merecedoras de caridade, deveriam ficar segregadas, recebendo moradia e alimentação. Há uma ambivalência nesse comportamento de uma sociedade que acredita explicar como ligadas à “expição de pecados” as causas dos problemas dos excepcionais, por isso estes merecem castigos e devem viver confinados. Desse período constam relatos de torturas e promiscuidade, da crueldade da inquisição, da qual muitas pessoas diferentes do que era considerado normal foram vítimas por conta de concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas.

Kassar (1999) afirma que a crença em uma determinante divina marcará todo o período medieval, sustentada pelas três virtudes teológicas da igreja católica: fé, esperança e caridade. A natureza humana é constituída de uma alma imortal, portanto detentora de todas as atenções e cuidados no processo de salvação,

inclusive os deficientes, que agora passam a integrar a categoria dos desvalidos: mendigos, delinquentes e doentes em geral, que a partir de então passarão a receber assistência nos abrigos mantidos pela igreja.

Assim, ao mesmo tempo em que garantia mais almas para o Senhor, a Igreja limpava as ruas das figuras incômodas. Daí, não fica difícil constatar a origem da abordagem assistencialista-caritativa que perdura até hoje, sendo um reflexo das mudanças nas relações de produção do período medieval. Além de fé, caridade e esperança, o homem do final da Idade Média quer liberdade de ação, sem as amarras do catolicismo.

O *ancien régime*⁹, já não atende aos anseios sociais, que influenciados pela expansão comercial e a concentração nas cidades, almeja uma vida melhor, não só no paraíso, mas também na terra. A conquista dos direitos individuais e o avanço das ciências servirão de base para a atitude racional adotada pelo homem moderno.

Ribeiro (2003) esclarece que a chegada da modernidade moldou um novo cenário para a pessoa com deficiência. A derrocada do *ancien régime* e conseqüentemente de suas convenções, costumes e das crenças, bem como a regressão do estado natural e a entrada na idade da razão, propiciou a valorização do ser humano sustentada nas filosofias humanistas.

Neste novo panorama, Deus é substituído pela ciência, que a partir de então passa a gozar de grande prestígio e ser considerada como uma “nova religião”, apresentando alternativas para os problemas sociais, muitos oriundos da nascente sociedade industrial, que ora dava os seus primeiros passos.

Com o advento da idade moderna, houve maior valorização do ser humano pelo predomínio de filosofias humanistas. Iniciaram-se investigações sobre a pessoa excepcional do ponto de vista da Medicina. Cresceram os estudos e experiências sobre a problemática das deficiências atreladas a hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia, etiologia, caracterização de quadros típicos, distorções anatômicas etc. (RIBEIRO, 2003, p. 42).

Antes de continuarmos com o tema da deficiência neste novo cenário de mudanças profundas, entendemos que, pela importância histórica do surgimento do mundo moderno, devemos discutir, ainda que brevemente, seus conceitos básicos e

⁹ L'expression « Ancien Régime » s'est longtemps appliquée aux seules institutions politiques et sociales de la monarchie française, renversées par la Révolution et symbolisées par l'absolutisme royal et l'existence de privilèges, fondements d'une société juridiquement établie sur l'inégalité naturelle. Em http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Ancien_Régime/105343. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

o impacto provocado nos procedimentos da humanidade a partir de então. Pois, o número de estudiosos envolvidos e interessados pelo tema da Modernidade é extenso e comporta os mais diferentes tons ideológicos e filosóficos. Entendemos que há pertinência nesse processo, já que os procedimentos em relação à pessoa com deficiência sofrerão outras interpretações e encaminhamentos a partir da Modernidade. O contexto muda e, conseqüentemente, tudo o mais. Agora o homem, no centro referencial, assume o roteiro de sua história.

A Modernidade para Berman (1986) é uma experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo, hoje. Viver no mundo moderno é viver sem limites, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente devemos atentar para o espaço do outro, pois todos possuem os mesmos direitos; nesse sentido, a modernidade une a espécie humana. Essa grande aventura nos leva a um vendaval de mudanças, contradições e incertezas. “Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 15).

Giddens (1991) diz que a Modernidade está associada ao estilo, costume de vida e organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII. A modernidade apresenta uma nova forma de viver e sobreviver no mundo, pois agora a descontinuidade se apresenta como a essência deste momento histórico, ou a evaporação da *grand narrative*¹⁰. Em outras palavras, nada está pronto e definido, tudo ainda está para ser construído e, logo em seguida, desconstruído, para construir de novo.

O ideal humanista se impõe e disponibiliza ao homem o poder em interferir no “enredo” da vida; passado e futuro estão submetidos à liberdade de pensar e agir. Até então, sob a tutela da religião e dos desígnios de Deus, o homem agora, toma para si, a regência de sua existência, passa a condição de agente principal da história, sai das sombras e passa a viver sob a luz; torna-se visível.

¹⁰ Dentre tantas outras interpretações, utilizamos este termo no sentido empregado por Lyotard (1999), quando fala do fim das “metas-narrativas”, ligada aos textos sagrados, prontos e intocáveis, ou ainda na emancipação do indivíduo, quando o desenvolvimento da história apresentasse sentido.

Tanto em sua extencionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes [...] Diversas características estão envolvidas. Uma é o ritmo de mudança que a era da modernidade põe em movimento. A segunda é o escopo da mudança [...] ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra. Uma terceira característica diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas. Algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes – tais como o sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado (GIDDENS, 1991, p. 14-19).

Hall (2005) assevera que a Modernidade promoveu o nascimento do indivíduo soberano, tendo como base o Humanismo Renascentista e o Iluminismo, permitindo o início do sistema social moderno. O Humanismo permite ao homem ocupar, sem sentimento de culpa, o centro irradiador de todas as ações, para inquirir e decifrar todos os mistérios que estavam em seu entorno, inclusive Deus, que agora, também será alvo de investigação, pois perde a centralidade e poder absoluto sobre o destino do ser humano.

Já o Iluminismo, centrado no homem racional, complementou ou fundamentou o pensamento humanista, dando ao homem o poder de se livrar do dogmatismo e entender e construir sua própria história. Hall (2005, p. 27) afirma que “Descartes acertou a conta com Deus ao torná-lo o Primeiro Movimentador de toda criação”, assim o sujeito moderno, soberano e racional poderia compreender e dominar sua própria história. Nesse caminhar, observamos que há diferentes formas de ver e entender este período da história da humanidade. Mas podemos notar que, salvo raras exceções, um fator é tomado como determinante na história humana: a liberdade de ação.

De acordo com Harvey (2004, p.23) o Iluminismo “foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões”. O projeto Iluminista, mesmo envolto em atmosfera de insegurança e efemeridade, oportuniza ao homem, indistintamente, a visibilidade como agente de sua história, criando e recriando seus projetos, seus sonhos.

A Modernidade modelou uma atmosfera de mudanças constante nas mais diversas áreas sociais, isso é notório, no entanto vale destacar o avanço e a

solidificação da ciência moderna. Da concepção inatista¹¹ premente, do período anterior, passa-se a valorização da experiência sensível e da reflexão como fontes de todo o conhecimento. Conforme Kassir (1999, p.6), “o desenvolvimento das ciências naturais propicia que a discussão acerca da influência dos componentes (“inatos”) e externos ou sociais no desenvolvimento humano vá ganhando status de cientificidade”.

Da convivência e, em alguns momentos, do conflito entre essas duas concepções de interpretar o mundo, surgiu o que podemos chamar de “olhar científico”.

“Esse “olhar científico” faz-se presente, também, na busca para o entendimento sobre a deficiência mental, podendo ser identificado desde os séculos XVI e XVII, quando médicos começam a procurar causas orgânicas para a explicação da deficiência”.

A forte influência de um pensamento marcado pelo conhecimento biológico concorre para a busca de explicações fisiológicas e anatômicas da deficiência mental. Encontramos em registros históricos a preocupação com a realização de autopsias em “deficientes mentais”, buscando encontrar as causas da deficiência na identificação de possíveis alterações anatômicas e/ou fisiológicas (KASSAR, 1999, p.7-10).

Como podemos constatar, ainda que relativamente, os avanços científicos não aprofundaram o conhecimento em relação ao sujeito com deficiência. Os procedimentos de atenção e acolhimento ainda eram baseados no aspecto médico, focado na incapacidade e não no potencial do indivíduo. Os procedimentos segregatórios, ainda permaneciam na ordem do dia, até porque quem possuía deficiência, era considerado perigoso e prejudicial à ordem social, pois promovia a quebra da normalidade.

Como afirma Lippo (2012) o movimento de eugenia¹² dificultou a vida das pessoas com deficiência, pois as classificava com tendências criminosas, sendo inclusive passíveis de esterilização. Desta forma, os considerados anormais, mesmo

¹¹ “1. Concepção segundo a qual certas ideias, princípios ou estruturas do pensamento são inatas em virtude de pertencerem a natureza humana – isto é, a mente ou ao espírito – sendo, portanto, nesse sentido universais; 2. A doutrina da reminiscência de Platão pode ser considerada uma forma clássica de inatismo, já que postula que a alma traz consigo, ao encarnar-se em um corpo. Ideias que contemplou quando existia separada deste mundo inteligível e das quais agora se “recorda” (JAPIASSÚ, 2001, p. 102).

¹² O estudo das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana (FERREIRA, 2010, p. 326).

a despeito dos estudos terem avançado, ainda mantinham o estigma de incapaz, que em linhas gerais destoava dos novos ares de produtividade e eficácia.

Prontamente a sociedade precisava apresentar uma solução para o “problema”, já que o sujeito com deficiência, neste novo status, deveria tornar-se produtivo, ou pelo menos não dificultar o curso normal das coisas. Era chegado o momento de quebra do ciclo vicioso da improdutividade, pois a pessoa com deficiência, na visão capitalista, não produzia e ainda provocava a inércia da família e das outras pessoas necessárias no seu dia-a-dia.

O surgimento do Estado¹³, calcado na racionalidade iluminista, trouxe novos procedimentos em relação à economia, à sociedade, à cultura e ao modo de vida em geral. Caracterizado pela organização, leis, burocracia, impostos, exércitos e nação, fez do Estado Moderno um ente capaz de promover transformações profundas na sociedade ocidental. Dentre os aspectos determinantes, a Lei foi de extremo diferencial, pois destoando de outros momentos históricos, agora a aquisição dos direitos estava garantida, pois até então nas sociedades antigas como Grécia e Roma, os homens só tinham deveres em relação aos seus senhores. Agora, baseado no jusnaturalismo¹⁴, direitos e deveres passam a apresentar um equilíbrio, e desta forma garantir ao homem a cidadania plena.

Na história da humanidade, há exemplos de que leis não levaram em consideração os direitos do homem, pois as penalidades, em sua maior parte, impuseram aos homens a correção de sua natureza, tomando como referência o bem da coletividade, sendo muitas vezes desprezado em sua singularidade. Sendo assim, o jusnaturalismo é a doutrina filosófica, que reconhece o direito do indivíduo e não apenas da sociedade, tendo como base a construção da moral e do direito. Dessas palavras, podemos compreender que, quando nos referimos ao jusnaturalismo, estamos fazendo menção ao direito natural, reconhecido ao ser humano, enquanto ser individual e não coletivo.

Sendo assim, como já apontada anteriormente, a questão dos direitos e deveres no Estado Moderno ocorre de modo diferente ao que ocorria na relação

¹³ Da forma definida por Max Weber, o Estado é a INSTITUIÇÃO social que mantém monopólio sobre o uso da força. Neste sentido, o Estado é definido por sua autoridade para gerar e aplicar PODER coletivo (JOHNSON, 1997, p. 91).

¹⁴ De acordo com Bobbio (1999, p. 22-23), o jusnaturalismo se apresenta como uma corrente jurisprudencial que se fundamenta no direito justo e remonta às representações primitivas da ordem legal de origem divina.

entre indivíduo e Estado nas sociedades anteriores. A relação entre ambos, nesta nova ordem, parece ocorrer da seguinte maneira: os indivíduos são possuidores de direitos, e o Estado tem deveres e compromissos com sua Nação. Tal relação pode ser compreendida como sendo a do Estado de Direito.

Em síntese, o que constatamos é que mesmo a avalanche moderna que tanta transformação provocou, balançando a estrutura da sociedade vigente, não conseguiu mudar o olhar em relação ao conceito ou preconceito de incapacidade da pessoa com deficiência. No mundo medievo ela era considerada vã para o trabalho no campo, um peso na renda familiar, e logo asilada em alguma instituição, onde recebia abrigo e alimentação e, também, a condenação eterna, pois nunca mais veria a família, ao mesmo tempo em que livrava a sociedade de sua incômoda presença.

Na Idade Moderna, dentre tantas outras transformações, a economia foi colocada de ponta-cabeça, e o homem potencializando sua racionalidade foi escalado para através de sua força de trabalho contribuir com o progresso da humanidade. O mundo mudou e tudo girou em torno do processo da industrialização e do capitalismo nascente, no qual a produção, consumo e lucro passaram a alimentar a máquina capitalista. A essência do ser humano desse tempo passou a estar intimamente ligada à sua condição de ser produtivo. A partir dessa nova lógica, todos, indistintamente, devem ser integrados ao sistema produtivo sob pena de serem desclassificados socialmente. Logo, todos aqueles considerados improdutivos devem ser punidos ou isolados: aí estão às crianças, idosos, mendigos, deficientes.

A Idade Contemporânea conta com a iniciativa dos movimentos sociais à frente das cobranças de políticas inclusivas. O contexto histórico de valorização do ser humano oportuniza a vanguarda de iniciativas de alcance global. Mesmo a despeito da uma permanência de uma visão assistencialista e caritativa, calcada no paradigma médico, os encaminhamentos a respeito do tratamento dado em relação à pessoa com deficiência tomam outra vertente, na qual estão em primeiro lugar o resgate e a valorização dos direitos adquiridos, bem como a busca e o aprofundamento de outros.

Os dois conflitos de envergadura mundial, Primeira e Segunda Guerras, marcaram de forma contundente a humanidade. Os resultados foram catastróficos, com perdas materiais e humanas em grande escala, e o rescaldo das contendidas

exigiu dos líderes mundiais uma nova postura, diante do caos econômico, político e social. De acordo com Teixeira (2010, p. 30)

A Primeira Guerra Mundial pressionou a necessidade de reabilitação dos feridos. A Segunda Guerra Mundial, apesar dos estragos que causou, possibilitou o aparecimento de tendências em assegurar direitos e oportunidades em um plano de igualdade a todos os seres humanos.

As nações organizadas, então procederam em busca da proclamação e das garantias dos direitos humanos, em virtude da grande quantidade de vítimas gerada pelas guerras, principalmente dos grupos minoritários de raça, gênero e outras parcelas da população, como as pessoas com deficiência, que, salvo raras exceções, se encontravam alijadas de seus direitos básicos. A partir daí, sob a tutela das Nações Unidas, foram criados e implementados diversos aportes legais que ofereceram segurança aos seres humanos, e que deram suporte às políticas públicas direcionadas a este seguimento social.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (BRASIL, 2014b), foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Já em seus considerandos, enaltece o reconhecimento da dignidade humana, do direito à liberdade, justiça e paz. É o que preconiza o seu Art. 22º: Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Outro marco foi a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada em 1975, pela Assembleia das Nações Unidas (BRASIL, 2013d). Este documento intencionava servir de referência para a garantia dos direitos do segmento em questão. Logo, todos os países signatários, dessa declaração, se sentiram na obrigação de criarem políticas sociais que dessem materialidade à mesma. Vejamos alguns pontos relevantes e o que eles estabelecem:

2) Os direitos proclamados nessa declaração são aplicáveis a todas as pessoas com deficiência, sem discriminação de idade, sexo, grupo étnico, nacionalidade, credo político ou religioso, nível sociocultural, estado de saúde ou qualquer outra situação que possa impedi-las de exercê-las, por si mesmas ou através de seus familiares.

3) Às pessoas portadoras de deficiências assiste o direito, inerente a todo e qualquer ser humano, de ser respeitadas, sejam quais forem seus antecedentes, natureza e severidade de sua deficiência. Elas têm os mesmos direitos que os outros indivíduos da mesma idade, fato que implica desfrutar de vida decente, tão normal quanto possível.

Os aportes legais citados anteriormente, apresentam uma mudança de postura em relação às pessoas com deficiência. Diferente de outros momentos da história humana, agora emerge uma preocupação mundial com a condição de existência dos seres humanos, e ainda mais, o interesse se materializa com o debate e a construção de políticas governamentais que darão garantias de uma vida, pautada na valorização da liberdade e dignidade.

Ao observamos o item dois, da Declaração Mundial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, constatamos a adoção de um viés diferente em relação ao sujeito e sua individualidade, preservando e assegurando a estas pessoas a autonomia necessária para a vida em sociedade.

Mas como vimos até aqui, nem sempre foi assim. No caso específico da educação especial, os procedimentos e atores envolvidos neste processo foram os mais variados. No entanto, verificamos que os passos decisivos, nesta área, tiveram início na Europa em meados do século XX, mais precisamente nos países nórdicos. A partir de então, os países desta área do continente europeu, começaram o processo de integração escolar de suas crianças em condição de deficiência, nas salas de aulas regulares.

A partir dos anos 1960, novos conceitos e práticas começaram a ser introduzidos no âmbito das respostas educativas a dar às crianças e jovens em situação de deficiência. A grande mobilidade das pessoas, o alargamento da escolaridade obrigatória e a conseqüente diversificação dos seus públicos trouxeram para a discussão educativa o papel e as funções da escola. Da procura de respostas para as situações de deficiência à necessidade de promover o sucesso para todos os alunos da escola, um longo e difícil caminho está a ser percorrido, com perspectivas e tomadas de posição algo controversas (SANCHES; TEODORO, 2006, p. 63).

Este processo teve a Dinamarca como guia, quando promoveu a integração das crianças e jovens em condição de deficiência sensorial nas salas de aulas regulares. Isto foi oportunizado com a introdução de conceitos específicos às necessidades educacionais especiais e não tão somente a diagnósticos médicos, e

desta forma, as categorias pedagógicas passaram a integrar os procedimentos educacionais necessários à integração escolar.

Este caminho em busca da “normalização” iniciado na Dinamarca passa a referenciar outros países até os anos 90, quando surgiram outras orientações advindas da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien-1990 (BRASIL, 2013g) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que deu origem à Declaração de Salamanca (BRASIL, 2013a).

A cada ano, as ações voltadas para a conquista e a garantia dos direitos da pessoa com deficiência eram intensificadas. Marcadamente, a década de 80 do século passado pode ser considerada como divisor de águas no trato e concepções, bem como na base filosófica, que passa a ser adotada como modelo de sustentação das políticas inclusivas. O debate primeiro se refere a uma mudança de paradigma, já que se colocava em xeque, o modelo de integração e passava-se a adoção de um modelo de inclusão.

Neste momento, nos parece pertinente fazermos algumas considerações a respeito do entendimento e de todo o debate em torno dos períodos de segregação, integração e inclusão de pessoas em condição de deficiência.

Segregação e isolamento social sempre estiveram presentes na história da humanidade, emanados das desvantagens econômicas e sociais. E essas condicionantes são refletidas no ambiente de aprendizagem, pois lá, assim como no ambiente macro social, estão presentes os fatores inerentes às relações sociais. Então, seria uma ingenuidade pensar diferente, pois as representações de poder, diferença, mérito e fracassos estão postas. Junto ou como reflexo dos fatores anteriores, surgem os modelos e os padrões impostos e obrigados a serem copiados e reproduzidos.

No caso particular da escola, a culpa logo é direcionada ao estudante com defeito e/ou diferente, mas grave ainda, ao que tem “problema”. Daí para uma discussão interminável, sobre qual é modelo mais adequado para tratar com o diferente ou exótico, estendeu-se por longos e exaltados anos. Em nosso entendimento, seja o modelo médico ou o social, o que merece atenção de fato, é o sujeito com deficiência e o contexto vivenciado pelo mesmo, já que os dois modelos podem coexistir plenamente em procedimento cooperativo.

Vale ressaltar, que durante longo tempo, o modelo médico centralizou seus diagnósticos e procedimentos nas incapacidades dos indivíduos com deficiência em

um ambiente de aprendizagem. As análises dos fracassos e avanços eram particularizadas, individualizadas e situadas no sujeito, e assim devia-se buscar uma forma de encaixá-lo na escola e naquilo que esta poderia lhe proporcionar. Logo, a pessoa com deficiência, na escola, deveria se moldar ao ambiente e não o contrário, transferindo a responsabilidade para o sujeito.

Olhando de soslaio para a história humana, não é difícil localizar e constatar as variadas formas de viver e conviver com o sujeito fora do padrão. Nas seções anteriores, ao caracterizarmos a relação sociedade e indivíduo com deficiência, não foi difícil entender este processo. Dependendo da sociedade em voga, os diferentes ou anormais iam da eliminação sem piedade, passando pela segregação, até a imposição de características e poderes sobrenaturais.

O modelo segregativo toma outra vertente, quando a Igreja assume caritativamente os procedimentos de acolhida e trato dos defeituosos de corpo, mas de espírito elevado. As atitudes tornam-se menos agressivas aos olhos, pois era muito mais confortável saber do problema, mas não ver. Modela-se o ser invisível. Sabe-se que existe, mas não se vê, é mais cômodo.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas com deficiência, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso.

As instituições foram se especializando para atender por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A ideia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com deficiência nos serviços existentes na comunidade (SASSAKI, 1999, p. 30).

O amanhecer histórico do sujeito com deficiência se dá com o processo de integração social. De acordo com os defensores deste modelo, o mesmo se diferencia completamente do modelo da segregação, sendo o seu oposto. A integração tem início com a desinstitucionalização da pessoa com deficiência, agora sem dono, sem proprietário, sem a tutoria da igreja; a escola assume a tarefa de apoio, acolhida e atenção cognitiva desse sujeito. Busca-se integrar ao sistema regular de ensino, os que eram submetidos aos espaços de ensino especiais, segregativos. “Mais ou menos a partir do final da década de 60, o movimento de integração social começou a procurar inserir as pessoas com deficiência nos

sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer” (SASSAKI, 1999, p. 31).

Sanches e Teodoro (2006, p.66) têm o seguinte entendimento a respeito da integração:

A integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular). As práticas pedagógicas foram também transportadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno, desenhado e desenvolvido, essencialmente, pelo professor de educação especial.

A integração pode ser definida como o processo de preparação e transposição dos alunos com deficiência para as escolas regulares. Neste momento, as iniciativas ainda estão centradas na deficiência, ou seja, o indivíduo deve ser preparado para adaptar-se a qualquer ambiente. Assim, todos os esforços são direcionados para as limitações que devem ser dirimidas em relação à nova realidade.

Conforme Mittler (2003, p. 34), ao se referir a esse período de integração, “o aluno deve adaptar-se à escola, e não há necessariamente uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diversidade cada vez maior de alunos”. Como é possível perceber, o movimento de integração se sustenta na preocupação em amoldar as pessoas com deficiência ao mundo “normal”, devendo passar por um processo de cura de suas limitações - é o modelo médico da deficiência se impondo e transferindo para o deficiente a responsabilidade por sua aceitação.

Na lógica da homogeneidade, a escola tradicional procedia de acordo com as ideias de nível e uniformidade, obrigando que os alunos se adaptassem às exigências do sistema. Propondo um ensino igual para todos, porque todos são iguais, a escola marginalizava e segregava liminarmente aqueles que parecessem como diferentes. Era o caso dos alunos com necessidades educativas especiais, quer elas fossem decorrentes de limitações físicas e/ou intelectuais, quer de dificuldades de aprendizagem ou qualquer outra etiologia (RIBEIRO; BAUMEL; CASTRO, 2003, p. 14).

É fato, que a sociedade sempre foi marcada por certo mal-estar em aceitar o que está fora do padrão e da normalidade. Isto impõe atitudes de rejeição, a partir de rótulos ou estigma em relação a gênero, etnias ou faixas etárias, provocando um

descuido em relação às garantias dos direitos dessas pessoas. Diante das adversidades das relações humanas, a sociedade se lança em buscar soluções que promovam a igualdade e a justiça social. Todas essas iniciativas provocam mudanças menores ou maiores na sociedade, e transforma-se em políticas públicas, que sustentadas pelos aportes legais garantem os direitos humanos.

Assim, chegamos ao momento atual da longa caminhada em busca da visibilidade social da pessoa com deficiência. Agora temos como parâmetro o paradigma inclusivo; chegamos ao amanhecer e no raiar do sol das garantias individuais e do respeito às diferenças, que abordaremos em seguida.

Mas afinal, o que vem a ser o movimento inclusivo, ou mais precisamente o paradigma inclusivo?

Durante a peregrinação em busca da visibilidade da pessoa com deficiência, como pudemos ver anteriormente, os modelos e procedimentos utilizados não foram poucos, muito pelo contrário. As formas e maneiras de proceder traziam consigo o espírito do momento vivido. Do abandono à segregação, do exotismo ao assistencialismo da igreja, o que não faltou foi “atenção” para com o indivíduo com deficiência. Mas sem dúvida é no século XX, que a deficiência será tratada como uma problemática social e não como um problema centrado no indivíduo.

E para isso, muito contribuíram as iniciativas das Nações Unidas, para o respeito aos seres humanos e as suas diversidades. As leis e os tratados internacionais passaram a fazer parte da agenda de diversos países, e nos mais afastados rincões da Terra, foram assinados acordos de proteção às minorias sociais. Dentre essas, estão às pessoas com deficiência e tudo mais que lhes diz respeito, como educação, trabalho, assistência social, segurança e transporte.

A partir de então, o entendimento de inclusão deixa de ser algo imaterial, centrado apenas no discurso, e passa a ser concreto e vivenciado no cotidiano, através das ações afirmativas. De acordo Moehlecke (2002) a origem das ações afirmativas tem os Estados Unidos como palco, derivadas das manifestações pelos direitos civis, acontecidas nos anos 60 do século passado. As reivindicações tinham como cerne, a luta pela garantia da igualdade de oportunidades para todos, e o Estado foi instado a ter uma postura mais ativa diante das atitudes segregacionistas, bem como garantir a elaboração de leis que dessem suporte as melhores condições de vida da população negra.

No Brasil essas ações, se intensificaram nos anos 80, e aparecem carregadas por uma variedade de sentidos e designações como: “políticas de cotas”, “reserva de vagas”. Os termos são os mais variados, assim como o intenso debate advindo de sua adoção.

A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. Ao elegermos essa definição como ponto basilar, intencionamos chamar a atenção para o fato de que o processo de inclusão social, além de ser uma luta em busca da valorização do ser humano e de sua cidadania, é acima de tudo, uma atitude, uma conduta, um modo de proceder diante de outros seres humanos, com ou sem diferenças, pois afinal, somos todos diferentes.

Então, o paradigma inclusivo deve trazer em seu bojo, não somente os aspectos técnicos, filosóficos e sociológicos, mas acima de tudo, uma postura ética, e referendar uma sociedade ética, pautada pela valorização da convivência de todos, com todos, sem diferenciar ou excluir ninguém em razão de estar fora do padrão de normalidade de uma dada sociedade.

Distanciando-se do modelo integrativo, os conceitos inclusivos tomam como suporte os princípios de autonomia, independência e empoderamento. Todos esses princípios devem levar ao conceito básico de inclusão na atualidade, que tem como objetivo promover a adaptação da sociedade para de fato, incluir. Como podemos constatar, o entendimento é outro, pois diferentemente de integrar, o processo de incluir, centra suas ações no ambiente, na estrutura, na educação para a convivência, ou seja, o foco agora não é mais na deficiência, na incapacidade, no defeito, na anormalidade, mas sim na potencialidade do sujeito com deficiência, no respeito às diferenças individuais e à diversidade humana.

A autonomia dá ao indivíduo o domínio sobre o ambiente em seu entorno, a independência permite a liberdade de decidir sobre sua vida, enquanto o empoderamento praticamente une os dois primeiros, mas enfatiza o fato de que o poder de escolha é inerente a todo ser humano desde o nascimento, não sendo justo que outras pessoas tomem decisões por elas e passem a controlar suas vidas. O imbricamento desses princípios está na base do modelo social da deficiência, no qual a sociedade é que deve ser modificada para atender as necessidades de seus constituintes.

Então, o paradigma inclusivo, como podemos verificar, é algo que vai além de um modismo, já que estabelece princípios claros, de valorização e respeito à

individualidade e à diversidade humana. Neste aspecto, os procedimentos anteriores de trato e convivência com as pessoas com deficiência, são totalmente reavaliados, pois agora a inclusão é fundamentada por outros conceitos, como independência e empoderamento. Hoje a sociedade para todos ou sociedade inclusiva assume características plurais, com o objetivo de se transformar-se em um ambiente de acolhida para todos, sem distinção, sem segregação: uma sociedade adaptada para a diversidade.

1.2 Deficiência e Política Pública: Conceitos e Classificações

Ao tomar os primeiros contatos com a temática da deficiência, foi possível verificar a existência de um desconforto quando se tratava ou trata a melhor forma ou maneira de se dirigir a uma pessoa com deficiência. Era comum ou de certa forma folclórica, o embaraço na hora de inserir nas falas os termos mais adequados a ser utilizados. E ainda agora, nos vemos na situação de tentar esclarecer, se for possível, como deve ser chamado alguém com deficiência. As expressões são as mais variadas, inventivas e polêmicas. Não raro provocam discussões acaloradas e apaixonadas, deixando de lado temas, em nosso ver, mais relevantes.

E ao iniciar esta sessão, entendemos ser oportuna a tentativa de esclarecer essas denominações, até porque estão intimamente ligadas ao contexto histórico em que foram ou são verbalizadas. Para tanto basta a consulta em alguns documentos oficiais. E quando aqui intencionamos abordar a construção de políticas públicas para atender essa parcela da população, nos parece pertinente o conhecimento de algumas expressões, conceitos e classificações sobre a deficiência.

Das diferentes formas e maneiras em se dirigir a pessoa com deficiência, surge uma variedade de manifestações contra ou a favor. Mas, o mais interessante disso tudo é que as pessoas, motivo das discussões e debates, são as últimas a serem consultadas. Desta forma, todo o tempo, recurso material e o envolvimento emocional, gastos no debate, se perdem diante de uma aplicabilidade possível. Em outras palavras, não existe de fato, um encaminhamento lógico e prático das querelas em questão. Já é comum esperar que de tudo isso nada reste, até é claro, uma próxima contenda.

Gaio (2006, p.25) afirma “que o conceito de deficiência ainda gera polêmica, tanto no Brasil como em outros países”. De acordo com essa autora, nesse cipoal de contradições, estão postos aspectos culturais, econômicos, religiosos, entre outros. No que se refere às questões culturais, podemos dizer que nada de fato é definido e definitivo, pois as concepções são alusivas às manifestações de cada sociedade e seus interesses imediatos. Logo, as denominações “normal” e “anormal” podem assumir as mais variadas interpretações.

Quanto aos termos “deficiência” ou “eficiência”, estes parecem ligados aos interesses de uma sociedade capitalista, onde “a palavra eficiência simboliza um desempenho produtivo e, conseqüentemente, a palavra deficiência caracteriza um desempenho não produtivo” (GAIO, 2006, p. 26). Se no cotidiano as pessoas com deficiência estão sujeitas às manifestações de preconceito e discriminação, e são alvo das variadas formas de gracejos e chacotas, no ambiente acadêmico o cenário não muda muito.

Os termos e denominações afloram de acordo com o interessado. Diz “excepcional” tanto para o superdotado como para o subdotado. Ou ainda “excepcional” e “deficiente” como sinônimos de um mesmo fenômeno. Em resumo, quanto mais nos aprofundamos, mais rasos permanecemos. Gaio (2006, p. 31), em relação ao Relatório de Reabilitação Internacional enviado à Junta Executiva da UNICEF (1980), enumera alguns termos usados no referido documento, em relação às crianças:

Crianças consideradas com grave lesão mental, deficiência ou retardamento; crianças consideradas com aprendizagem lenta; crianças consideradas com defeitos de fala e linguagem; crianças deficientes de audição; crianças cegas; crianças com visão parcial; crianças com incapacidade motora; crianças com tipos específicos de dificuldades de aprendizagem; crianças com conduta desajustada e psicóticas; crianças com várias combinações das condições citadas [...] deficientes da visão: pouca visão, cegos; deficientes da audiocomunicação: treináveis educáveis, deficientes físicos, disfuncionados, epiléticos, paráliticos (cerebrais e medulares).

Sasaki (2003, p.12-16), vai direto ao assunto, e tenta responder a seguinte questão: Como chamar as pessoas que têm deficiência? Para tanto, cria um quadro demonstrativo, de como foi a evolução das diferentes maneiras de se referir à pessoa com deficiência. Afirma que, de acordo com a temporalidade, as denominações são de inválidos, incapacitados, defeituosos, até as mais recentes

como: pessoas deficientes, portadores de necessidades especiais, portadores de deficiência, pessoas com deficiência. A criatividade aflora, provocando inúmeras dúvidas e constrangimentos. (Ver Quadro 1 em anexo). O autor conclui dizendo que os movimentos das pessoas com deficiência em todo o mundo, fecharam a questão em torno da melhor denominação que desejam ser chamadas em todos os idiomas; a expressão acordada foi “pessoas com deficiência”.

De acordo com Sasaki (2003, p. 16) esta concordância está alicerçada em alguns princípios básicos:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

Como foi possível observar, o consenso não faz parte do debate em relação à pessoa com deficiência. Não que a polêmica seja algo negativo, mas neste caso é interminável, e se perde muito tempo e recurso em discussões vazias e sem concretude. Vejamos o Quadro 2 (em anexo). Ele é um bom instrumento de referência na hora de se dirigir à pessoa com deficiência.

1.3 Para identificar as diferentes Deficiências

Agora que já apresentados as diferentes formas de se dirigir às pessoas com deficiência, mesmo que a polêmica continue, passaremos a abordar as questões mais objetivas. Referimo-nos aos conceitos, definições, dados e tipos de

deficiências. Essas informações são essenciais nas tomadas de decisões dos agentes públicos, bem como no encaminhamento das políticas públicas direcionadas a esta parcela expressiva da população.

Assim como as pessoas sem deficiência, as que possuem deficiência necessitam de atenção nas diferentes áreas da infratextura social como: trabalho, educação, transporte, lazer e tudo mais que faça parte da condição de vida do ser humano. Como procedimento esclarecedor faremos uma articulação entre os dados da realidade mundial e as informações de caráter nacional, pois assim podemos visualizar em maior dimensão a problemática da deficiência na atualidade.

De acordo com o Relatório Mundial sobre a Deficiência (BRASIL, 2012c, p.03) “a deficiência faz parte da condição humana”, pois quase todas as pessoas em algum momento de suas vidas terão algum tipo de deficiência. Vimos em seções anteriores, que as questões relacionadas a esta parcela da população sempre estiveram sujeitas a soluções segregacionistas. Este cenário passa a sofrer alterações a partir dos anos 70 do século passado, resultado dos movimentos inclusivos e do envolvimento agudo das pessoas com deficiência no planejamento e implementação de políticas públicas.

Esta nova postura, sem dúvida, está ligada à mudança de paradigma. Sai o modelo médico, focado na incapacidade e, entra em cena, o modelo social, centrado nas potencialidades dos sujeitos, o paradigma inclusivo. Em um esforço para conceituar deficiência a partir desse novo parâmetro, o Relatório Mundial assim se posiciona:

A deficiência é “um conceito em evolução”, mas “a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena eficaz na sociedade de forma igualitária”. Definir a deficiência como uma interação significa que a “deficiência” não é um atributo da pessoa. O progresso na melhoria da participação social pode ser realizado lidando com as barreiras que afetam pessoas com deficiência na vida diária (BRASIL, 2012c, p. 04).

Esse estudo se estende por outras áreas da infratextura social como trabalho, educação, saúde e qualidade de vida. Enfatiza o impacto que o ambiente provoca na deficiência, podendo potencializar as limitações. É o caso da falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica. Em seguida alerta para o fato de que a deficiência é uma questão de direitos humanos, quando provoca a desigualdade e a

violação da dignidade; é uma questão de desenvolvimento, devido a sua relação bidirecional com a pobreza, pois “um corpo crescente de evidências empíricas do mundo inteiro indica que as pessoas com deficiência e suas famílias têm maior chance de enfrentar desvantagens econômicas e sociais do que aqueles indivíduos sem deficiência” (BRASIL, 2012c, p. 10).

No caso específico do Brasil, o censo do IBGE/2010 (BRASIL, 2012b) apresenta números significativos em relação à problemática da deficiência. Em comparação com o último censo, de 2000, os dados são bem distintos. Enquanto em 2000, o índice de pessoas com deficiência estava em torno 14,3%, hoje ele é de 23,9 %. Em relação aos tipos de deficiência os percentuais atuais, assim se apresentaram: 17,7 milhões dizem possuir algum tipo de deficiência “severa”, correspondendo a 6,7% da população. A deficiência visual passou de 1,5%, em 2000, para 3,5% em 2010. Deficiência motora foi de 1,4% para 2,3%. Deficiência auditiva subiu de 0,6% para 1,1%. A deficiência intelectual foi a única que apresentou redução, ao passar de 1,7%, em 2000, para 1,4% em 2010.

Essas mudanças acentuadas, nos percentuais apresentados, talvez estejam ligadas à metodologia utilizada, ou simplesmente, na forma de abordagem, como uma mudança na forma de questionar. Por exemplo, no censo de 2000, a pergunta era “Como você avalia a sua capacidade de enxergar?”. Em 2010, esta pergunta foi modificada para “Você tem alguma dificuldade para enxergar?”.

A apresentação desses dados é para mostrar que o número de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo representa uma parcela significativa da população, exigindo uma atenção diferenciada dos planejadores sociais, quanto às políticas públicas que vão ao encontro dos anseios dessa parcela da sociedade.

1.3.1 Classificação, Estrutura e Tipos de Deficiência

O enfoque agora será nos tipos de deficiência. Na maioria das abordagens, não atentamos para o aspecto relacionado à questão mais específica, como as características de saúde de cada uma. Em nosso entender este é um ponto relevante, pois muitas das ações desenvolvidas necessitam de um esclarecimento quanto às características clínicas de cada deficiência. De outra forma, seria uma

temeridade ignorar fatores básicos e necessários para o trato, a convivência e a atenção para com o indivíduo com deficiência.

Todo o processo de valorização e visibilidade da pessoa com deficiência vai ao encontro do conceito de inclusão social, que, em sentido mais amplo, significa possibilitar a elas, o respeito às necessidades próprias da sua condição, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade.

Como podemos constatar, não foi uma caminhada tranquila e sem percalços, pelo contrário, os obstáculos foram diversos, passando pelos terrenos movediços do preconceito e discriminação. Por fim resultou, neste caso na área da saúde, em algumas definições e classificações das deficiências.

Agora, diferente de outros momentos, existe algo bem mais sólido, conceitualmente falando, do que o simples olhar segregador. Filosoficamente os procedimentos se sustentam no conceito de inclusão, e não mais na integração pura e simples. Em princípio parece apenas um jogo semântico, mas na prática, significa transferir o foco da incapacidade e das limitações do indivíduo com deficiência ao contexto e ou ao ambiente inacessível, repleto de barreiras.

Desta forma, em 2001, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a *International Classification of Functioning, Disability and Health* - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse documento representa uma mudança na abordagem e nos procedimentos em relação à pessoa com deficiência. A adoção de novos fatores filosóficos e metodológicos foi determinante ao transferir o olhar da incapacidade e doença, para a capacidade do indivíduo em se relacionar com o seu ambiente, transferindo do indivíduo a incapacidade de mobilidade, e centrando o enfoque no espaço vivenciado pela pessoa com deficiência. Vejamos que diz o documento:

A CIF analisa a saúde dos indivíduos a partir de cinco categorias: funcionalidade, estrutura morfológica, participação na sociedade, atividades da vida diária e o ambiente social de cada indivíduo. Tal percepção traz maior clareza sobre a qualidade do funcionamento das ações específicas e dos efeitos sobre a inserção das pessoas com deficiência, permitindo descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e suas restrições.

A deficiência passou a ser compreendida como parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indica necessariamente a presença de uma

doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004).

Este mesmo entendimento, pode ser encontrado no documento a seguir:

A Classificação Internacional faz referência à participação, definida como a interação que se estabelece entre a pessoa com deficiência, a limitação da atividade e os fatores do contexto socioambiental.

Tal conceito significa uma mudança fundamental, que altera profundamente o perfil do tratamento dado pelos governos de todo o mundo às questões que envolvem as pessoas com deficiência, constituindo-se em um guia de orientação que organiza e padroniza as informações sobre a funcionalidade das pessoas com deficiência, segundo uma nova abordagem, a da sua capacidade efetiva. Serão cinco categorias de verificação adotadas por cerca de 200 países, o que representa uma nova forma de avaliação (BRASIL, 2008, p.10).

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) a partir de um novo aporte conceitual, centrado no fator saúde e não na doença, faz parte da “família” das classificações internacionais desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Essas classificações proporcionam um sistema para a compilação de informações sobre saúde, como diagnóstico, funcionalidade e incapacidade e utiliza uma linguagem padronizada que permite a comunicação sobre saúde e cuidados de saúde em todo o mundo, entre várias disciplinas e ciências.

A CIF atua em conjunto com a Classificação Internacional de Doenças, Décima Revisão (CID-10), que classifica os estados de saúde (doenças, perturbações, lesões) e fornece uma estrutura de base etiológica. Assim, as informações sobre o diagnóstico e sobre a funcionalidade, complementam-se e proporcionam uma gama maior de informações sobre a saúde das pessoas em geral, que pode ser utilizada pelos agentes públicos no planejamento e execução de políticas públicas relacionadas a esta área.

Neste momento vale ressaltar que a CIF não somente classifica a saúde e os estados relacionados com a saúde. A CIF “não classifica pessoas, mas descreve a situação de cada pessoa dentro de uma gama de domínios de saúde ou relacionados com a saúde” (OMS, 2004, p. 12). Essa descrição toma como parâmetro os fatores ambientais e pessoais. Logo, é constituinte desse traço a Função do corpo, Estrutura do corpo, Deficiências, Atividade, Participação, Limitações da Atividade, Restrições na participação e Fatores ambientais. Esses

conceitos são mais bem visualizados, quando de sua operacionalização, conforme Quadro 3 (Anexo 3).

Para uma melhor visualização, de acordo com a OMS podemos verificar que a CIF está constituída de duas partes, cada uma com dois elementos. A primeira parte constitui-se da *Funcionalidade e Incapacidade* e subdivide-se em

a) Funções do Corpo e Estruturas do Corpo e (b) Atividades e Participação. A segunda parte compõe-se dos *Fatores Contextuais* e, por conseguinte, dos (c) Fatores Ambientais e (d) Fatores Pessoais. Todos esses componentes podem ter aspectos positivos e negativos, de acordo com seus domínios e categorias, que por fim, materializam as unidades de classificação.

Assim, a saúde e os estados relacionados com a saúde de um indivíduo, podem ser registados através da seleção dos códigos numéricos que apontam o alcance ou proporção da funcionalidade ou da incapacidade naquela categoria, ou ainda, de que forma um fator ambiental promove ou compõe uma barreira para uma vida com autonomia.

No que se refere ao item 4 da CIF, que trata da Visão geral dos seus componentes, mais precisamente no item 4.1, em que se abordam as funções e estruturas do corpo e deficiências, faz-se necessário conhecer algumas definições, eleitas de acordo com o objetivo deste trabalho. Assim citamos o item 4 e 13, a seguir:

(4) As deficiências de estrutura podem consistir numa anormalidade, defeito, perda ou outro desvio importante relativamente a um padrão das estruturas do corpo. As deficiências foram definidas de acordo com os conhecimentos biológicos atuais ao nível de tecidos ou das células e ao nível subcelular ou molecular. Por motivos práticos, no entanto, esses níveis não estão classificados. As bases biológicas das deficiências orientaram essa classificação e é possível expandir a classificação para incluir os níveis celulares ou moleculares. Do ponto de vista médico, deve-se ter em mente que as deficiências não são equivalentes às patologias subjacentes, mas sim a manifestações dessas patologias.

As deficiências podem ser parte ou uma expressão de uma condição de saúde, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente.

(13) Os fatores ambientais interagem com as funções do corpo, como por exemplo, a qualidade do ar e a respiração, a luz e a visão, os sons e a audição, estímulos que distraem e a atenção, textura do pavimento e o equilíbrio, a temperatura do ambiente e a regulação da temperatura do corpo (OMS, 2004, p. 15-16).

Sasaki (2012, p. 14-16) nos diz que historicamente a sociedade trata as pessoas com deficiência como se possuíssem alguma enfermidade, como se fossem pessoas doentes pelo fato de terem uma deficiência. Essa atitude, em muito prejudica a construção do conceito de estrutura da deficiência, citado acima, quando analisamos a CIF. Isto decorre do fato de que a deficiência está ligada a fatores do corpo humano como: “lesão, perda ou ausência de membros, anomalia, malformação, insuficiência, déficit, disfunção”. A falta de um melhor esclarecimento tem prejudicado o avanço de políticas públicas para essa parcela da população. O equívoco aumenta quando “a palavra *deficiência* tem sido substituída aleatoriamente por termos, tais como *incapacidade, limitação, invalidez, defeito, desvantagem*, como se fossem sinônimos”.

Não é apenas uma mudança de termos e nomes, enquanto a primeira CIF (1980) ainda trata a deficiência como uma incapacidade oriunda do indivíduo (modelo médico), a CIF (2001) passa a adotar o modelo social da deficiência, segundo a qual são as restrições ambientais que devem ser trabalhadas, para oferecer acessibilidade. Em tese, o foco sai do indivíduo com deficiência e passa para o contexto habitado por ele.

Após realizarmos esta incursão pelos aspectos mais técnicos e formais, das questões relacionadas à deficiência, intencionamos no final desta seção apresentar cada deficiência de acordo com as características legalmente estabelecidas. Sabe-se, que para alguns, seja algo menos importante diante da diversidade de anseios que devem ser atendidos. Mas, no entanto, muita coisa já foi feita, nesta área, sem o mínimo de informação necessária para uma ação duradoura.

Em geral, tudo parte do improviso, do favor, das campanhas de solidariedade, do “jeitinho”. Querer fazer, necessariamente, não significa saber fazer. No que tange ao trato e convivência com a pessoa com deficiência, muito ainda se tem que avançar, a começar pelo estudo e conhecimento dos aspectos legais, técnicos e científicos. Assim, para que as políticas públicas, as ações de caridade e as iniciativas particulares tenham alguma efetividade, precisamos conhecer para saber fazer.

A seguir apresentamos as características inerentes a cada deficiência. Nossos parâmetros conceituais foram construídos a partir da documentação consultada, a saber: Decreto nº 5.296/04 (BRASIL, 2014a); Decreto Nº 5626/05 (BRASIL, 2014c), Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) (OMS, 2004);

Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência-2006 (BRASIL, 2012a); Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde (BRASIL, 2008), e que nos comprova a necessidade de fazermos uma leitura mais acurada da problemática em questão, para que assim possamos agir sem a ameaça do imprevisto e, conseqüentemente, da descontinuidade de ações.

1.3.2 Tipos de Deficiência

- Deficiência física

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Cabe aqui esclarecer, que para fins legais, algumas características inerentes a esta deficiência devem estar especificadas, como a seguir: Amputação - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro; Paraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores; Paraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores; Monoplegia - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior); Monoparesia - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior); Tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores; Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores; Triplegia - perda total das funções motoras em três membros; Triparesia - perda parcial das funções motoras em três membros; Hemiplegia - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo); Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo); Ostomia - intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo

humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário); Paralisia Cerebral - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental; Nanismo - deficiência acentuada no crescimento.

O conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. A pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais, desde que tenha condições e apoios adequados às suas características.

De acordo com Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – (BRASIL, 2008, p. 14), as pessoas com deficiência física ressentem-se de uma variedade de condições neurossensoriais que as afetam em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões nervosas, neuromusculares e osteoarticulares ou, ainda, de má-formação congênita ou adquirida.

Hoje em dia, com o avanço da medicina e dos recursos de tecnologia assistiva, dependendo do caso, as pessoas com deficiência conseguem ter uma vida independente com a ajuda de próteses, cadeiras de rodas ou outros aparelhos auxiliares. Ao ter independência e poder realizar determinadas atividades, essas pessoas podem ter condições de exercer suas tarefas cotidianas, na escola, trabalho ou lazer. Na verdade muito da interação e participação social da pessoa com deficiência vai depender do que se conhece sobre a deficiência e das estratégias a serem pensadas e empregadas.

- Deficiência auditiva

É a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II) (Decreto Nº 5.626/2005).

A deficiência auditiva pode ser total ou parcial, e apresenta-se como surdez leve, moderada e surdez severa ou profunda. A perda auditiva tem uma grande influência na interação social do ser humano. Existem diferentes variáveis que

influenciam na perda da audição, como a causa, o grau, a localização, o período e a ocorrência.

Os procedimentos e estratégias para o trato com a pessoa surda muito vão depender do período de acontecimento da surdez. Se for a fase denominada *pré-lingual* estarão comprometidos o aprendizado e a significação das palavras, dos sons e memória auditiva. Se a surdez se manifestar em um contexto posterior, o indivíduo ainda será capaz de compreender o seu idioma, os sons, as palavras e as expressões.

De acordo com dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008) cerca de 9,7 milhões têm deficiência auditiva (5,1%). A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhões de pessoas tem grande dificuldade de ouvir.

As causas de deficiência auditiva (de moderada a profunda) mais frequentes em crianças são a rubéola gestacional e outras infecções pré-natais. Contudo, em cerca de 33% dos casos não se consegue estabelecer uma etiologia para essa afecção. Nos casos de deficiência auditiva de leve a moderada, a otite média é a causa mais frequente na infância, com uma incidência em torno de 33% [...] Na literatura internacional, a presbiacusia – perda auditiva devido à idade – é apontada como a principal causa de deficiência auditiva nos idosos, com uma incidência de cerca de 30% na população com mais de 65 anos de idade. O ruído, principalmente no ambiente de trabalho, é apontado como a segunda principal causa de perda auditiva neurossensorial entre os adultos (BRASIL, 2008).

Garcia (2009, p. 105) enfatiza que a problemática da surdez deve ser abordada de forma diferente, face aos encaminhamentos propostos as outras deficiências. Isto decorre do fato, de que as questões relacionadas a surdez, também envolvem com maior ênfase, aspecto relacionado a “sua consciência sobre a complexidade da vida social e das alternativas que o modo de vida da sociedade coloca para suas escolhas e para o seu desenvolvimento como ser humano”. Falamos da cultura surda, que ainda se apresenta como um tema pouco explorado, mas que se apresenta como fator determinante para o esclarecimento a respeito do sujeito surdo e tudo o que lhe diz respeito.

Cromack (2014) nos diz que se deve entender que a surdez não é apenas uma deficiência sensorial, pois envolve consequências sociais mais amplas e complexas, já que o fato de não poder se comunicar, provoca o isolamento. Então a linguagem se apresenta como fator determinante para o entendimento dessa

problemática, haja vista, que se mostra necessária na construção da identidade do sujeito surdo, é a chamada cultura surda. A adoção das LIBRAS, para sua interação social é de vital importância para a construção de uma identidade pessoal.

Somos seres sociais e, por isso, precisamos identificar-nos com uma comunidade social específica e, com ela, interagir de modo pleno, ou seja, precisamos de uma identidade cultural, e, para isso, não basta uma língua e uma forma de alfabetização, mas, sim, um conjunto de crenças, conhecimentos comuns a todos (CROMACK, 2014, p. 02).

Desta forma, de acordo com Cromack (2014), existe a necessidade de se vê essa problemática pelo viés da minoria linguística e cultural, e não mais pelo paradigma da deficiência. Vale ressaltar que esta interpretação suscita inúmeras discussões, prós e contra, o que lamentamos não poder ampliar no momento. Mas, fato é, que o debate tem ampliado o entendimento dessa questão, e permitido a sua inserção no ambiente de aprendizagem, bem como em outras esferas da sociedade, oportunizando o conhecimento a respeito de uma cultura dos surdos.

- Deficiência visual

De acordo com o Decreto nº 3.298/99 (BRASIL, 2009b) e o Decreto nº 5.296/04 (BRASIL, 2014a), conceitua-se como deficiência visual: Cegueira - na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa Visão - significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; Ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Ressaltamos a inclusão das pessoas com baixa visão a partir da edição do Decreto nº 5.296/04. As pessoas com baixa visão são aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida. As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual (BRASIL, 2008).

Vivemos, na atualidade, circundados por uma geração da imagem e do som e isto impõe um constante apelo visual, em que a relação social passa pelo contato visual e pelas diferentes formas de expressão, definindo os códigos necessários para a interação e o desenvolvimento individual. Para os videntes é quase

impossível imaginar as sensações vivenciadas por aquelas pessoas que possuem deficiência visual.

O desenvolvimento tecnológico atual, em muito contribui para a inclusão da pessoa com deficiência visual, ao disponibilizar programas e software de voz, que permite a leitura, o acesso à rede mundial de computadores e ao mundo virtual. Estes recursos substituem, em parte, a exigência do contato visual e da expressão no momento de interação social.

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2012b), das pessoas que se declararam com deficiência visual, 6,5 milhões disseram ter dificuldade severa, 6 milhões têm dificuldade de enxergar e 506 mil se disseram cegas. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS¹⁵) declarou que existem 39 milhões de cegos no mundo, outros 246 milhões sofrem de perda moderada ou severa da visão; a incidência é maior nos países em desenvolvimento.

Encontramos diversas formas de definições quantitativas e funcionais para a deficiência visual, isso depende muito do enfoque em questão, se individual ou coletivo. Existem diferentes graus de deficiência visual, pois de fato, ser cego não significa apenas não enxergar, pois em termos médicos ou educacionais ainda mantêm a percepção visual. Esta ressalva é de vital importância, para ultrapassar a barreira do senso comum, de que a ausência da visão está ligada à incapacidade, e dependendo do contexto em questão, essa pré-noção será colocada em dúvida, pois de acordo com os recursos de ajuda técnica presente, o sujeito cego poderá muito bem interagir, apreender e interpretar o mundo em seu entorno.

De acordo com a Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) de 1993, a deficiência visual compreende uma situação irreversível da função visual, e pode ser classificada em categorias que vai desde a baixa visão ou visão subnormal até a ausência total de visão. Essa classificação é tomada como base para unificar as informações, bem como direcionar as ações governamentais de prevenção e tratamento da deficiência visual. A cegueira é a pequena capacidade de enxergar ou perda total da visão, o que não impede de se desenvolver atividades da vida diária, desde que assistidas pelos recursos auxiliares. A baixa visão ou visão subnormal é definida quando a

¹⁵ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/10/10>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

visão do melhor olho não passa de 30%, em relação ao que se considera visão normal, mesmo com tratamento e uso de óculos.

Os dados da OMS, publicados em 2011¹⁶, com relação às causas da deficiência visual e cegueira no mundo são os seguintes:

Causas de cegueira:

- Catarata não operada 51%
- Glaucoma 8%
- Degeneração macular relacionada à idade 5%
- Cegueira na infância 4%
- Opacidades de córnea 4%
- Erros refrativos não corrigidos 3%
- Tracoma 3%
- Retinopatia diabética 1%
- Causas indeterminadas 18%

Causas de deficiência visual:

- Erros refrativos não corrigidos 43%
- Catarata não operada 33%
- Glaucoma 3%
- Degeneração macular relacionada à idade 1%
- Retinopatia diabética 1%
- Tracoma 1%
- Opacidades de córnea 1%
- Causas indeterminadas 18%

- Deficiência intelectual

De acordo com o Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/04 (BRASIL, 2014a), conceitua-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a. comunicação;
- b. cuidado pessoal;

¹⁶ Disponível em <http://laramara.org.br/deficiencia-visual/estatisticas-e-causas>. Acesso em 15 de outubro 2013.

- c. habilidades sociais;
- d. utilização dos recursos da comunidade;
- e. saúde e segurança;
- f. habilidades acadêmicas;
- g. lazer; e
- h. trabalho.

(Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d"; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Iniciamos esta seção diferenciando deficiência intelectual de doença mental, já que esse é um erro comum em nossa sociedade.

A pessoa com deficiência mental nasce ou adquire essa condição em consequência de uma desordem no organismo. Tal desordem acarreta dificuldades no entendimento do pensamento formal, ocasionando dificuldades de abstração diante de uma informação complexa. Porém, o indivíduo com deficiência mental mantém a percepção da realidade. Seu desenvolvimento sócio-afetivo é normal quando estimulado adequadamente.

Já a pessoa com doença mental tem distúrbios de personalidade. Esse comprometimento é ocasionado por uma desordem psíquica. O doente mental apresenta um quadro patológico que muitas vezes altera sua percepção da realidade.

As doenças mentais mais comuns são Síndrome do Pânico, Esquizofrenia, Desordem Obsessiva-Compulsiva (DOC), Depressão e Distúrbio Bipolar (DIEHL, 2008, p. 86).

Conforme Nogueira, Oliveira e Sá (2009, p.60), a deficiência intelectual caracteriza-se por apresentar limitações acentuadas no funcionamento intelectual global, conjugado por dificuldades no comportamento adaptativo como habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, participação, interação e papel social, saúde, contexto. Essas dificuldades podem ser derivadas do período de desenvolvimento.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006, p. 19), ao citar a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD), na deficiência mental observa-se uma substancial limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo e de suas habilidades para a vida diária.

Diehl (2008) afirma que conceituar objetivamente deficiência mental ainda é um risco, pois tudo parte do pressuposto de que todas as características são as mesmas em todos, e mais, de que se diferenciam por completo dos "normais". Isto pode ser um equívoco, já que não levam em consideração outras "inteligências". Sua assertiva toma como referência a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner que destaca as diversas formas de manifestação da inteligência:

1) Inteligência linguística, que se manifesta como habilidade criativa no uso das palavras nas diversas formas; 2) Inteligência sinestésica, caracterizada pela aptidão em atividades motoras; 3) Inteligência espacial, aquela manifestada através da facilidade em identificar, assimilar e relacionar as diversas formas espaciais; 4) Inteligência lógico-matemática, que caracteriza a habilidade no raciocínio lógico-dedutivo; 5) Inteligência musical, envolvendo a criatividade e o aprendizado musical de forma rápida e eficiente; 6) Inteligência interpessoal, que diz respeito à capacidade de relacionamento e compreensão com outras pessoas; e 7) Inteligência intrapessoal, característica da autoestima e autoconfiança desenvolvida (DIEHL, 2008, p. 75-76).

Diehl (2008) ainda esclarece que existem diferentes enfoques do perfil da pessoa com deficiência intelectual, como os testes psicométricos, como o QI, ou ainda quanto a sua origem como: genéticas, desordem química, desordem cromossômica, complicações pré-natais, complicações no parto, complicações pós-natais, síndrome do autismo. Atualmente o histórico do indivíduo é mais bem aceito, pois espelha o meio em que vive, a maneira como é tratado e os estímulos que recebe.

1.4 As questões recentes da Deficiência: Estimativas e Necessidades

Para finalizar este capítulo, no parece ser apropriado conhecer os dados mais atuais a respeito da problemática da deficiência. Em 2011, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em parceria com o Banco Mundial, lançou o Relatório Mundial sobre a Deficiência (BRASIL, 2012c). O objetivo era apresentar informações que permitam a criação de políticas e programas de governo que possam melhorar a vida das pessoas com deficiência, bem como facilitar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, lançado em 2008.

A partir do esclarecimento de que as pessoas com deficiência devem fazer parte dos debates e discussões do que lhes diz respeito, o Relatório recomenda atos para todas as partes envolvidas como: governos, organizações da sociedade civil, organizações de pessoas com deficiência. Veja o que diz o documento em relação a criar ambientes facilitadores, desenvolver serviços de suporte e reabilitação, garantir uma adequada proteção social, criar políticas e programas de inclusão, fazer cumprir as normas e a legislação.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência reúne as melhores informações científicas disponíveis sobre a deficiência para melhorar as vidas das pessoas com deficiência e facilitar implementação da CRPD. Seu objetivo é:

- Prover aos governos e a sociedade civil uma análise abrangente sobre a importância da deficiência e as respostas oferecidas, baseada nas melhores evidências disponíveis.

- Recomendar ações em nível nacional e internacional.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde - CIF, adotada como o modelo conceitual deste Relatório, define a incapacidade como um termo amplo para deficiências, limitações às atividades e restrições à participação.

A incapacidade se refere aos aspectos negativos da interação entre indivíduos com determinadas condições de saúde (tais como paralisia cerebral, Síndrome de Down ou depressão) e fatores pessoais e ambientais (tais como atitudes negativas, transportes e prédios públicos inacessíveis, e apoio social limitado) (BRASIL 2012c, p. 07).

O cenário exposto pelo Relatório (BRASIL, 2012) ainda apresenta dados preocupantes em relação à condição de existência das pessoas com deficiência. Números que já deveriam ter sido modificados, pois, nos anos 70, do século passado, as estimativas projetavam que 10% da população mundial possuía algum tipo de deficiência.

Em 2011, a OMS expôs um número de 15%, sendo 2,2% a 3,8% de deficiências significativas. Esse panorama é mais preocupante, quando se constata que as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor e taxas de pobreza mais elevadas. Situação derivada da falta de iniciativas que diminuam ou eliminem as barreiras de acessibilidade arquitetônicas, de comunicação e atitudinal, dificultando o exercício pleno da cidadania por parte dessa parcela significativa da população mundial.

As condições de diversidades entre as diferentes deficiências também são constatadas no Relatório Mundial, as que apresentam maior severidade enfrentam maior dificuldades que outras. É o caso da deficiência intelectual ou com o comprometimento de saúde mental, que tem maior dificuldade de acesso à escola, ao trabalho, ao lazer e ao convívio social de modo geral.

Ao analisar os dados do censo IBGE-2010 não foi possível constar a real condição das pessoas com deficiência intelectual, no que se refere a uma maior interação social, mas se nota claramente os números, quanto à severidade das diferentes deficiências, em relação à grande dificuldade ou impossibilidade de enxergar, ouvir ou caminhar/subir degraus.

A proporção de pessoas que apresentou deficiências severas é bem menor do que a daquelas com pelo menos uma das deficiências, que inclui as pessoas que responderam que enfrentam “alguma dificuldade” em ouvir, enxergar e em se locomover. Embora haja uma forte relação entre os dados por faixas etárias de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas e as pessoas com deficiências severas, esse último grupo é bem menor do que o primeiro em todos os agrupamentos. No grupo de 0 a 14 anos, a deficiência atinge 7,53% para o primeiro segmento e 2,39% para o segundo; no grupo de 15 a 64 anos, a relação é de 24,9% e 7,13% e no grupo de 65 anos ou mais, 67,73% e 41,81% (BRASIL, 2012c, p. 07-08).

As informações em relação à questão educacional demonstram que, independente do grau de desenvolvimento de cada país, o acesso de pessoas com deficiência à escola ainda é muito baixo. Os dados referentes ao acesso, permanência e saída das crianças com deficiência são bem inferiores às crianças que não possuem deficiência, e isto se agrava quanto aos índices de reprovação. Uma explicação possível pode ser encontrada nas perspectivas estereotipadas da deficiência que destacam algumas imagens clássicas como o cego com sua bengala, os surdos gesticulando em Libras ou ainda os usuários de cadeira de rodas.

Contudo, a vivência nos mostra muito mais que uma imagem congelada nas incapacidades. A interação nos oportuniza vivenciar tantas outras possibilidades e potencialidades contidas no sujeito com deficiência, e muito tem a ver com as relações sociais e ambientais disponibilizadas, que podem provocar desvantagens ou não para sua inclusão social.

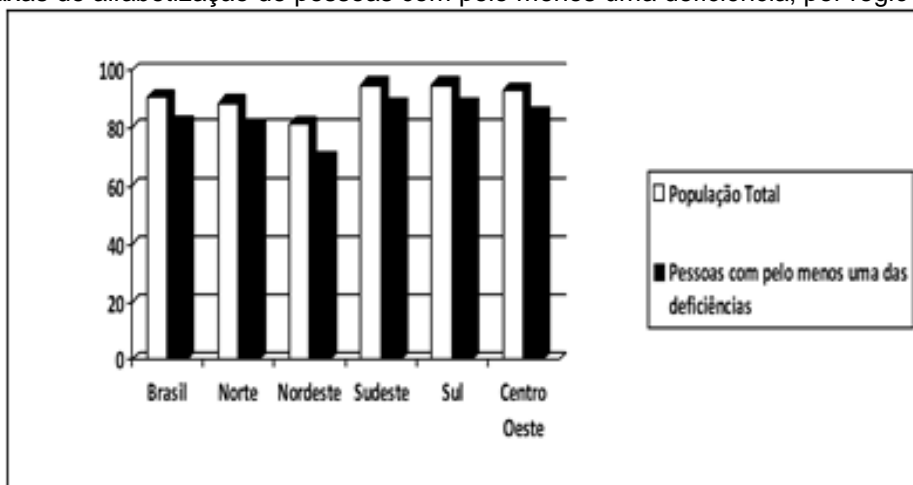
Enquanto a deficiência está relacionada à desvantagem, nem todas as pessoas com deficiência sofrem igualmente essas desvantagens. Mulheres com deficiência sofrem a discriminação por gênero assim como as barreiras incapacitantes. Taxas de matrícula nas escolas variam entre as deficiências, sendo que as crianças com deficiência física normalmente apresentam uma adesão maior do que aquelas que sofrem de deficiência intelectual ou sensorial. Aqueles mais excluídos do mercado de trabalho geralmente são aqueles com dificuldades de saúde mental ou incapacidades intelectuais (BRASIL, 2012c, p. 08).

O Censo IBGE-2010 em relação ao item educação no Brasil tomou como variáveis para análise a taxa de alfabetização, a taxa de escolarização e o nível de instrução. Quanto à taxa de alfabetização, para a população total foi de 90,6%, a do segmento de pessoas com pelo menos uma das deficiências foi de 81,7%. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de alfabetização e as

maiores diferenças entre população total e de pessoas com deficiência, respectivamente 8,8% e 11,7%. Segundo o IBGE, a taxa de escolarização é dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

Como no Brasil o ensino é obrigatório a partir de seis anos de idade e tem duração de nove anos, a taxa de escolarização foi calculada para o grupo etário total de 6 a 14 anos e para o segmento das crianças com, pelo menos, uma das deficiências. Os resultados apresentam números bem uniformes entre as regiões como entre os dois segmentos da população. As taxas mais baixas ocorreram na Região Norte, 94% para o total e 93,3% para a população com deficiência, sendo a diferença entre eles a menor entre as regiões, de 0,7%. O nível de instrução mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo.

Gráfico 1
Taxas de alfabetização de pessoas com pelo menos uma deficiência, por regiões (%)



Fonte: IBGE (2010).

Em 2010 (IBGE), na população com deficiência, 14,2% possuíam o fundamental completo; 17,7%, o médio completo; e 6,7% possuíam o superior completo. A proporção denominada “não determinada” foi igual a 0,4%. Em 2010 havia, ainda, grande parte da população sem instrução e fundamental completo, um total de 61,1% das pessoas com deficiência.

Em relação ao trabalho e empregabilidade, tema tratado no capítulo 8 do Relatório Mundial (BRASIL, 2012c), constata-se que as pessoas com deficiência estão envolvidas em diversas áreas, como professores, médicos, artistas, motoristas

e técnicos de informática. O fato de ser produtivo não deveria ser uma exceção, pois quase todos os trabalhos podem ser realizados por uma pessoa com deficiência, desde que exista uma ambiência necessária para recebê-lo.

No entanto, independentemente do grau de desenvolvimento de cada país, as pessoas com deficiência em comparação com as pessoas sem deficiência apresentam baixas taxas de empregabilidade e altas taxas de desemprego. Esta situação espelha e aproxima a condição de deficiência à situação de pobreza, constadas em vários os países.

Constatamos tal situação na Tabela 1, contida no Relatório Mundial sobre Deficiência, a seguir:

Tabela 1
Taxas de empregabilidade, proporção com deficiência e não deficientes

INDIVÍDUOS	PORCENTAGEM					
	Países de baixa renda		Países de alta renda		Todos os países	
	Não deficiente	Deficiente	Não deficiente	Deficiente	Não deficiente	Deficiente
Homem	71,2	58,6*	53,7	36,4*	64,9	52,8*
Mulher	31,5	20,1*	28,4	19,6*	29,9	19,6*
18-49	58,5	42,9*	54,7	35,2*	57,6	41,2*
50-59	62,9	43,5*	57,0	32,7*	60,9	40,2*
Acima 60	38,1	15,1*	11,2	3,9*	26,8	10,4*

Fonte: (BRASIL, 2012c, p. 246).

Nota: As estimativas são feitas a partir de pesos pós-estratificados da Pesquisa Mundial de Saúde (PMS), quando disponíveis (ou pesos de probabilidade), e padronizados por idade. * Testes sugerem diferença significativas, de 5% dos “não deficientes”.

A questão da empregabilidade da pessoa com deficiência não passa despercebida. Sobre a disparidade apresentada na tabela anterior, há muita discussão que tanto compreende a problemática, quanto aponta caminhos para a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Muitos fatores causam impacto nos resultados do mercado de trabalho para pessoas com deficiência, incluindo diferenciais de produtividade; falhas do mercado de trabalho relacionadas à discriminação e ao preconceito e desincentivos criados por sistemas de benefícios por deficiência. Para tratar falhas do mercado de trabalho e encorajar a contratação de pessoas com deficiência, vários países possuem leis proibindo discriminação por deficiência. Essas leis têm o intuito de melhorar o acesso à economia formal e ter acesso a mais benefícios sociais. Muitos países também possuem medidas específicas, por exemplo, as cotas, visando aumentar o número de oportunidades para pessoas com deficiência. Serviços profissionais de reabilitação e emprego – capacitação profissional, aconselhamento, assistência na procura de emprego e colocação – podem desenvolver ou restaurar as capacidades das pessoas com deficiência para competir e facilitar a sua inclusão no mercado de trabalho (BRASIL, 2012c, p. 243).

De acordo com o item trabalho, no censo IBGE 2010 (BRASIL, 2012b), observa-se que mesmo a despeito dos inúmeros amparos legais, como a Lei 8.213/1991- Lei de cotas (BRASIL, 2009) que “estabelece em seu Artigo 93 que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com pessoas com deficiência e reabilitadas, na seguinte proporção do número total de funcionários: até 200, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; de 1001 e acima, 5%”, as condições de empregabilidade dessa parcela da população ainda são muito diferenciadas daquelas que não possuem deficiência.

Apesar da exigência legal de cotas para trabalhadores com deficiência, a participação deles no mercado de trabalho, em 2010, ainda era baixa quando comparada à das pessoas sem deficiência. Do total de 86,4 milhões de pessoas, de 10 anos ou mais, ocupadas, 20,4 milhões eram pessoas com deficiência, 23,6% do total. Em 2010, havia 44.073.377 pessoas com pelo menos uma deficiência em idade ativa, mas 23,7 milhões não estavam ocupadas.

A deficiência mental ou intelectual exerce um maior impacto negativo no nível de ocupação, tanto para os homens como para as mulheres. A população feminina apresentou menores níveis de ocupação em todos os tipos de deficiência investigados (BRASIL, 2012b, p. 21-22).

Ao olharmos através da história, toda a caminhada das pessoas com deficiência, podemos constatar o que significa construir um caminho. Da total situação de abandono ou segregação até chegar a ser alvo de políticas públicas de inclusão, muito se fez necessário edificar para sair da condição de invisível e passar a existir socialmente. Essa visibilidade exigiu da sociedade, de um modo geral, a mudança de procedimentos não somente práticos, estruturais, mas principalmente daqueles centrados em aspectos mais subjetivos. Estamos nos referindo aos procedimentos atitudinais, como a luta pelo não preconceito e não discriminação.

Dentre todos os aspectos relacionados à problemática da deficiência, este nos parece ser o mais sério, pois nos remete a trabalhar com questões relacionadas a crenças e valores. Os recursos financeiros existentes para a promoção da acessibilidade nos permitem disponibilizar todas as condições materiais, estruturais e tecnológicas necessárias para a perfeita inclusão social das pessoas com deficiência. No entanto, nem todo o recurso financeiro disponível é capaz de mudar os procedimentos preconceituosos, muitos dos quais sedimentados na falta de informação.

Muitos ainda associam a deficiência à incapacidade, como se fossem sinônimas. Esta postura preocupante emperra todo o processo de visibilidade social desse grupo de pessoas. Mesmo a despeito dos inúmeros exemplos de proatividade demonstrado e mostrado diariamente, a dúvida, a incerteza e a descrença permanecem em algumas situações, seja em casa, na escola ou no ambiente produtivo. As pessoas com deficiência têm que provar diariamente que são potencialmente capazes de assumir o controle de sua existência.

Contudo, como vimos, o debate e as discussões a respeito do tema provocaram mudanças no modo ver, viver e conviver com as pessoas com deficiência. Estudos sociológicos, antropológicos e o cerne filosófico deram o suporte necessário para a construção de aportes legais que embasaram os procedimentos, tanto global como local, dos agentes governamentais. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até os dias atuais muito se produziu em termos de legislação para a garantia dos direitos desse grupo social. As áreas de saúde, educação, trabalho, lazer e transportes foram contempladas com aportes legais específicos, que disponibilizaram amparos oficiais para demandas diárias desses cidadãos.

Outro ponto a destacar é o próprio envolvimento das pessoas com deficiência nos encaminhamentos que lhes dizem respeito. Sentindo-se amparadas e valorizadas, pela legislação, o movimento inclusivo ficou fortalecido, abrindo espaços, antes negado, para que pudessem com propriedade participar dos debates e decisões que lhes eram próprias. Palavras como empoderamento, autonomia e independência foram adotadas na constituição dos documentos oficiais. A pressão internacional impeliu inúmeros países, incluindo o Brasil, a se tornarem signatários dos acordos nas áreas da saúde, educação, trabalho e assistencial social. É o *Nada sobre nós, sem nós*.

Como foi possível constatar durante a construção desse caminho, envolto por aspectos apaixonantes do tema, de um entendimento sobrenatural da deficiência, surge uma abordagem mais concreta e racional. Do assistencialismo “humanista” dos primeiros momentos, chegamos à assistência social da atualidade, moldada pelos programas, projetos, metas e ações constituintes dos programas de governos, ou em algumas situações mais otimistas, dos programas de Estado.

Mas este é um assunto para o próximo capítulo deste trabalho, no qual abordaremos a importância das políticas públicas na promoção da visibilidade social da pessoa com deficiência. Por enquanto, esperamos que o caminho construído esteja calçado pela valorização do ser humano e traga de volta aquilo que Morin (1991) considera o paradigma perdido, ou seja, o respeito à *natureza humana*, sem o que de nada adianta as boas ações ou intenções.

*“Que quem não canta dance
a voz do outro!
Quem não toca,
que dance pousado nos acordes de
quem toca!
Porque perfeito, só tudo junto.
Só uma das mãos não faz o aplauso,
só uma boca jamais fará o beijo.
Todos juntos, sim, podem formar a
imensa risada, [...]”.*

(OSWALDO MONTENEGRO)

CAPÍTULO 2

2 A TESSITURA DA VISIBILIDADE DA DEFICIÊNCIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E TRABALHO

Diante das informações contidas na primeira parte deste trabalho, é fácil constatar que as condições de vida das pessoas com deficiência na atualidade, é melhor do que em épocas anteriores. E isto se estende as mais diversas áreas da sociedade. Ainda não é a perfeição, e talvez nem cheguemos lá, mas é fato que o olhar em relação à deficiência vem mudando com o passar dos tempos. Verifica-se que diferentes aspectos da infratextura social já se tornam ao alcance das pessoas com deficiência, saindo do lugar comum de interesses tão somente assistencialistas.

Esferas antes fechadas e inacessíveis, como esporte, lazer e cultura, hoje se mostram como porta de entrada para uma vida ativa socialmente, dissociando a imagem de deficiência, da incapacidade. Os meios de comunicação, antes reticentes, pois acostumados aos modelos belos, formosos e fortes, descobriram que poderiam explorar a questão da superação como referencial para a vida de todos. O cinema, a TV, o mundo da moda, artes plásticas, ciência, enfim em tudo que se refere à vida humana, é possível encontrar exemplos de inclusão das pessoas com deficiência.

Ao carregarmos a tinta em um elogio quase sem medida, do procedimento de inclusão das pessoas com deficiência, feito acima, não pode nos iludir diante do fato de que esse respeito e reconhecimento é algo bem recente. Resultado das lutas pelas garantias dos direitos humanos e dos grupos ligados à causa, pois como vimos no capítulo anterior, sempre existiram pessoas com deficiência.

Os registros históricos são categóricos quanto ao tratamento dado a este grupo social, que regra geral sofreu e sofre com a falta de informação a seu respeito. E muito do que se pratica de discriminação e pré-conceito deriva da total ignorância

no trato e na convivência com o “diferente”, o “anormal”, o “defeituoso”, o “doente” e assim por diante.

Muitos desses adjetivos foram sendo sedimentados com o passar da história humana, pois não era comum encontrar no dia a dia pessoas com deficiência. Em geral essas pessoas eram mantidas a distância, isolados, segregados. O que os olhos não veem o coração não sente. Não é isso? É difícil admitir, mas foi sempre isso sim. Durante anos se criou a categoria dos invisíveis e intocáveis. Pessoa a quem o destino estava sujeito à tutela de outrem seja de forma institucional ou de algum indivíduo. E mesmo a despeito do avanço das garantias individuais, a discriminação ainda se faz presente no trato e na convivência diária, e se acentua diante da atitude de ignorar a existência dessas pessoas.

Contudo, em nosso entender, esse estigma foi sendo desmontado com a divulgação de inúmeros exemplos de superação e, acima tudo, de talento e potencialidades, muitas vezes adormecidas, a espera de uma oportunidade. As diversas esferas sociais contem arquétipos referenciais. Na música, nas artes plásticas, na ciência, no esporte, sim, quem diria no esporte, existem verdadeiros heróis e modelos de superação, que a mídia exaustivamente se encarrega de mostrar. O sinônimo de deficiência e incapacidade está sendo pouco a pouco reconfigurado, refeito e reconstruído.

Da segregação, passando pela integração, até chegar à inclusão, muito de história foi construída com os tijolos do pré-conceito. Mas o ultimo quartel do século XX foi prodigo no processo de inclusão das pessoas com deficiência. E muito se deve ao processo de visibilidade praticado pelos próprios integrantes dessa categoria, quando assumiram suas limitações e partiram para a prática do empoderamento social. Mostrando e demonstrando que a deficiência não estava no sujeito, mas sim no seu entorno. Das pessoas sem informação ou esclarecimento, até ao ambiente inacessível, tudo passou a ser questionado, provocando o surgimento de um novo modelo de viver e conviver, centrado em tudo para todos, sem distinção ou segregação.

Começam a surgir as ideias de potencializar as virtudes dos indivíduos e não suas incapacidades. O movimento de inclusão apresenta um modelo bidirecional. Agora as ações não deveriam ser centradas apenas no indivíduo com deficiência, ou como sempre foi, em suas “incapacidades”, mas no ambiente e na sociedade como

um todo, apresentando adequações e criando condições de igualdade para todos, garantindo direitos e deveres.

Desta feita, mesmo diante de inúmeros exemplos de superação, autonomia e empoderamento, a sociedade não poderia ser movida por iniciativas isoladas e individuais. O Estado é chamado a uma tomada de decisão em relação às políticas oficiais de inclusão do indivíduo com deficiência. Escola, trabalho, lazer, transportes, assistência social são áreas vividas e vivenciadas por todos, sendo necessárias políticas de acessibilidade claras e eficientes.

O movimento de inclusão serviu de base para muitas ações, contribuindo para atos menos assistencialistas e piegas, pois nem todos querem ser tutelados por toda a vida. Agora, o Estado como ente representativo da sociedade e guardião de suas garantias legais, assume juntamente com a sociedade civil organizada, a condução dos procedimentos necessários para uma verdadeira inclusão social das pessoas com deficiência.

Em face disso, então urge a necessidade de entendermos o que é o Estado? Como surgiu? E quais são seus propósitos? Em seguida passaremos ao debate das políticas públicas: origens conceitos e aplicações, bem como de sua intra e interligação com a figura do Estado. Posteriormente centraremos nossas atenções na discussão das políticas voltadas às ações em trabalho e educação, principalmente, quando nos restringimos ao Estado brasileiro.

O objetivo neste momento é de triangular as informações que se referem ao surgimento do Estado moderno, marcado pelo humanismo e a busca incessante pelo progresso, e criação das políticas públicas de suporte a valorização do ser humano e, conseqüentemente, de sua cidadania. É o que desenvolveremos nos períodos seguintes.

2.1 O Estado: Origens e Definições

Acreditamos está clara nossa linha mestra nesse trabalho, qual seja, políticas públicas. No entanto nos parece premente o entendimento de como essas políticas são criadas, ou mais restritamente para quem, e, para sermos mais provocativos, com que interesse são criadas.

Ora, sabemos que nada surge sem que algo ou alguém o sustente. Daí a necessidade em entender como são pensadas e implementadas as políticas públicas. Nesse momento urge a necessidade de conhecer o articulador ou gerenciador dessas ações. Aparece então a figura do Estado, que merece uma atenção mais cuidadosa, quanto a sua origem e formação, pois mesmo quando as iniciativas surgem no seio da sociedade civil, não se pode negar, de que, de alguma forma o Estado ou quem o represente está presente.

A tarefa não parece ser das mais simples, pois ao folhearmos os apontamentos que explicam a origem e formação do Estado, como o conhecemos, é comum encontrar distintas opiniões a respeito das premissas e conceitos. Mas em vez de encararmos esta situação como um empecilho, visualizamos uma provocação, um desafio.

Para esta tarefa, mesmo que superficialmente, nos apoiaremos em alguns clássicos do pensamento político, como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Weber, Hegel, e outros mais recentes como Bobbio e Fukuyama. Não nos aprofundaremos nas ideias de cada pensador, até porque não é este o propósito, mas faremos uma incursão naquilo que demarca e marca a ideia de cada um a respeito da origem e constituição do Estado.

A longa história humana nos expõe diante de uma grande lacuna de informações, haja vista que a ciência dispõe de suportes seguros para reconstituir a história até aproximadamente seis mil anos, enquanto se calcula que o homem habita a terra há cem mil anos. Mas vamos até onde podemos alcançar, e daí tentar entender como, onde e porque apareceu o Estado, e qual a relação com nosso estudo.

Fukuyama (2013) começamos por ele, que inicia o debate em torno do surgimento e importância do Estado, enquanto ente definidor, controlador e protetor do indivíduo como parte de uma grande engrenagem, constituída pelas diversas esferas como as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Tema recorrente nos debates relacionados aos aspectos políticos, os da ciência política, o Estado provoca as diversas opiniões, sejam contra ou a favor; o que não se espera a respeito é a isenção ou alienação.

Tudo e todos em linhas gerais estão relacionados ou inter-relacionados, ao Estado, o que projeta uma grande influência na vida cotidiana do ser humano, seja pela presença ou onipresença marcante, ou simplesmente, pela total ausência,

como em algumas sociedades atuais, pelo menos no formato moderno. Mas, não podemos negar que independente do tempo ou espaço, das formas ou formatos, em algum momento um grupo social esteve ou submetido às regras ou sanções impostas pelo Estado ou seu equivalente.

Fukuyama (2013, p. 21) nos diz que “o ser humano é um animal que segue regras”. Logo, como todo animal que segue regras, os seres humanos sempre estiveram sujeitos aos ditames impostos pelo grupo ao qual se integra ou se integrava. Eram normas estabelecidas por influencias naturais ou até sobrenaturais, pelos costumes ou pelos acordos firmados informalmente, de conformidade com interesses econômicos, políticos e sociais. Enfim, em algum momento e em algum espaço, as regras, as normas conduziram o cotidiano do ser humano.

A ideia que temos de Estado é bem mais recente, remonta a época moderna. No entanto, nos interessa agora, saber o que veio antes daquilo que entendemos como Estado. Mesmo a despeito daqueles que acreditaram ou acreditam, como diz Fukuyama (2013, p. 27) “nas fantasias de um mundo sem Estado”. Contudo, ao olharmos para o cotidiano, nos parece tudo muito simples e rotineiro, como se de fato, tudo estivesse sempre do mesmo jeito.

A caminhada pela constituição das instituições modernas foi longa e penosa, até entendermos o problema de se “chegar à Dinamarca”, como modelo de estabilidade, inclusão e prosperidade. Mas antes de chegarmos à Dinamarca, e ao modelo recorrente de estabilidade institucional, várias sociedades cumpriram suas obrigações em relação aos parentes e resolveram suas disputas pelo sistema de justiça retributiva, tomando como referência os costumes ou as tradições informais.

Em um primeiro momento urge esclarecer, de imediato, que a ordem política e as instituições políticas fundamentais, constituem-se de três categorias, a saber: O Estado, O Estado de direito e o Governo responsável. Essas instituições dão forma e conteúdo à convivência humana, pois sua existência está condicionada a confiança depositada pelas pessoas, na defesa dos interesses individuais e coletivos. Ao Estado cabe a detenção do poder e o resguardo das leis, bem como a defesa da nação como um todo. Os outros dois, Estado de Direito e Governo, impõe limite aos atos do Estado, cobrando atenção às regras sociais, como forma de transparência em suas ações.

Essas instituições existem porque as pessoas acham que, por intermédio delas, podem proteger seus interesses e os interesses de suas famílias. Mas o que as pessoas consideram seus interesses, e como estão dispostas a colaborar entre si, depende criticamente de ideias que legitimem determinadas formas de associação política. Assim, interesses próprios e legitimidade formam as bases da ordem política (FUKUYAMA, 2013, p. 31).

Mas antes de continuarmos com o estudo do Estado, como o conhecemos, é significativo entender e compreender como a humanidade se estruturava antes. E antes, existia o Estado da Natureza, pelo menos é o que encontramos quando passamos a estudar a origem do Estado. Fukuyama (2013) nos diz que Hobbes, Locke e Rousseau se utilizam da metáfora do estado da natureza para discutir, na verdade, a natureza humana, marcadas em sua essência pelo individualismo. De acordo com esses três filósofos, os seres humanos não eram naturalmente sociáveis, havendo a necessidade de que a sociedade oferecesse condições de atender aos interesses coletivos, pois nem todos poderiam alcançar objetivos sozinhos.

O Estado da Natureza se caracterizava pela luta de todos contra todos. Assim, resume Fukuyama (2013) o que diz Hobbes em sua obra *Leviatã*. Nessa sociedade, os homens viviam sob a égide do direito natural, ou seja, sem regras ou leis, eram livres para fazer o que quisessem, sob a lei do mais forte. E de acordo com Hobbes, como o homem é mal por natureza, e sem regras, entraria em um conflito permanente, havendo a necessidade de um Estado, que estaria acima dos interesses individuais. Assim, o Leviatã ou o Estado surge para garantir o direito à vida, a liberdade e a paz. Antes, porém, o homem concorda em abrir mão de sua liberdade natural, em troca do respeito de seus semelhantes.

Fukuyama (2013) ao se referir ao pensamento de John Locke, outro contratualista, afirma ser ele, menos incisivo do que Hobbes, em relação à natureza violenta dos seres humanos. Para ele os homens estavam mais preocupados em amealhar propriedades privadas do que lutando. Logo, o respeito à propriedade como direito natural, induzia a todos a viver em harmonia e equilíbrio, pois a natureza humana não é má. No entanto, conforme as relações se tornam mais complexas, e para garantir o direito e a segurança de todos, surge a necessidade de um contrato social e, conseqüentemente, de um Estado. Diferente do anterior, em Locke está garantido, não só o direito à vida, mas principalmente à liberdade e a posse de bens.

O posicionamento de Rousseau, analisado por Fukuyama (2013), pode ser considerado como oposto ao de Hobbes, pois entendia que o estado natural de liberdade e igualdade era em sua essência boa, diferente da sociedade política, marcada pela guerra, derivada das desigualdades entre os homens. Considera o estado da natureza como a “idade do ouro”, já que viviam em paz e harmonia, oposto ao momento em que o homem descobre a propriedade e, conseqüentemente, a desigualdade, tornando premente o surgimento da sociedade civil.

Como podemos observar a origem da propriedade provoca a acumulação de bens e, logo se uns tem, é porque outros deixaram de ter. A ganância, a escravidão e a violência dão origem ao Estado, a civilização e ao pacto social, com o simples propósito de proteger os ricos dos pobres. Logo constatamos que a origem do Estado, está ligada a proteção dos bens materiais, daqueles que o criaram.

Contrariando os jusnaturalistas em geral, Hegel considera não que os indivíduos constituam o Estado, mas que, ao contrário, os indivíduos só são possíveis no e através do Estado. Ao falar de Hegel, Fukuyama (2013), diz que não existe uma evolução do estado de natureza para o Estado civilizado. Na verdade o estado de natureza não se constitui em um estado jurídico, em virtude de suas características individualistas, destoando do Estado civilizado onde o direito surge como um produto social.

Para Fukuyama (2013), a noção de Estado em Hegel está ligada às características inerente ao homem, ou seja, seus constituintes materiais e espiritual. Material, pois o homem é um animal sujeito às leis da natureza. Espiritual porque está sujeito ao tempo e ao espaço, podendo sofrer e promover a ação, ou seja, se envolve com o espírito do seu tempo: espírito subjetivo (tese); espírito objetivo (antítese) e espírito absoluto (síntese). A liberdade é a principal característica do espírito, dando ao homem a possibilidade de construir um mundo de acordo com seus anseios. E a liberdade se concretiza, se ajustando à necessidade da sociedade e do que pede a realidade.

Assim, cada civilização, com suas leis e ética se ajustará ao espírito do seu tempo, possibilitando a criação de um Estado a sua imagem e semelhança. Em relação à igualdade, Hegel a considera a base fundamental de toda a existência do Estado, e está intimamente ligada a noção de sociedade civil, que é a esfera onde os indivíduos asseguram sua liberdade, propriedades e interesses. Por fim, o Estado

político, reúne os aspectos mais gerais, coletivos, de reconciliação de interesses comuns. Aqui o homem atinge o estágio mais elevado da liberdade. O Estado é uma realidade histórica produzida pela ação humana.

De acordo com Tello (2012), o Estado como o conhecemos, se materializa com o fim do feudalismo e a ascensão do capitalismo. Logo, toda a caminhada em busca de uma definição e conceituação de Estado, advinda desde a antiguidade, toma forma com a chegada do século XVII, quando se apresenta como a única forma de organização política. No entanto, mesmo apoiado e estruturado por um ordenamento jurídico próprio, a existência e permanência do Estado está atrelada aos fatores sociais, econômicos e culturais de cada sociedade, respeitando e ao mesmo tempo defendendo os códigos de conduta pré-estabelecidos. Essas particularidades inerentes a cada grupo social manifestam-se nas diferentes formas de Estado no ocidente, a partir de suas culturas políticas.

Assim, Tello (2012) nos diz que existe um modelo francês, inglês, estadunidense e latino americano de Estado. O modelo inglês era caracterizado pela limitação do poder, já que estava dividido entre o monarca e o parlamento, e respeitava a uma hierarquia estabelecida pelo costume através dos tempos. O modelo francês teve sua origem no século XIII com a monarquia absolutista e hereditária, pautada na divindade do Rei. Neste período a sociedade francesa estava dividida em três estados: o Rei representava o primeiro, o segundo era constituído pelo clero, e o terceiro formado pelo restante da população, dentre eles a burguesia, funcionários de alto cargo, comerciantes e artesãos. Com a Revolução Francesa, em 1789, teve origem uma revolução jurídica, que limitou os poderes do Rei, e baseando-se no princípio da supremacia da lei e do legislador, estabeleceu instrumentos de controle da monarquia e configurou um novo Estado, pautado em dois valores políticos constitucionais: o indivíduo e a lei.

O modelo dos Estados Unidos surge com a iniciativa dos colonos em viver juntos e cuidar do bem-estar de todos, pois a maioria já trazia da Inglaterra a experiência em negócios públicos conhecia o júri, a liberdade individual e o direito. Logo, as treze colônias tinham ampla autonomia e assembleias com duas câmaras. E quando foram obrigadas pelos ingleses a pagar impostos sobre os produtos coloniais, invocaram o direito tradicional, do período medieval, que estabelecia a não sujeição a impostos sem um prévio consentimento. Desta feita, foi estabelecida a

Constituição dos Estados Unidos, com base na federação, ou seja, na separação e equilíbrio dos poderes.

A América Latina, colonizada em sua grande dimensão, por espanhóis e portugueses, se limitou a reproduzir a realidade de suas metrópoles. Foram obrigadas a copiar, ou a aceitar o modelo absolutista: centralização do poder no Rei, sistema econômico mercantilista e sociedade estratificada. O que inibiu o autogoverno e a competição comercial. Na verdade, a Metrópole impôs seu poder hegemônico, que garantia os interesses da coroa, a riqueza e o lucro dos conquistadores e a evangelização dos nativos. Por esses e por outros motivos, os Estados da América Latina não conseguiram se estabelecer como instituições republicanas, estabelecendo as bases para futuros governos ditatoriais, ou quando muito de regimes presidencialistas centralizadores e autoritários.

Bobbio (1987, p.113) nos discorre sobre as formas de Estado, derivada segundo ele, de um número elevado de elementos, como “as relações políticas e a sociedade ou às diversas finalidades que o poder político organizado persegue nas diversas épocas históricas e nas diversas sociedades”. Vejamos a seguir, como o autor caracteriza cada um:

Estado feudal, caracterizado pelo exercício acumulativo das diversas funções diretivas por parte das mesmas pessoas e pela fragmentação do poder central em pequenos agregados sociais; *Estado estamental*, entende-se a organização política na qual se foram formando órgãos colegiados, os *Stände* ou estados que reúnem indivíduos possuidores da mesma posição social, precisamente os estamentos; *Estado absoluto*, ocorre através de um duplo processo paralelo de concentração e de centralização do poder num determinado território. Por concentração, entende-se aquele processo pelo qual os poderes através dos quais se exerce a soberania...são atribuídos de direito ao soberano pelos legistas e exercidos de fato pelo rei e pelos funcionários dele diretamente dependentes; *Estado representativo*, sob a forma de monarquia primeiro constitucional e depois parlamentar, na Inglaterra após a “grande rebelião”, no resto da Europa após a revolução francesa, e sob a forma de república presidencial nos Estados Unidos da América após a revolta das treze colônias contra a pátria mãe -, tem início uma quarta fase da transformação do Estado, que dura até agora; *Estado socialista*, o domínio de um partido único reintroduz no sistema político o princípio monocrático dos governos monárquicos do passado e talvez constitua o verdadeiro elemento característico dos Estados socialistas de inspiração leninista direta ou indireta, em confronto com os sistemas oligárquicos das democracias ocidentais (BOBBIO,1987, p. 114-120).

Após essa breve peregrinação em busca do entendimento da origem e conceituação do Estado, chegamos ao momento de ligarmos o tema central deste trabalho, política pública, com a função do Estado como mantenedor dos direitos

básicos dos seres humanos. Diferente do Estado Estamental e do Estado Absoluto, o Estado representativo descobre e garante os direitos naturais do indivíduo, distanciando da ficção jurídica em relação ao cidadão, fundamentada na jurisdição romana e feudal. Agora, os direitos são inerentes aos seres humanos e provocam uma melhora na relação entre dirigidos e dirigentes.

Conforme Bobbio (1987, p. 117), “o Estado considerado não mais *ex principis* mas *ex parte populi*. O indivíduo vem antes do Estado. O indivíduo não é pelo Estado, mas o Estado pelo indivíduo”. Com os direitos políticos seguros, urge que o Estado ofereça a assistência social necessária a uma vida digna e produtiva, garantindo a isonomia individual em relação aos serviços básicos da infratextura social, como moradia, educação, saúde, transporte. O Estado moderno, por fim, representado por uma democracia representativa, baseada no ideal humanista, passa a garantir a igualdade natural dos homens, e conseqüentemente, a criação de políticas públicas inspiradas na singularidade dos indivíduos. Assim, cada homem conta por si, pois se sustenta no direito natural e na lei.

2.2 Políticas Públicas: Origens, Definições, Tipos e Ciclos

2.2.1 Definições e Origens da Política Pública

As políticas públicas tomaram uma grande visibilidade nos últimos tempos, assim como, tudo que lhe diz respeito, como as instituições responsáveis por sua aplicação, os modelos, as regras, elaboração, implementação e avaliação. E de fato, essa visibilidade decorre das grandes transformações pelo qual passou o mundo, nas mais diversas áreas que se referem à vida humana, como, por exemplo, a economia e a política. As mudanças formataram um novo cenário, que exigiram novas propostas de resolução de problemas sociais.

Logo, os Estados foram instados, a diminuir seus gastos, a interferir menos na economia e propor novos modelos de inclusão social. Como destacamos na introdução deste estudo, o tema em questão não se reveste de maior simplicidade quanto a sua conceituação, o que nos provocou a dizer que o único consenso a respeito de sua definição, é que não existe um consenso.

Secchi (2010) nos esclarece que os últimos sessenta anos consolidaram os estudos sobre política pública. E muito se deve as contribuições teóricas, produzidas a partir dos anos cinquenta do século passado. Autores como David B. Truman, Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, passaram a debater a influência das políticas públicas no corpo burocrático da administração pública, bem como o aumento do interesse e saber como poderiam ser formuladas e avaliadas as políticas.

Sendo de caráter multidisciplinar, toma como suporte teórico, a sociologia, a economia, a ciência política, a administração pública, o direito, a psicologia e a engenharia. A transversalidade do tema oportuniza aos estudiosos e/ou agentes executivos, a tomada de decisões em relação às diversas áreas da infratextura social, com saúde, educação, transporte, segurança e habitação.

Secchi (2010, p.2) enfatiza que “qualquer definição de política pública é arbitrária”, e de fato encontramos esta ressalva em quase todos os autores que se propõe a definir o tema. A primeira dificuldade surge em relação ao termo a ser utilizado, se *politics* ou *policy*. Secchi (2010) ao falar de Bobbio, diz que o mesmo define *politics* como uma manifestação humana para alcançar e manter o poder sobre ou outros homens. Enquanto a segunda, *policy*, nos remete ao entendimento do que vem a ser uma tomada de decisão ou ação de forma concreta.

No que se refere à política pública, a segunda definição tem maior proximidade, pois se trata da construção e decisão de caráter prático e também simbólico. Então, o debate em torno do conceito definitivo, não encontra consenso, pois existem alguns “nós conceituais” a serem dirimidos, dentre eles, a melhor abordagem a ser utilizada, se estatista ou multicêntrica; se a omissão é uma política pública; se deve atuar apenas em uma dimensão macro.

Howlett (2013) propõe uma definição funcional de política pública, ou seja, aquilo que denomina de *policy-making*, baseado na identificação e resolução de problemas, mesmo que as soluções possíveis não alcancem os resultados imediatamente. Em tese, as iniciativas teriam como sentido a busca e o alcance dos objetivos estabelecidos, a partir das dimensões técnica e política, sendo a primeira constituída pelos instrumentos necessários e adequados aos problemas encontrados, e a segunda formada pelos atores envolvidos, seja contra ou favor das ações propostas. Mesmo alertando para as diferenças substanciais na definição de política pública, Howlett (2013, p. 6) fala que:

As políticas são ações intencionais de governos que contém tanto algum ou alguns objetivos articulados, por mais que esses objetivos tenham sido precariamente identificados, justificados e formulados, quanto alguns meios para alcançá-los, de novo, independentemente de quão bem ou mal interligados estejam esses meios ao (s) objetivo (s).

Diante do impasse em relação à melhor definição de política pública, Howlett (2013) se apoia nos estudos de Thomas Dye e Jenkins, como forma de melhor esclarecer o assunto. Desta feita, podemos elencar alguns fatores integrantes da estrutura de uma política pública, dentre eles, está a presença de um governo como agente primário da *policy-making*, sendo responsável pela tomada de decisões em nome da população.

Outro aspecto relevante é a responsabilidade assumida pelos governantes, em realizar ou não, determinada ação, seja ela positiva ou não, pois em resumo, e de forma simples, política pública é uma escolha feita no sentido de empreender um determinado curso de ação. Howlett (2013, p. 8) assim define política pública:

Um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores.

De acordo com Behring (2011) a visibilidade alcançada pelas políticas públicas é derivada do processo de solidificação do sistema capitalista, que no decorrer de sua formatação, foi marcado por ciclos de aceleração e desaceleração, sendo este segundo, fator determinante para a construção de ações necessárias ao apoio e à assistência da população atingida diretamente pelas crises sociais e econômicas. Logo, as políticas governamentais têm um papel relevante no enfrentamento da crise, promovendo a segurança social em relação desemprego, invalidez e doença.

Assim, nota-se que estas iniciativas governamentais são partes integrantes das soluções de enfrentamento das crises capitalistas. Nas palavras de Behring (2011, p. 173), “a política social está no centro do embate econômico e político deste fim de século, como estratégia econômica e também política”, não sendo algo tão somente de caráter assistencial, mas acima de tudo, de sobrevivência do sistema capitalista.

2.2.2 Políticas Públicas: Tipos e Ciclos

As políticas públicas, como vimos anteriormente, são derivadas de diferentes contextos, e desta forma, podem estar compostas por conteúdos, atores, estilos, instituições diversas, que atendam ao processo natural de sua existência. Como forma de apresentar claramente as suas características, urge a necessidade em simplificar sua exposição, descartando sua descrição detalhista e extensa, que em regra dificultam uma construção teórica mais clara.

De acordo com Azevedo e Prates (1991) podemos dividir as políticas públicas, de forma simples e objetiva, em: 1. Redistributiva; 2. Distributiva; e 3. Regulatórias. A primeira tem como base a redistribuição de recursos, serviços ou equipamentos à população de baixa renda e/ou em risco social. Muito comum na atualidade, esses recursos são alocados através de programas governamentais destinados a moradia de baixo custo, assistência social e a saúde, formação profissional, dentre outros.

O segundo tipo, diferente do primeiro, tem como suporte financeiro toda a sociedade em geral, pois no caso anterior, a classe superior é a financiadora através dos impostos. Então, as Políticas Distributivas são caracterizadas por atender demandas pontuais, tornando-se desta forma de fácil implantação. No entanto, tornou-se comum o clientelismo por meio dessa política, já que em sua grande monta é desenvolvida pelo poder Legislativo. Mas ressaltamos que esse procedimento não pode e nem deve ser a regra, pois pode muito bem passar ao largo do clientelismo, desde que seja controlada socialmente.

Os terceiros tipos, as Políticas Regulatórias, surgem da necessidade de se criar as normas ou leis para controlar e fiscalizar as duas primeiras. Esse conjunto de aporte legal oferece aos cidadãos o aparato necessário para seu auxílio, quando se sentirem lesados em seus direitos. De acordo com Secchi (2010, p. 17):

São exemplos desse tipo de políticas, as regras de segurança alimentar, para operação do mercado financeiro, regras de tráfego aéreo, códigos de trânsito, leis, códigos de ética em assuntos como o aborto e eutanásia ou, ainda, proibição de fumo em locais fechados e regras para a publicidade de certos produtos.

Quanto ao ciclo ou processo de Políticas Públicas podemos dizer que estão associados ao procedimento de elaboração das mesmas, e se apresentam de forma

sistemática, para uma melhor visualização e interpretação. De acordo com Secchi (2010), dentre os inúmeros modelos propostos, podemos como referência para esse estudo, os seguintes: 1. Problema, 2. Agenda, 3. Formulação de alternativas, 4. Tomada de decisão, 5. Implementação, 6. Avaliação, 7. Extinção. Ressalte-se que esta sequência não é algo como uma camisa de força, muito pelo contrário, estas fases podem se entrelaçar ou até, alternarem-se, não existindo uma fronteira definida e definitiva entre as mesmas, além do fato de servirem de referência aos agentes públicos, no momento de tomada de decisões, vejamos a seguir:

Apesar de todas essas ponderações, o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos (SECCHI, 2010, p. 34).

Howlett (2013) afirma que a sistematização dos caminhos a serem trilhados, está condicionado ao fenômeno de complexidade que caracteriza a política pública, pois existe um entrelaçamento de atores e condições vivenciadas no momento de sua construção e aplicação. Assim,

Um dos meios mais populares de simplificar a *policy-making*, para fins analíticos, foi pensá-la como processo, isto é, como conjunto de estágios inter-relacionados através dos quais os temas políticos (*policy-issues*) e as deliberações fluam de uma forma mais ou menos sequencial desde os “*insumos*” (problemas) até os “*produtos*” políticas (HOWLETT, 2013, p.12).

De acordo com Howlett (2013), foi Harold Lasswell em 1956, que propôs pela primeira vez a simplificação dos estudos de políticas públicas através do encadeamento em processos ou ciclos. Essa simplificação visa tão somente, abordar de forma pragmática e objetiva, os esforços em *policy-making*, para atender os anseios e serviços em melhorar as condições de vida dos seres humanos.

Ao analisar os diferentes estudos dos processos de política pública, constatamos a existência de diversas propostas de estágios que devem ser seguidas pelas *policy-making*. Vejamos alguns exemplos disponíveis, como os de Lasswell e Brewer citados por Howlett, (2013, p. 13), que propõe os seguintes passos: “(1) informação, (2) promoção, (3) prescrição, (4) invocação, (5) aplicação, (6) término e (7) avaliação; (1) invenção/iniciação, (2) estimativas, (3) seleção, (4)

implementação, (5) avaliação e (6) término”. Como podem ser observadas, as propostas são muito semelhantes, no entanto, pode-se dizer que Brewer aperfeiçoou os estágios indicados por Lasswell, ao reconhecer que a maior parte das políticas não tem um ciclo de vida fixo, pois estão em constante movimento.

A partir dos modelos de estágios de políticas públicas apresentados acima, adotaremos as amostras de Secchi (2010) como parâmetro para caracterização de cada etapa. A *identificação do problema* surge no momento em que uma situação comum do dia se torna alterada, seja por fatores humanos ou naturais. Essa identificação pode ser efetuada seguindo as etapas de percepção, delimitação e solução. A *agenda* é constituída por conjunto de prioridades que fazem parte de um programa de governo e estão condicionadas à existência de recursos humanos, financeiros, tempo e materiais. As *alternativas* estão intimamente ligadas ao problema e suscitam elencar os métodos, programas e estratégias a serem utilizadas na materialização dos objetivos. A *tomada de decisão* vem logo em seguida à definição das alternativas de solução, e vão ao encontro dos anseios de uma dada comunidade. A *implementação* pode ser definida como a concretização da política pública. *Avaliação* é o momento de conhecer melhor os encaminhamentos propostos e identificar os níveis de solução dos problemas. A *extinção* está sujeita a diversos fatores, dentre eles, políticos, econômicos e sociais. O fim de uma política pública é provocado pelas seguintes causas: solução do problema, ineficácia das ações propostas ou perda de importância na agenda governamental.

Ao chegarmos aqui, esperamos ter sido breve e objetivo, sem, contudo ter sido evasivo quanto a caracterização e conceitualização da política pública. O procedimento tomado foi o mais didático possível. Desta feita, podemos concluir que a criação e execução das políticas públicas está intimamente ligada a figura do Estado. Esta entidade se fundamenta pelos aspectos políticos, administrativos e jurídicos, que juntamente com povo e território, se estabelece por sua soberania.

Sendo permanente, o Estado vai se estruturando através dos diferentes governos, que são transitórios. Esses governos são os responsáveis pela gestão da coisa pública, bem como estabelecem as relações entre sociedade, governantes e soberania estatal.

A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas. Apenas o governo pode implementá-las porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com caráter universal, que atenda a todo o povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance. O governo também pode estabelecer penalidades para quem não cumpre aquelas demandas e pode estabelecer regras que devem ser cumpridas pela sociedade (SILVA, 2012, p.16).

Mesmo não existindo um consenso quanto a um conceito de política pública, Silva (2012, p.17), expõe algumas características comuns como: a política é feita em nome do público; a política geralmente feita ou iniciada pelo governo; política é interpretada e implementada por atores públicos e privados; política é o que o governo intenciona fazer; política é o que o governo escolhe não fazer. Desta forma, um Estado em pleno exercício da governabilidade, e com uma sociedade organizada e participativa, juntamente com outros atores sociais como as ONGs, associações, empresas podem implantar, gerenciar e avaliar as políticas públicas.

2.2.3 Políticas Públicas e Subjetividade

O tema política pública é recorrente em áreas de conhecimento como a Economia, Ciência Política, Direito e Sociologia. Não sendo muito comum, ou pelo menos, não era, afeita a Psicologia. No entanto, esta situação, vem aos poucos sendo alterada. E isto decorre do fato de que as ações governamentais na atualidade, e deveria ter sido sempre assim, estão eivadas da condição de subjetividade. Pois a quem interessam, como e por que, as levam a situações, espaços e sujeitos marcados e caracterizados pelos interesses individuais, coletivos, públicos ou privados. Logo, percebemos que ao implementar e implantar qualquer política, devemos ter claro que as mesmas irão contemplar determinados sujeitos e suas subjetividades. Sendo este sujeito construído historicamente.

Gonçalves (2010) enaltece o papel da Psicologia, assim como as demais ciências afins ao tema, na construção e aplicação das políticas públicas. E isto pode ser notado, quando nos deparamos com o cenário composto por uma sociedade capitalista, marcada por contradições e desigualdades sociais. Neste panorama diverso e multifacetado, encontram-se singularidades, muitas vezes ignoradas pelas ações oficiais. Ou como diz Gonçalves:

Nesse sentido, as políticas públicas devem reconhecer a realidade social estruturada sobre a desigualdade e contribuir para sua superação. E, a nosso ver, isso passa necessariamente pela investigação da dimensão subjetiva presentes nos fenômenos sociais desse campo [...]. Ao falar de políticas públicas, falamos de relações sociais em situações diversas; ocupação e convivência nos espaços públicos; adesão de indivíduos a orientação gerais de comportamento; expressão, identificação, problematização e transformação de demandas; participação de indivíduos em diferentes contextos; decisões coletivas; adequação de linguagem e procedimentos de intervenção a populações diversas; estruturação de grupos e movimentos sociais; dinâmicas de relações entre indivíduos, grupos, movimentos e poder público. Todos esses fenômenos e outros ainda que poderiam ser arrolados envolvem ou expressam aspectos subjetivos (GONÇALVES, 2010, p. 20-32).

A compreensão do real sentido das políticas públicas, passa pelo entendimento e pelo reconhecimento do por que, para que e para quem elas são idealizadas. Desta feita, não basta um simples olhar, superficial e raso. O foco deve estar além do aparentemente apresentado, não basta se encantar com a exterioridade, aqui nos interessa a essência.

Daí entender que as políticas sociais, bem como grande parte dos que nos diz respeito, projeta, sem ser notada, um viés subjetivo, pouco notado pelos analistas apressados e desavisados. Assim, ao abordar tal tema, devemos ter em mente os fatores históricos construtores da realidade vivida, portanto a estrutura capitalista, e tudo ligado a ela, bem como os movimentos de transformações sociais dessa estrutura.

Gonçalves (2010, p. 33) nos diz que a análise das políticas públicas, “devem ser consideradas à luz das relações de classe em uma determinada sociedade”. Então, claramente está dito, que neste caso em particular, as variáveis Estado, sociedade e economia capitalista são determinantes na elaboração e implementação das políticas públicas de bem-estar dos indivíduos, e seu viés subjetivo. A realidade da estrutura capitalista, ancorada pela figura do Estado, passa a identificar o bem-estar como acesso ao consumo, e com este, a felicidade proporcionada pela satisfação dos sonhos e desejos. Indivíduo feliz, sociedade próspera, desenvolvida e livre.

Mas uma sociedade caracterizada pela contradição e pela luta de classe, em algum momento, mostrará seu revés e um deles é a diferença econômica, justificada, muitas vezes, pela incompetência individual. Isso decorre do modo de produção capitalista, em garantir que todos tenham emprego ou que alcancem

sucesso em sua empreitada autônoma. Aqui surge outro viés subjetivo da sociedade capitalista, ou seja, a noção de direitos sociais.

Não basta a garantia de realização dos desejos e sonhos individuais, ou para um pequeno grupo de pessoas. Interessa estender esse direito a um maior número de indivíduos. Mas as permanentes crises do capitalismo não permitem o alcance universal do bem-estar e dos direitos sociais. O Estado então é chamado a realizar a regulação social, através do subsídio de produtos e serviços essenciais, bem como das relações de trabalho e, conseqüentemente, a manutenção das relações capitalistas.

No entanto, as condições e contradições históricas, advindas das lutas sociais, foram determinantes na projeção de novos cenários econômicos, políticos e sociais, e, por conseguinte, a tudo que se refere à proteção dos direitos individuais, concretizados em princípio, nos direitos civis, e posteriormente como direitos políticos. São exemplos desses movimentos:

As revoluções burguesas (Primeira Revolução Industrial, Revolução Americana, Revolução Francesa), estendeu-se durante os séculos seguintes, inserindo a questão dos direitos dos cidadãos na relação entre Estado e a sociedade. Inicialmente, como apontamos, são afirmados os direitos individuais, decorrência do liberalismo que sustenta ideologicamente o modo de produção capitalista. A seguir, na consolidação do capitalismo, as questões da democracia burguesa devem ser equacionadas e entram em cena os direitos políticos. Por fim, vai sendo estabelecido um conjunto de direitos que, desde as primeiras manifestações organizadas do proletariado, que já trazem o questionamento da ordem capitalista, são reivindicações que apontam para interesses que não são os da burguesia, mas os trabalhadores; são os direitos sociais que vão expressar, na medida do seu avanço, consolidação ou recuo, o processo contraditório da luta de classes que ocorre com o desenvolvimento do capitalismo (GONÇALVES, 2010, p. 39).

As transformações provocadas pelas lutas sociais impõem ao Estado, uma nova formatação de apoio aos que estavam empregados, com a garantia de seus direitos, bem como aqueles desempregados, pois a estrutura capitalista necessita manter uma conveniência às relações de trabalho. Logo, as crises capitalistas intensificadas nos séculos XVIII e XIX promovem progressos e recuos na aquisição dos direitos sociais. Países como Inglaterra, França e Alemanha tornam-se cenários da solidificação dos direitos sociais em forma de lei. Assim, o Estado passa a monitorar a criação e a aplicação desses marcos regulatórios, que darão garantias à condição de bem-estar social.

Fica claro como, mesmo com o desenvolvimento do Estado do bem-estar e das políticas sociais, permanece, no viés subjetivo, a contradição entre afirmação dos critérios individuais de avaliação do bem-estar e a experiência de ampliação do reconhecimento dos direitos sociais (GONÇALVES, 2010, p. 47).

Sawaia (2006, p. 9) nos acena para uma análise das políticas públicas pelo viés da afetividade, já que os aspectos subjetivos contidos nelas, não podem ser entendidos unicamente pela determinação econômica. Pois sua legitimação está ligada ao cotidiano das pessoas e manifestam nos aspectos de identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Quando nos remetemos ao estudo da exclusão, devemos ter claramente em nossa mente que se trata de um tema que envolve diferentes matizes, sendo necessário entender dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas.

No caso particular das pessoas com deficiência, a criação e o direcionamento das políticas públicas, podem promover situações constrangedoras, e não imagináveis no momento de sua concepção. Porquanto na intenção de inclui-las socialmente, pode acontecer de gerar sua rejeição, como é o caso das Lei de Cotas, ignorada com paliativos, pelo mundo do trabalho, ou sua invisibilidade promovida pelo a Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esses dois casos são exemplos de como determinadas políticas podem refletir de forma negativa, mesmo sendo criadas com boas intenções. A partir desse entendimento, Maciel (2009, p. 52-53) nos diz que “nessa ótica, o indivíduo passa a ser identificado não como sujeito de direitos, mas por meio da tipificação de suas carências sociais, em que seu reconhecimento e o seu acesso se realizam a partir dessas tipologias”.

A identidade inteira e complexa do indivíduo pobre, do destituído, vai escapando de suas mãos e este deixa de ter um rosto, uma singularidade, para adquirir um estereotipo bem definido nos programas assistenciais. Nessa perspectiva, o indivíduo é recortado em toda a sua extensão e passa a ser o carente, o infrator, o abandonado ou em situação de risco, o imigrante, o idoso, homem de rua, etc. (MACIEL, 2009, p. 53).

O que percebemos, em linhas gerais, é que esta problemática acaba tomando um caminho diferente do contexto vivido. A lógica do nosso tempo impõe conceitos como competência e competitividade, pontos esquecidos, quando nos referimos à capacitação profissional das pessoas com deficiência. A atmosfera criada em torno

das ações oficiais, em muitos momentos, esta eivada de um ar exótico, com a exaltação de exemplos de sucessos individuais, particulares e restritos. Os programas e projetos de formação profissional são criados à revelia dos atores envolvidos, pois interessam atender ao imediatismo, de algum programa de governo, restringindo-se às ações pontuais e efêmeras.

Então nos indagamos como criar políticas inclusivas, se os principais beneficiados ainda permanecem invisíveis socialmente? Apesar de constituírem um percentual, próximo de um quarto da população brasileira, não são vistos nas áreas de lazer, nos cinemas, nos bares ou casas de festas, nas igrejas, ou seja, mantêm-se na sombra dos outros, muitas vezes tutelados e sem autonomia. Assim, não participam das tomadas de decisões sobre sua própria existência.

Uma das máximas da propaganda, nos diz que quem não é visto, não é lembrado. Entendemos ser esta a situação. Ao não viver e conviver no cotidiano social, mais amplo e diverso, as pessoas com deficiência, se submetem ou são submetidas a uma condição de meros espectadores do espetáculo da vida, em seus diferentes matizes.

Ao não serem vistas, também não são notadas e, portanto, lembradas. Vivemos em um ambiente marcado e caracterizado pela competição, pela concorrência e pela luta política. E, uma regra tácita, que nesse espaço, sobrevivem os mais fortes e adaptados. Não é isso? Claro que sim. A luta interna em cada grupo social, chega a ser fratricida, desumana e desigual. Pois para alguns, não são oferecidas as condições necessárias para agirem em situação de igualdade.

Ao mesmo tempo, que as políticas públicas se apresentam como recurso promotor da igualdade de vida dentre todos, limita e delimita sutilmente o espaço político de grupos minoritários, sem poder de uma atuação mais efetiva. Assim, ao não serem vistas, as pessoas com deficiência, não fazem parte da imagem mental de seus semelhantes. Maciel (2009) nos fala que a subjetividade está ligada a uma complexa relação entre indivíduo e sociedade, em determinado tempo e espaço, não sendo possível dissociá-la.

As ações oficiais estão eivadas de subjetividade, pois refletem os interesses do momento, sendo muitas vezes construídas, implementadas e encerradas sem maiores esclarecimentos. Da mesma forma, podemos falar da subjetividade do indivíduo com deficiência. Como assim? Há alguns anos, ouvimos em um evento científico, que os nativos da América Central, ao se depararem com a imagem dos

conquistadores, equipados com armaduras, armas de fogo e conduzidos pelas caravelas, não sabiam do que se tratava. Muitos acreditavam serem os deuses retornando ao mundo, como assim aprenderam nos relatos orais, repassados por seus ancestrais. Ao não terem uma imagem mental negativa dos conquistadores, pois não fazia parte de seu dia a dia, os nativos os receberam de braços abertos ou recobertos de ouro e prata. O restante da história, todos nós sabemos.

O que queremos dizer com esta alegoria acima? É que de fato, ao serem oficialmente reconhecidas como 23,9 % (IBGE, 2010) da população, as pessoas com deficiência pouco participam das decisões relacionadas a suas vidas. E defendemos a ideia de que isso deriva da total ausência das mesmas no cenário da vida diária. Os fatores são os mais variados, indo desde a noção de que não faz parte deste ambiente, constituído por um padrão estabelecido econômico, social e politicamente, até a falta de acessibilidade ao transporte, às áreas de lazer, à escola e ao trabalho.

Logo, as pessoas sem deficiência, estão presentes na imagem mental das pessoas, como exótico, anormal e diferente representação construída através dos tempos. Com raras exceções, assistem uma reportagem, um filme ou uma competição paradesportiva, que os fazem suspirar diante dos feitos alcançados por alguns deficientes. Mas o virtual é mais cômodo, distante e frio. No mundo real, todos têm pressa, e se irritam diante do simples fato de um ônibus parar alguns minutos a mais, para receber um usuário de cadeira de rodas. De novo, na prática a teoria é outra.

Ao não circularem diariamente, em um número proporcional ao percentual que ocupam no valor absoluto da população, as pessoas com deficiência não se apresentam como demandantes de serviços, produtos e atenções diferenciadas. Elas não existem no consciente coletivo, como seres produtivos, participativos e atuantes socialmente. Vivem à mercê dos olhares preconceituosos e discriminatórios, pela estrita falta de informação e, conseqüentemente, da ignorância.

Dessa forma, o paradigma inclusivo, que hora estrutura a maioria das ações oficiais, oportuniza o entendimento de que as limitações não são ou estão no indivíduo com deficiência, mas sim no ambiente vivido, seja ele qual for. Uma sociedade para todos, exige de cada um, uma postura e atitude inclusiva, pautada em uma educação para a convivência, diante da diversidade humana.

A preocupação com o outro, vem da convivência e vivência diária; assim sabemos das limitações e das potencialidades dos que nos cercam. Ao construirmos uma imagem mental positiva e de aceitação da pessoa com deficiência, colocamos nos no lugar dele, e nos integramos naturalmente, sem a simulação contida nos aportes legais, que nos obrigam a praticar a solidariedade e o respeito.

Defendemos a ideia de que os aspectos de identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência, destacados por Sawaia (2006), são desprezados no momento da concepção das políticas. Pois como apresentar a sociedade um grupo de pessoas, que ninguém vê? Como inclui-los no mundo do trabalho, se as empresas os encaram como incapazes? Como apresentá-los socialmente, se a família não recebe apoio necessário quando os leva para a escola? Como esse indivíduo com deficiência vai tomar consciência de sua identidade, como ser humano, se não tem consciência de si?

Estas indagações serão alvo de nosso estudo, nas seções seguintes, onde trataremos das políticas em educação e trabalho, desenvolvidas no Brasil, para a inclusão social da pessoa com deficiência.

2.3 Políticas de Inclusão em Educação e Trabalho no Brasil

O Brasil, assim como inúmeros países, é signatário de diversos tratados internacionais, relacionados às mais diferentes infratexturas sociais. A luta pelas garantias dos direitos individuais tem sido uma constante nas últimas décadas do século passado e início deste. Dentre os grupos humanos, considerados minorias, alcançados pelos aportes legais, estão às pessoas com deficiência. Podemos afirmar que as novas concepções filosóficas e políticas, surgidas recentemente, calcaram as iniciativas oficiais de um espírito de respeito e aceitação da diversidade, em qualquer ambiente da convivência humana. Em particular no espaço de aprendizagem e no mundo produtivo.

Educação e trabalho surgem como setores chaves de inclusão social. Independência e autonomia oportunizavam as pessoas com deficiência, uma visibilidade social, algo impossível, sem um ambiente escolar e de trabalho acessível. A garantia dos direitos individuais, proporciona o respeito a diversidade e o resgate da natureza humana, paradigma perdido durante a história da

humanidade. Com acesso garantido à escola, as pessoas com deficiência podem ser responsáveis por suas vidas e seu destino, livrando-se da condição de tutelados sociais. A partir dessas duas portas para cidadania, podem tecer sua própria história e alcançar a visibilidade social.

A escola acessível proporciona a oportunidade de uma inclusão de fato, concreta e permanente. Daí a necessidade de desviarmos nossas atenções e esforços, do debate infrutífero, se se deve ou não iniciar o processo de inclusão, e partirmos para o momento presente, de como pode ser a melhor maneira de concretizá-la. Fatores como acessibilidade atitudinal, arquitetônica, pedagógica e comunicacional devem fazer parte da pauta de prioridades.

O restante fica sujeita a convivência humana, que proporciona um aprendizado diário de respeito ao outro, a diversidade e a natureza humana. Não existe melhor maneira de enfrentarmos a discriminação e o preconceito, do que a quebra dos modelos de normalidade estabelecido. Logo, as políticas públicas inclusivas, se apresentam como instrumentos balizadores nesse processo de reaprendermos o respeito à individualidade e a diversidade.

A pessoa que, por exemplo, não experimentar oportunidades de contato com outras pessoas, não frequentar a escola, não participar de brincadeiras, não for às compras, não for ao cinema, entre outras coisas, com certeza irá apresentar uma limitação para o desempenho de atividades sociais, tais como a mobilidade e o acesso aos recursos da comunidade, a profissionalização e busca de emprego, o lazer, a educação, a responsabilidade social e a cidadania (CORRER, 2003, p. 33).

Outro aspecto a ser debatido é o acesso ao mundo do trabalho, grande dilema da nossa época. Mesmo a despeito de inúmeras leis, decretos e portarias, a condição de desamparo, ainda permanece em relação à condição de emprego e empregabilidade da pessoa com deficiência. A Lei 8213, de 1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei de cotas, que determina a contratação pelas empresas com mais de cem funcionários, de um percentual de 2% a 5% com deficiência, é permanentemente ignorada.

As razões são as mais variadas e criativas. Vai desde o despreparo do funcionário com deficiência, alegado pelas empresas, até o ambiente de trabalho não adaptado para recebê-lo. Ou ainda o fato dos Recursos Humanos estabelecerem as características, o perfil do deficiente. Normalmente não aceitam

usuário de cadeira de rodas, ou que utilizem muletas, ou que sejam cegos. Como podemos perceber restam poucos candidatos habilitados.

É o simulacro da inclusão. Ao discriminar de forma velada, a escola e o mundo do trabalho inacessível impedem que milhões de pessoas tornem-se produtivas, se é que é disso que estamos falando. As leis existem e são do conhecimento de todos, portanto falta o seu cumprimento, o respeito e sua aplicabilidade. Todas de modo geral oportunizam e servem de base para a criação e implementação das políticas de inclusão. No entanto, são burladas com a maior desfaçatez.

Os órgãos fiscalizadores, instituições representativas do seguimento, familiares e poder público estabelecido precisam se impor e se expor na defesa da efetivação das normas estabelecidas e acordadas socialmente. Concordamos então, que não falta lei. Se assim for, as políticas podem sim, ser as promotoras da tessitura da visibilidade social da pessoa com deficiência.

2.3.1 Educação: Da Diversidade às perspectivas da Escola Inclusiva atual

Ao revisitar as experiências de inclusão escolar promovidas nas últimas décadas do século passado e início deste, constatamos que ainda há muito a ser feito. Muitos se arvoram em iniciativas de cunho proeminentemente assistencialistas, ou mais grave, politiqueiras, que criam uma bolha de resultados efêmeros. Estes procedimentos promovem um círculo vicioso, que mais atrasam do que ajudam a criar políticas de Estado, que de fato concretizem as ações de respeito e valorização das pessoas com deficiência.

Ser diferente é natural, assim entendemos ser a melhor definição da convivência civilizada, entre os seres humanos. Nada, estritamente nada, é igual na natureza. E podemos estender este juízo para natureza humana. Já que somos diversos, diferentes e variados. Daí toda a riqueza da espécie humana.

Hoje quando presenciamos manifestações racistas e discriminatórias em diversas partes do mundo, chegamos a triste conclusão, do quanto ainda temos que andar em busca de uma educação para convivência. A intolerância se impõe em matizes variadas, promovendo o preconceito, ou o que chamamos de racismo da alma.

Mesmo a despeito deste cenário pouco animador, pois se olharmos para história humana, infelizmente sempre foi assim, acreditamos ser possível promover a inclusão social das pessoas com deficiência. E acreditamos ser o espaço de aprendizagem o local ideal para esta ação. A escola é sem dúvida um reflexo microssocial, pois ao olharmos com cuidado e atenção, lá estão representadas todas as manifestações macrossociais.

Aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, de poder e de opressão constituem o mosaico escolar. Não diferente, também são expostas as manifestações de preconceito e discriminação. Desta feita as políticas públicas de cunho educacional, além de todos os aspectos inerentes aos procedimentos filosóficos, metodológicos e pedagógicos, também deve oferecer suportes de acessibilidade e permanência do aluno com deficiência na escola.

Sendo assim, o paradigma inclusivo, construído a partir da garantia dos direitos básicos dos seres humanos e da luta incessante dos movimentos das pessoas com deficiência, servem de suporte para a materialização dos programas de acesso à educação em todo mundo. Hoje já não se discute se devemos fazer, e sim, como deve ser feita. Diversas nações, em diferentes partes do mundo iniciaram este processo há muitos anos, em busca de uma sociedade acessível, e tornaram-se parâmetros para outros países.

E o Brasil, através de acordos internacionais tornou-se signatário em diversos aportes legais de defesa dos direitos básicos dos seres humanos. Sendo um desses, o acesso à educação de qualidade e igualitária. E isto passa pela criação de condições necessárias de acessibilidade educacional, o que oportuniza a abertura de outras portas para cidadania, como acesso ao trabalho, ao lazer, serviços, enfim, a tudo o que constitui a infratextura social.

Portanto, diante de novos ares, nos interessa saber como se deu esse processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola? Onde e de que forma foram estabelecidas as primeiras experiências? Como o poder público criou e implementou esses programas? E de que forma a sociedade civil participou e participa dessas iniciativas? Como o Brasil se insere nesse processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência?

2.4 Surgimento da Educação Especial – Mundo

De acordo com Fávero (2004, p. 54), “não há realização possível quando deixamos para trás pessoas que deveríamos envolver”. Esta parece ser uma questão chave, quando nos remetemos à inclusão escolar de pessoas com deficiência. O debate em torno do tema vai desde as questões não-materiais, como a subjetividade, de respeito ao semelhante, até a objetividade, com criação de suporte legal, de defesa e proteção das pessoas em risco social.

Assim, para que não fiquem para trás, um dos maiores desafios tem sido o acesso à escola regular, exigindo tomadas de decisões que adotam como base aspectos filosóficos, jurídicos e pedagógicos. Como bem fala Fávero (2004), para que a porta da escola não seja tão pesada para os alunos com deficiência, há a necessidade de um ambiente diferenciado e não indiferente, especial e não segregado, onde a diversidade promova a equidade.

Sanches e Teodoro (2006) nos esclarecem que a atenção diferenciada na escola, com a adoção da educação especial, tem seu marco temporal nos anos 60 do século XX, com a adoção de novos conceitos e novas técnicas pedagógicas, particularmente no continente europeu. No entanto, desde o século XII, já se tem registro de práticas pioneiras de acesso à educação aos que dela se encontravam afastadas.

No século XIX, de acordo com Sanches e Teodoro, o grande expoente foi Itard e sua pedagogia científica. Estas iniciativas foram marcadas por serem particular, praticadas por pessoas que, em um determinado momento, acreditaram que era possível realizar a escolarização de pessoas com deficiência intelectual e/ou sensorial.

O desenvolvimento de um trabalho específico com a criança começou no século 18, com os educadores. Esses estavam preocupados com a reeducação das crianças excluídas (portadoras de alguma deficiência) e promoveram a criação de instituições como um ensino especial para atendê-las. O pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), nascido em Zurich, foi o fundador dos primeiros ensaios no atendimento infantil institucionalizado. Friederich Froebel (1782-1852), pedagogo alemão, foi seguidor das ideias de Pestalozzi e fundador do primeiro jardim de infância. Froebel acreditava que a educação da criança começava na família e se estendia por meio da escola até a vida adulta (SCHMID, 2008, p. 32).

A ruptura com o modelo vigente de educação de pessoas com deficiência, ainda de modo informal, acontece a partir dos países nórdicos, tendo à frente a Dinamarca, bem como Itália, Portugal e Espanha, nos anos 1970 e 80. A ação torna-se formal com a chegada dos anos 90, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtiem, 1990), a Declaração de Salamanca de 1994, a Carta de Luxemburgo (1996), Tratado de Amsterdam (1997), Enquadramento de Ação de Dakar (2000) e a Declaração de Madri (2002).

A construção desses documentos oportuniza aos países signatários a concepção de políticas educativas, com reconhecimento internacional. Portanto, as ações deixam de serem iniciativas pessoais e particulares, e passam a apresentar a marca do planejamento institucional, impessoal e isonômico, de combate à exclusão e de respeito a diversidade humana.

As concepções e execuções de tais políticas estão intimamente ligadas ao papel desempenhado pelo Estado, enquanto entidade mantenedora do equilíbrio social, já que utiliza de forma racional, sua característica básica, todos os artifícios, para manter uma correlação de forças entre os atores sociais. Isto se explica, quando verificamos a intensificação das ações voltadas para a atenção e atendimento diferenciado das pessoas com deficiência a partir dos anos 60 do século passado. Década marcada pela contestação, pelas revoluções dos costumes e pela provocação em torno de nova forma de vida.

Na esteira dessas reivindicações, tomam corpo as propostas de uma nova concepção, filosófica, política e social de inclusão das pessoas com deficiência, conforme Shiroma (2007, p. 8-9):

As políticas públicas, particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Assim, não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo [...] Compreender o sentido de uma política pública reclamaria transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão.

A origem dessas transformações sociais teve como palco o continente europeu, que a partir de então, passou a exportar para o resto do mundo toda uma gama de demandas sociais, que serviriam de base nas agendas governamentais na década seguinte. Uma das áreas de grande relevância nas reivindicações foi a

educação, que passou a ser alvo de debates, em torno das suas concepções filosóficas, metodológicas e didáticas. Junto a esses fatores, também se ressalta a cobrança pela democratização e acesso à educação, bem como novos e maiores investimentos oficiais.

Dentro deste cenário surgem outros atores sociais, até então invisíveis socialmente, pelo menos em termos de participação efetiva. São as pessoas com deficiência que se apresentam ou são apresentadas como alvos do acesso à educação, e mais, como poderiam ser inclusas de fato e de direito nas escolas regulares, pois como vimos em outras seções deste estudo, estiveram muito tempo segregadas socialmente.

Logo, parece-nos pertinente, tomar como referência de inclusão das pessoas com deficiência na escola, os casos de Itália e França, mesmo sabendo que tantos outros países europeus, como Portugal, Espanha e Dinamarca, também foram pioneiras nesta iniciativa. Pelo menos é o que diz Baptista e Jesus (2009), ao citar o relatório *L'integrazione dei disabili in Europa* de 2003, construído pela agência europeia para a educação de pessoas com deficiência. O referido documento estabelece as principais metas a serem alcançadas, como as políticas e financiamentos, formação de professores, tecnologias e didáticas utilizadas.

Dentre as constatações alcançadas pelo referido relatório, estão o aumento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular e transformações das escolas especiais em centro de apoio dos programas de ensino individualizados. Os resultados expostos pelo relatório foram ao encontro de todo um processo histórico, que vinham ocorrendo na Itália e França. Quando se verifica um profundo avanço na democratização do ensino, através de uma intensa ação de escolarização em todos os níveis de ensino.

A obrigatoriedade de acesso à escolarização provocou a preocupação com a educação especial e a conseqüente inclusão dos alunos com deficiência nas salas comuns. De acordo com Baptista (2009, p. 19-22) a materialização de algumas propostas em forma de Lei, no início dos anos 70, em muito contribuiu para a aceleração desse processo inclusivo.

Assim, os primeiros documentos já vieram estabelecendo a obrigação da escolarização em classes comuns, de casos considerados leves; a ampliação de equipe medico-pedagógicas; redução do número de matrículas em salas que haviam

alunos com deficiência; o professor de apoio, com a função de exercer a colaboração dirigida.

Um aspecto a ser analisado a parte, se refere à avaliação e à finalização dos estudos. Polêmico, naquela época, ainda permanece até os nossos dias. Pois em regra geral, não conseguimos um descolamento das formas e padrões estabelecidos, o que provoca diferentes encaminhamentos por parte da escola, que vai desde a aprovação simples e automática, até a reprovação pura e natural, já que o aluno com deficiência não consegue acompanhar os outros alunos.

Os países em evidencia logo descobriram que o quesito avaliação deveria ser tratado diferente, pois os sujeitos em questão não poderiam de fato acompanhar as rotinas estabelecidas pela escola regular, já que seu ritmo era singular. Logo, a avaliação deveria buscar o progresso do aluno em suas potencialidades e níveis de aprendizagem.

O que podemos concluir desse processo de inclusão escolar na Europa é a constatação de que as transformações macrosociais, ocorridas naquele continente, no final dos anos 60 do século passado, chegaram de forma contundente no reconhecimento do sujeito com deficiência como detentor de todos os direitos, assim como qualquer outro ser humano. E isto passa pelo acesso à educação, com todos os recursos disponíveis para que permaneça na escola e alcance autonomia e empoderamento.

A reinvenção da educação especial colocou o indivíduo com deficiência, no meio da história, podendo ser o sujeito de sua própria existência. Agora tínhamos “um novo modo de ser da escola”, com a exigência de respeito à diversidade, à pluralidade de linguagens e interatividade de vivências.

2.5 Brasil e a Educação Especial

Os ventos inclusivos que atingiram a Europa, aos poucos foram chegando ao Brasil. Mesmo tendo uma maior intensidade nos 80 e 90, as preocupações com os alunos com deficiência já existia, ou pelo menos um ensaio, estavam presentes, timidamente, diga-se de passagem, nas primeiras reformas educacionais. Mas, assim como no velho continente, aqui ainda necessitavam alguns ajustes em termos

de legislação específica, bem como ser parte integrante de uma verdadeira política pública de inclusão escolar de alunos com deficiência.

O novo modo de ser da escola exigia para além das questões técnicas, metodológicas, didáticas, de recursos humanos e de tecnologia assistiva, bem como da acessibilidade arquitetônica, e algo bem mais complexo, profundo e subjetivo, a acessibilidade atitudinal. Mesmo a despeito dos inúmeros “progressos” humanos, ainda nos faltam o básico, o respeito à natureza humana, de viver e conviver em igualdade de condições. Natureza esta deixada de lado, quando o projeto iluminista elege o progresso como meta final do homem na Terra; a partir de então tudo mais se torna secundário, ou simplesmente esquecido.

A sociedade brasileira também não ficou distante deste ideal, já que durante longos anos copiamos fórmulas advindas do exterior, para as mais diferentes infratexturas, seja econômica, social, política ou cultural. Não temos dúvidas de que esse novo modo de ser da escola está intimamente ligado à acessibilidade atitudinal, que nos cobra respeito a diversidade e ao diferente, assim como, a vida plena, independente e autônoma.

A escola, por reproduzir basicamente todas as relações humanas em seu ambiente, exige um olhar mais aguçado, quando nos propomos a realizar mudanças significativas. De fato, podemos notar as mais variadas manifestações de discriminação e preconceito, conflitos de gerações, imposição, disputa e negociação de poder, avanços e retrocessos, sexísmos, racismos e tudo mais que está presente em uma dimensão macrosocial.

Mas não podemos dizer que tudo é negativo, pois quantas respostas às necessidades humanas têm sido descobertas e potencializadas no ambiente de aprendizagem? São inúmeras, com certeza. E acreditamos que, em se tratando de inclusão escolar de alunos com deficiência, muito evoluímos no Brasil nas últimas décadas, e é isso que abordaremos nos passos seguintes, ou seja, conheceremos as principais políticas públicas de inclusão escolar das pessoas com deficiência.

Antes de continuarmos, veja o que diz Martins (2008, p. 63-64) a respeito do entendimento do conceito e do processo de inclusão, e que vai ao encontro do que acreditamos em termos de acessibilidade atitudinal:

Fica patente, então, a necessidade de transformação da sociedade atual, para uma sociedade ética, inclusiva, de pessoas humanas e não de algumas pessoas tão-somente [...]. A transformação de que falo aqui é a própria transformação de nossos sentimentos, crenças e atitudes perante nossos pares, perante nós próprios, descobrindo, a cada momento, que somos capazes, pela descoberta de que o outro é capaz e descobrindo que temos um grande potencial, pela descoberta e reconhecimento do potencial do outro. Deve ficar claro, então, que inclusão é um processo de transformação, contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós, para emanarmos para os outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes. Destarte, a inclusão pressupõe, na prática, reconhecer no outro (pessoa com deficiência ou não) o potencial para aprender e capacidade de ser. Isto significa quebrar tabus em relação à pessoa com deficiência, implica em pôr por terra barreiras atitudinais; pressupõe um novo modo de ser e viver, sob valores éticos, sociais e humanos. Pressupõe viver na cooperação, na parceria, no respeito e, por que não, no amor.

É fato, que muito de preconceito e de discriminação que expressamos, está associado ao desconhecimento, à ignorância, à falta de informação. Não por não existir informação, pois hoje, com o avanço da rede mundial de computadores, tudo ficou mais rápido e acessível. Mas, o mais grave de tudo isso, é quando não se quer saber, aprender, conhecer, mesmo a informação estando disponível.

O progresso dos estudos em educação, em psicologia, sociologia e áreas afins muito contribuiu para afastar a noção de deficiência como uma doença, passando a vê-la como parte integrante do meio social, e muitas vezes condicionado por ele, quando nos referimos ao acesso à educação, à interação social e ao desenvolvimento humano. A acessibilidade atitudinal é sinônima de convivência e de conhecimento. Sem viver e conviver, não entendemos, não respeitamos e não aprendemos o valor da solidariedade e do respeito ao outro.

Hoje em dia o termo sensibilização tornou-se comum quando nos referimos à inclusão de pessoas com deficiência. Mas esta sensibilização, em nosso entendimento, deveria ser algo natural, sem a necessidade de ações com este objetivo. No entanto, não é. E, em sendo assim, apela-se para a garantia dos direitos individuais e de valorização da pessoa humana, através do estabelecimento das normas regulatórias de convivência e de respeito ao outro. Contraditoriamente sensibilizar é obrigar o outro a respeitar as diferenças e a diversidade, tanto no âmbito indivíduo/indivíduo, sociedade/indivíduo, Estado/indivíduo. Infelizmente ou felizmente, o desconhecimento da Lei, não livra ninguém de sua aplicação.

Mantoan (2011, *apud* Fávero) nos lembra de que a educação é um direito humano. Desta feita, as pessoas com deficiência são parte a ser alcançadas por

esse direito fundamental. Parece simples e claro, mas não é bem assim que a teoria se torna concreta. A Lei maior do Brasil, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) (art.206, I, art. 208, I) expõe a necessidade de acesso à uma educação, que respeite o princípio da igualdade. Assim sendo, não se admite um procedimento de ensino a parte, quando se trata de pessoas com deficiência.

Dizemos isto, em face da constante recusa pelos estabelecimentos de ensino, em qualquer nível ou modalidade, de alunos com deficiência, sob a desconcertante alegação de que não estão preparadas. Há trinta anos debatemos, criamos leis, programas e projetos inclusivos. Era de se esperar que este tipo de desculpa não existisse mais. Mas existe, pela resistência em querer mudar, ou mais grave, pelo aviltante desrespeito à Lei. “Por isso, a simples alegação de despreparo representa uma confissão de que a escola está numa situação irregular” (FÁVERO *apud* MANTOAN, 2011, p. 21-24).

Em resumo, o atendimento educacional especializado, ou educação especial:

- 1) Não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo daquelas que possuam graves limitações, pois todo ser humano é titular do direito à educação que compreende, para crianças e adolescentes, o acesso e a permanência em ambiente escolar oficial e não separado por grupo de pessoas, que vise ao pleno desenvolvimento humano e o preparo para o exercício da cidadania.
- 2) Deve ser adotado quando realmente exista uma necessidade educacional especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência precisam.
- 3) Deve ser oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (sala de aula), frequentado pelos demais alunos (exemplo: intérprete de língua de sinais, computadores com teclados adaptados ou sistema de voz), mas sem substituição do professor comum.
- 4) Se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isto ocorra sem dificultar ou impedir que crianças e adolescentes com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum, no mesmo horário que os demais alunos as frequentam.
- 5) Não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da frequência escolar, mantêm intacto o direito do aluno ao seu lugar educacional, que é no ambiente comum.
- 6) Não deve ser adotada de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum.

Como pudemos ver no capítulo1, a modernidade promoveu profundas mudanças nas mais diferentes infratextura da sociedade ocidental. Uma dessas texturas atingidas é a área educacional, que foi apresentada a uma nova invenção moderna, a escola, e tendo como referência de conhecimento a ciência, aliás, única fonte aceitável e reconhecida.

Esse novo modelo engessou a escola, pois procurou uniformizar a tudo e todos, além de adotar parâmetros únicos de procedimentos. Logo, quem não se enquadrava, não podia fazer parte desse ambiente de perfeição. Isto ainda permanece até hoje, mas vai de encontro ao paradigma inclusivo, estabelecido como referência, pela legislação contemporânea, de todos os países signatários, dentre eles o Brasil.

A inclusão escolar tem como essência o “todo”, e nesse “todo” estão presentes variáveis indispensáveis, como a diversidade, a pluralidade de tempo e a heterogeneidade no processo de aprendizagem. O molde da escola e da ciência moderna não se encaixa nesse novo modelo, pois esse é caracterizado pela dinamicidade, pela complexidade, pela diversidade, pelas incertezas, e não mais, por uma verdade única e absoluta. Portanto, o novo tempo nos impele a procurar novos caminhos, novas e variadas verdades, em busca de um ambiente de aprendizagem que valorize a essência e não só a aparência, a competência e não só a competição, o potencial e não a deficiência.

Fávero (2004) nos esclarece que a LDBEN-9394/96 (BRASIL, 2013b), expõe de forma clara, que o Atendimento educacional especializado não deve ser entendido como um processo de escolarização plena e, muito menos executado de forma separado, pois tem como objetivo a transversalidade, perpassando todos os níveis de ensino. “Portanto, o atendimento educacional especializado é complemento e refere-se ao que é necessariamente diferente do ensino escolar, para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência” (FÁVERO, 2004, p. 82-86).

A ênfase a exposição dessa autora, se faz necessário, quando ainda se insiste em praticar o atendimento especializado, de forma segregatório, indo de encontro o que a Constituição Brasileira em artigo 208, bem como a LDBEN em seu artigo 5.

Sabemos que nossas afirmações estão bastante longe do que vem sendo praticado na maioria dos municípios e estados brasileiros, os quais possuem suas escolas especiais (próprias e conveniadas) como alternativa de encaminhamento dos alunos que não se “encaixam” na rede comum. É a discriminação oficializada.

A maioria de nossas escolas comuns se acham no direito de matricular apenas alunos que julgam terem condições de frequentar suas salas de aula, como se não bastasse o fato de ser uma criança ou adolescente na idade própria para essa matrícula (FÁVERO *apud* MANTOAN, 2011, p. 25).

Sabedores da obrigatoriedade da Educação Especial e de sua característica essencial de transversalidade interessa-nos saber como se deu esse processo em termos de política pública, e os aportes legais que deram sustentação para sua concretização no contexto brasileiro. É conhecido que, assim como em outros países, as discussões em torno do tema sempre foram bem acaloradas e advém das primeiras reformas educacionais. Reformas essas, que tiveram seu ápice nos anos 30 do século XX, e traziam em seu bojo o debate em torno do nacionalismo e da modernização do Brasil. E para isso, a educação era tomada como a principal bandeira de resolução dos problemas brasileiro, nas diversas infratexturas.

De acordo com Shiroma (2007), o Brasil nos anos 30, não tinha uma política nacional de educação, até porque, não tinha um sistema nacional integrado, pois cada ente federativo agia de forma autônoma. Esta unicidade de ação, em termos educacionais, só veio acontecer nas reformas de Francisco Campos, no governo provisório. Depois de um longo embate entre os intelectuais e a igreja católica, bem como a definição de ideias que atendessem os interesses do Governo Vargas, adotou-se uma pedagogia que se espelha no momento vivido, de busca pelo progresso e modernização do Brasil. Assim, foi forjado *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, oportunizando um programa nacional de educação, caracterizado por ser público, leigo, gratuito e obrigatório.

No entanto, de acordo com Guerreiro e Villela (*apud* Denari, 2011, p. 21) existe uma “ausência da pessoa com deficiência nas legislações educacionais nas décadas de 1930 e 1940, até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961”. Esta constatação vai ao encontro do que argumentamos no primeiro capítulo, da invisibilidade da pessoa com deficiência na sociedade, o que historicamente pode ser comprovado. Salvo raras exceções, restritas as instituições de caridade, os procedimentos e as práticas eram de total segregação, seja no ambiente familiar ou público.

Ao mesmo tempo em que a reforma educacional preocupava-se com a regulamentação do ensino em geral, para as pessoas com deficiência era reservado o que se convencionou chamar de “ensino emendativo”, que em tese, se constituía em outro modelo de ensino, praticado a parte das salas de aulas comuns, nas instituições que recebiam exclusivamente pessoas com deficiência, como o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Surdos. Em termos institucionais, podemos dizer que não existia uma preocupação com a educação escolar das

pessoas com deficiência, nas primeiras reformas de ensino, as melhorias eram voltadas para as pessoas “normais”.

Mesmo que a história registre o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil, desde o século XIX, nas instituições de cunho assistencialista, do período imperial, e posteriormente, de forma acanhada, nos anos 30 e 40 do século XX, a visibilidade só será possível em termos educacionais, no início dos 60, com a promulgação da Lei nº 4024/1961. Assim como nos turbulentos anos 30, o fim dos anos 50 e início 60 no Brasil se apresentava muito agitado, com as forças sociais exigindo mudanças profundas.

A excessiva preocupação dos governantes com o desenvolvimento econômico do país negligenciou a área da educação, que naquele momento se encontrava atrasada em relação à realidade de outras esferas da sociedade. As demandas exigiam mudanças concretas, pois o que se oferecia em termos de ensino, já não atendiam as necessidades provocadas pela esfera econômica e a agitação social e política que se avizinhava. Assim, se esperava que modificações fundamentais no sistema educacional pudesse garantir o acesso à escolarização e à alfabetização.

No dia 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei 4024- LDB, que além de estabelecer a descentralização educacional e administrativa, colocava de forma objetiva a atenção a ser dada às pessoas com deficiência, que no texto original se denomina “excepcionais”. A referência pode ser encontrada nos artigos 88 e 89, e se mostram evasivos e sem clareza. Júnior e Tosta (2012, p. 2) nos diz que foi a “primeira lei federal que indicava a necessidade de serviços de Educação Especial”, no entanto, “como se pode notar, nesse documento não há qualquer referência às especificidades da educação a ser dispensada a alunos com deficiência”.

Entretanto a expressão “sistema geral de ensino” carecia de operacionalização, o que não facilitou a estruturação da Educação Especial, cuja responsabilidade foi repassada para os Estados. O sentido explicitado nesse dispositivo deixa transparecer a intenção de transferir para a iniciativa privada o compromisso do atendimento aos chamados “alunos especiais”. Um dado importante a ser ressaltado é o fato de que a grande maioria dessas instituições especializadas pertencia à rede particular, deixando transparecer uma intenção de transferência de responsabilidade, por parte do Estado, para a sociedade civil no tocante à criação e à gestão dessas entidades (SILVA; BURNIER, FERREIRA, 2014).

A Lei 4024/61 (BRASIL, 2014e), foi resultado de um longo debate realizado na década anterior, e tinha como propósito apresentar uma resposta aos anseios da sociedade brasileira sobre um sistema educacional de dimensões nacionais. Entendemos também que as manifestações realizadas no exterior, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, foram determinantes para a inclusão dos artigos referentes ao atendimento educacional aos “excepcionais”.

Entre os formuladores da lei, portanto defensores, e os que eram contrários, por ser reacionária, podemos concluir que, pela primeira vez, estabelecia-se as diretrizes nacionais de educação, para seus criadores, ou de ensino, como se manifestavam seus críticos. Fato é que este aporte legal, irá influenciar todas as iniciativas na área educacional durante a década de 60.

De acordo com Mazzota (2011), Silva; Burnier; Ferreira (2014), Júnior; Tosta (2012) a Lei 4.024/61 proporcionou a sistematização das ações em relação à educação especial no Brasil. A partir dela foram estabelecidas: Lei nº 4169, de 04 de dezembro de 1962 que oficializou as convenções Braille; Portaria do INES datada de 04 de abril de 1960, que determinava a instalação nesse educandário de um Curso de Extensão de Metodologia da Linguagem; em 1962, a fundação da Federação Nacional das APAE's favoreceu a implantação de políticas de orientação psicopedagógica, médica e social específicas; 1962 - o Plano Nacional de Educação criou recursos através do Fundo Nacional de Ensino Primário, para a educação de “excepcionais” e bolsas de estudos, preferencialmente para assistir crianças deficientes de qualquer natureza; Foi instituída a Semana Nacional da Criança Excepcional através do Decreto n.º 54.188/64; Emenda Constitucional nº 01 de 17 de outubro de 1969, acrescenta no art. 175 § 4º que “[...] Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação dos excepcionais”.

Em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692/71, que em comparação à anterior, foi considerada como retrógrada, com a flagrante oficialização da segregação, com o aumento das salas e escolas especiais. É o que afirmam Junior e Tosta (2012), ao destacar o artigo 9º do referida Lei, que delega aos Conselhos de Educação a prerrogativa de estabelecer normas quanto ao ingresso de alunos com deficiências nas escolas regulares.

De acordo com os autores, em comparação com a Lei 4.024/61, a Lei 5.692/71 promoveu um retrocesso, quando aponta que o atendimento do aluno com

deficiência deveria ser feito em ambientes separados da rede de ensino. Isto fica evidente, com a criação em 1973, do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, ligado ao Ministério da Educação, que estabelecia que o atendimento especializado deveria tomar como parâmetro um diagnóstico de caráter assistencial, terapêutico e educacional, não sendo necessário ressaltar que o último não integrava o contexto das políticas públicas em educação especial.

A condução das políticas brasileiras de educação especial estiveram por muito tempo nas mesmas mãos, ou seja, foram mantidas por um grupo que se envolveu a fundo com essa tarefa. Essas pessoas, entre outras, estavam ligadas a movimentos particulares e beneficentes de assistência aos deficientes que até hoje têm muito poder sobre a orientação das grandes linhas da educação especial. Na época do regime militar eram generais e coronéis que lideravam as instituições especializadas de maior porte e, atualmente, alguns deles se elegeram deputados, após assumirem a coordenação geral de associações e continuam pressionando a opinião pública e o próprio governo na direção de suas conveniências (MANTOAN, 2014, p. 2).

Mesmo estando nas mãos das mesmas pessoas, seja por indicação política ou mesmo por ser dominada por agentes ligados as instituições beneficentes, Mantoan (2014) ressalva que a modalidade de ensino em educação especial, sempre contou com a participação de pais, pessoas e instituições ligadas a causa, bem como das próprias pessoas com deficiência, mais recentemente. O que reforça a ideia de que não existia uma vontade política referente ao tema.

Os pais de pessoas com deficiência estão entre os que compõem essa liderança e a maioria deles têm sido uma grande força, mais para manter, do que para mudar as concepções e condições de atendimento clínico e escolar de seus filhos com deficiência (MANTOAN, 2014, p. 3).

Os anos 70, como vemos, foram marcados por encaminhamentos marcados por inseguranças, receios e desacordos. Muito desses desencontros se deve ao fato de que, ainda, não se tinha muita convicção do que e como se deveria agir. Pelo menos em nível institucional. Ou melhor, as ações nesta área ainda eram marcadas por iniciativas individuais, particulares, caritativas e beneficentes.

Na dúvida de como proceder, copiavam-se os modelos de fora do país, com a contratação de consultorias externas, que apresentavam programas e ações impregnadas de procedimentos descartados em seus países. Muito do que se desenvolvia neste momento estava relacionado ao contexto político, econômico e

social do Brasil, marcado por um regime ditatorial e de um nacionalismo exacerbado, que precisa apresentar respostas rápidas para problemáticas historicamente duradouras no país.

Mesmo a despeito do imprevisto em alguns momentos e de arroubos em outros, não podemos negar que a Lei 5.692/71 influenciou as políticas públicas na década de 1980 no Brasil. Essas iniciativas foram resultantes dos inúmeros eventos internacionais que ajudaram inúmeros países a se reestruturarem na condução de políticas de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente social. O marco inicial pode ser referenciado com a proclamação pela ONU, do ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1980.

De acordo com Zanni e Paulino (*apud* DENARI, 2011), no caso particular do Brasil, a década de 1980 e parte inicial dos anos de 1990 provocaram uma grande mobilização da sociedade em geral a das pessoas com deficiência, de defesa dos seus direitos, bem como de sua extensão plena. Os tratados e convenções internacionais serviram de suporte para ações locais, reafirmando e defendendo o princípio básico dos direitos humanos, com garantias de acesso à escola, trabalho e lazer, enfim, a uma vida social plena.

Essas reformas estavam assentadas em três eixos: gestão, formação de professores e a inclusão, que ao serem trianguladas provocam a necessidade de uma nova organização escolar. O maior exemplo da concretização dessas manifestações coletivas é a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que oportuniza a elaboração de inúmeras leis de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de aprendizagem. Constatamos isso, ao nos referirmos aos artigos 206 e 208, que enaltecem o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, bem como a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Outro aporte legal de relevância é a Lei nº. 7.853 de 1989, que em Art. 1º estabelece normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e de acesso à escola, das pessoas com deficiência. No mesmo contexto que deu origem aos documentos anteriores, surge em 1990 a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu capítulo IV: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, fala do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2010a, p. 41).

Fundamentada nos documentos anteriores, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, que mesmo sob a influência de documentos internacionais vanguardistas, como Salamanca 1994, ainda condicionava a “integração instrucional” de alunos com deficiência, a possibilidade em acompanhar o ritmo dos alunos regulares (BRASIL, 2010b). Neste momento, o Brasil passava por grandes transformações, que atingiram diferentes áreas da infratextura social e econômica. Dentre eles a educação, considerada naquele momento, a base para a manutenção das relações sociais. Desta feita, a ação política se estruturava em princípios como democracia, liberdade e dignidade. Assim, a política de educação especial, orientava a ação pedagógica baseada nos princípios da normalização, integração, individualização, interdependência e legitimidade.

Após a incursão pelas Leis 4024/1961 e 5692/71, chegamos a 1996 e a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em seu capítulo V, reserva os artigos 58, 59 e 60, para tratar da educação especial. Em relação às leis anteriores, podemos dizer que houve avanços concretos na definição de modalidade de educação escolar, para a educação especial. Com isso, no artigo 58, expõe que a mesma poderia ser oferecida preferencialmente, na rede regular de ensino, quando se trata de alunos com deficiência. Outro aspecto novo é a oferta da educação especial, durante a educação infantil, na faixa etária de zero a seis anos.

No artigo 59, define que de acordo com as necessidades dos educandos, os sistemas de ensino deverão oferecer currículos, técnicas e recursos específicos, bem como, professores preparados para o atendimento especializado, nas classes comuns. O artigo 60 determina que os órgãos normativos do sistema de ensino, deverão estabelecer os critérios pelos quais as instituições privadas sem fins lucrativos, e com atuação reconhecida na educação especial, deveriam receber apoio técnico e financeiro do Poder Público.

No entanto, a rede regular de ensino oferecerá a modalidade de educação especial, independentemente de ser ofertado pelas instituições sem fins lucrativos. É oportuno lembrar que a 9394/96 já sofreu alterações com a Lei nº 12.796/2013, com ênfase para ações direcionadas a educação infantil, e neste caso particular, da educação especial, neste nível de ensino. Assim, amplia-se o leque de alcance das questões relacionadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, solidificando cada vez mais seu caráter de transversalidade.

A Lei 9394/96 (BRASIL, 2013b) provocou inúmeros desdobramentos jurídicos e administrativos, como a construção das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CBE nº. 2/2001 (BRASIL, 2013e), que determina que os sistemas de ensino devem se organizar para receber alunos com necessidades educativas especiais, além de entender a Educação Especial como uma modalidade de ensino, com uma proposta pedagógica que garanta serviços adequados para que os alunos com necessidades especiais possam desenvolver seus potenciais. Ainda em 2001, estabelece-se a Lei 10.172 (BRASIL, 2001) – Plano Nacional de Educação, que estabelece metas e objetivos a serem cumpridas em todas as esferas administrativas, quanto ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

No ano de 2003, o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial implanta o programa de Educação Inclusiva, tendo como objetivo transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, devendo promover a sensibilização, a formação e a acessibilidade. Em 2004, surge o Decreto nº. 5.296/04, estabelece condições necessárias para a implementação de uma política nacional de acessibilidade.

Em 2006, a ONU realiza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que sob a inspiração do ideal inclusivo, centra suas ações contra as limitações apresentadas pelo ambiente e não mais no indivíduo com deficiência. Ao seguir essa ideia, no mesmo ano, o Brasil lança o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, para promover ações afirmativas na educação básica, com a temática relativa à deficiência.

No ano de 2008 o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2010b), apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades /superdotação. Esta política nasce fundamentada na concepção de direitos humanos, que entende como indissociáveis os valores de igualdade e diferença. Por conseguinte, a adoção de uma prática educacional inclusiva, deve ser entendida como uma ação política, cultural, social e pedagógica, que abomine a discriminação e garanta o direito de todos os alunos a estarem juntos.

Hoje em dia, ao nos depararmos com experiências exitosas na área da inclusão escolar, parece ser uma ação natural. No entanto, a Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, propõe uma mudança estrutural e cultural da escola, “ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las” (BRASIL, 2010b, p. 9). Ao recomendar uma mudança estrutural, essa política provoca a sociedade a repensar seu sistema educacional, no que tange a organização escolar e as classes especiais. Assim, ao adotar a educação inclusiva como paradigma, essa política define os seguintes objetivos:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2010b, p. 20).

Suas diretrizes estão assim estabelecidas:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010b, p. 22-23).

Como podemos constatar as três Leis de Diretrizes da Educação brasileira, promoveram a seu tempo e características, diferentes encaminhamentos em relação ao atendimento da pessoa com deficiência no ambiente de aprendizagem. As duas primeiras, 4.024/61 e 9256/71, com um viés mais conservador, marcadas em sua essência pelo modelo de integração. Enquanto a 9.394/96, surge a partir dos movimentos inclusivos, que caracterizaram toda a legislação internacional, e que,

por conseguinte, provocaram a sociedade brasileira, e em particular as pessoas com deficiência a se manifestarem em relação à inclusão social dessa parcela da população. Em comparação a outros momentos históricos, é possível constatar, que em termos de legislação, as duas últimas décadas do século passado, e o início deste, há grande quantidade de aportes legais, especificamente em relação às ações de inclusão escolar.

Os dados estatísticos comprovam o aumento das matrículas de alunos com deficiência. Castro e Dall'Acqua (2013) apresentam esses números, em estudo sobre a quantidade de alunos com deficiência matriculados no sistema de ensino regular, no intervalo que vai de 2008 a 2012, período marcado pela implantação da Política Nacional de Educação Especial, e a busca de uma escola inclusiva. De acordo com as autoras, em 2008 eram 691.488 matriculados na educação especial, passando a 820.433 em 2012. Mesmo com uma legislação e políticas públicas específicas, só a presença das pessoas com deficiência na escola, é capaz de provocar ações concretas, rotineiras e naturais. Para tanto família, escola e sociedade em geral, poderão dar visibilidade a 23,9 % da população brasileira, sujeitas a um comportamento de improviso e de exotismo, que marca a chegada de alunos com deficiência na escola.

2.6 A Inclusão pela Profissionalização e pelo acesso ao Trabalho

O trabalho na antiguidade não era algo visto de forma positiva, muito pelo contrário, era uma atividade restrita aos escravos, ou seja, aqueles que não precisavam pensar, apenas executar tarefas braçais, pelo menos era o pensamento recorrente entre os filósofos gregos. De acordo com Pacheco (2008), “o mundo antigo nunca tratou com nobreza esse tema, pois o trabalho era visto como uma atividade menor, voltada para o atendimento das necessidades físicas”. A chegada da modernidade e a necessidade de produzir mudaram esse conceito, ou pré-conceito.

No contexto da modernidade, o homem, para ser valorizado, precisa se tornar produtivo. Com o advento da Revolução Industrial e a necessidade crescente de mão-de-obra, trabalhar torna-se algo nobre e dignificante, pois assim, o homem garantiria sua subsistência e a de seus dependentes. E quando isso não acontece?

O indivíduo se vê à margem da sociedade, alheio e alijado do círculo de consumo, portanto de fora do sistema capitalista, que valoriza o lucro, a competição e a competência.

Competência é o tema da atualidade, principalmente quando nos referimos ao processo de reestruturação produtiva, ocorrida no último quartel do século XX, tendo como parâmetro o modelo japonês de organização empresarial, também conhecido como Toyotismo, e que fundamenta seus procedimentos gerenciais, no envolvimento subjetivo do trabalhador no processo produtivo.

De acordo com Harvey (2004), Santana (2004), Antunes (2005), o modelo japonês prima pelo cooperativismo, o trabalho em equipe, a polivalência e multifuncionalidade. Assim, o operário não será um simples cumpridor de tarefas, pelo contrário, assumirá o compromisso com a melhoria contínua do curso produtivo, bem como os resultados finais da empresa.

A ênfase na participação efetiva e afetiva do trabalhador vai ao encontro da ideia de Giordano (2000) do significado psicológico do trabalho. Esse significado está associado às condições históricas, sociais e econômicas, e claro, às manifestações culturais vivenciadas. O trabalho assim, não se restringe apenas ao aspecto da subsistência, mas alcança aspectos de identidade social, pois promove a interação social, através dos aparelhos de socialização, como escola, família, igreja. Desta feita, o indivíduo na atividade laboral, vai absorvendo e praticando condutas afetivas, regras e tarefas inerentes às suas experiências e contexto social.

Ressaltamos que não estamos afirmando que o modelo japonês promove a socialização, ou que tem esse objetivo. E se tiver, com certeza, está associado ao aumento da produção e do lucro. Nosso interesse em aproximar essas abordagens se deve ao fato de como o aspecto subjetivo foi tomado como instrumento, no processo de reestruturação produtiva. De fato, as empresas japonesas souberam utilizar esses suportes para potencializar suas atividades.

Giordano (2000) nos diz que, sendo o homem e o trabalho universais, então esse ser humano deverá ter acesso a uma atividade laboral, pois assim poderá exercer e exercitar a interação com os seus semelhantes e o meio ambiente. “Acredita-se que para um indivíduo com deficiência desfrutar de uma vida normal, produtiva e participativa é preciso que tenha desenvolvido suas capacidades profissionais, suas habilidades laborativas em condições normais” (GIORDANO, 2000, p. 55). Logo, se as empresas estiverem preparadas para otimizar o potencial

das pessoas com deficiência, sem tomar como referência os trabalhadores sem deficiência, o processo de inclusão laboral será facilitado. De acordo com Giordano os tipos de atuação profissional das pessoas com deficiência estão assim dispostos:

1. *Trabalho Plenamente Integrado* – Aquele que não necessita de alteração no ambiente.
2. *Trabalho Integrado* – Existe alguma alteração no ambiente. Esta alteração pode ser de caráter passageiro, ou seja, até que haja uma acomodação homem-função, ou de caráter permanente. Embora signifique um custo maior à empresa, a relação custo-benefício é interessante para empregador e empregado.
3. *Trabalho Semi-integrado* – Caracterizado pela admissão do empregado numa empresa, mas fazendo parte de uma força de trabalho diferenciada. Não há muitas experiências no Brasil a esse respeito.
4. *Oficina abrigada* – As pessoas que frequentam são portadoras de deficiência mental, exceto equipe técnica e pessoal de apoio (instrutores). Configura-se uma das estratégias mais utilizadas pelas instituições brasileiras especializadas e caracteriza-se pela venda da mão-de-obra de pessoas portadoras de deficiência mental às empresas, sendo que a instituição é a intermediária nesse processo.
5. *Trabalho domiciliar* – É aquele realizado pelo trabalhador em sua própria casa. Não exclusivo de pessoas portadoras de deficiência (GIORDANO 2000, p. 56).

Lancillotti (2003) afirma que a escolarização e o acesso ao trabalho, da pessoa com deficiência, estão ligadas às condições históricas, econômicas e sociais. De acordo com a autora, se forem oferecidas as condições e equipamentos adequados, a inclusão ao trabalho e à escola torna-se possível. Alerta, no entanto, para o fato de se oferecer uma capacitação bem aquém do que exige o mercado, o que limita o profissional com deficiência a empregos menos qualificados. Assim, a lógica capitalista, movida pelo lucro e pela competição, absorve mão-de-obra, “à medida que são capazes de promover vantagens econômicas para o capital e deixam de ser aproveitados à medida que a oferta de mão-de-obra se amplia” (LANCILLOTTI, 2003, p. 20).

Então, no caso particular das pessoas com deficiência, as políticas públicas de profissionalização devem levar em conta a contradição existente dentro do sistema capitalista, que torna a inclusão quase que impossível, já que o capital é essencialmente excludente. Logo, quanto melhor e atual se desenvolver o processo de profissionalização, mais oportunidades se abrirão para o acesso ao trabalho. Pois, na fase atual do capitalismo, a informação e o conhecimento passou a ser uma mercadoria valiosa. E, quanto mais facilitado for o acesso à escola, à

profissionalização e a novas tecnologias, mais ingresso ao trabalho será permitido ao trabalhador com deficiência.

Sasaki (*apud* NASCIMENTO, FLORINDO e SILVA, 2013) ao falar da empregabilidade da pessoa com deficiência, alerta para as variáveis necessárias a sua capacitação profissional. Pois não basta, tão somente, a preocupação com o seu encaminhamento ao ambiente de trabalho, sem um prévio procedimento de preparação do espaço de circulação, equipamentos adaptados e, principalmente pessoas informadas e capacitadas para uma boa convivência com o profissional com deficiência. Assim, alguns procedimentos são essenciais, como ajudas técnicas, mobiliário acessível e a disponibilização de tecnologias acessíveis.

Da mesma forma que diferentes áreas da infratextura social, tiveram que assumir o modelo inclusivo, como procedimento de ação, a área produtiva, ainda carece desse entendimento. Basta verificarmos, que a toda hora e momento, as empresas são instadas pelo Ministério Público a cumprirem o que determina a Lei 8.213, conhecida como lei de cota. A explicação é simples. A maioria das empresas ainda transfere para o profissional com deficiência a responsabilidade pela adequação ao ambiente de trabalho. Ou seja, impera o juízo do modelo integrativista.

Logo, a capacitação profissional e a condição de empregabilidade da pessoa com deficiência devem atentar, necessariamente, para fatores de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, instrumental, comunicacional e programática da empresa, ou seja, a base se sustenta no modelo inclusivo. Vejamos algumas adaptações de baixo custo sugeridas por Sasaki:

1. Analise a tarefa que lhe apresenta problema. Defina a exata natureza do problema.
2. Analise o aspecto da sua deficiência que esteja contribuindo para aumentar o problema.
3. Crie soluções (adaptações) usando a técnica do brainstorming. Considere alterações no ambiente de trabalho, seu estilo de trabalho, seu estilo de comunicação e do seu supervisor, e a tarefa propriamente dita.
4. Implemente uma das soluções. Se não der certo, implemente outra.
5. Avalie se a adaptação está atendendo às suas necessidades. Compartilhe feedback com seu supervisor e implemente os ajustamentos necessários na rotina do seu trabalho a fim de obter sucesso (*apud* NASCIMENTO, FLORINDO e SILVA, 2013, p. 35).

A condição de empregabilidade da pessoa com deficiência está ligada a uma boa formação profissional, e, conseqüentemente, a sua perfeita inclusão no ambiente produtivo. Mas de nada adiantará, se algumas dessas esferas não tomarem como parâmetro o modelo inclusivo. Ao adotar esse modelo, suprime-se a ideia de que o profissional com deficiência tenha que se adaptar ao seu ambiente formativo e produtivo, buscando superar suas limitações de forma particular.

Ao pensar assim, muitas pessoas e, conseqüentemente, as organizações empregatícias focam suas atenções na deficiência e não nas potencialidades do profissional com deficiência. O modelo inclusivo inverte essa interpretação, preconceito na verdade, e passa a oferecer alternativas na forma de a sociedade se modificar e se adaptar para quaisquer pessoas. Com esse entendimento, o mundo não necessita de adequações e recursos acessíveis para algumas pessoas, mas para todos, sem distinção.

A despeito de toda uma discussão filosófica e conceitual a respeito do modelo de inclusão social da pessoa com deficiência, existe também todo um aparato legal de garantia da cidadania dessa parcela da população. O Estado Democrático de Direito, sustentado pela Constituição Federal de 1988, garante os direitos fundamentais da pessoa humana, dentre eles, o trabalho como um valor social.

De acordo com Ciszewski (2005), o princípio democrático não nos deixa esquecer, do direito de acesso, da pessoa com deficiência, ao mercado de trabalho. Essa condição de direito pode ser materializada como o pleno exercício da cidadania social. Ciszewski (2005, p. 58) diz que “a cidadania social tem no trabalho e na seguridade social o seu principal substrato. Nenhuma outra forma jurídica ou relação social adquiriu a importância que o trabalho tem para a construção desse tipo de cidadania”. Assim posto, a luta contra o preconceito não é uma mera caridade do Estado, mas acima de tudo, uma garantia legal do cidadão por inteiro, no que diz respeito a sua dignidade e exercício pleno da cidadania.

Ao analisarmos o ordenamento jurídico internacional e nacional, verificamos as peculiaridades relativas à contratação do profissional com deficiência. São aspectos referentes à seleção, obrigatoriedade em dar trabalho, equiparação salarial, jornada de trabalho e acessibilidade ao local de trabalho. Esses itens estão contemplados na Lei 8.213/91, e que de certa forma, abraçam o modelo de inclusão comentado anteriormente.

Tudo começa pelo processo de seleção na empresa, pois a sociedade atual impõe um padrão de beleza a ser seguido, é a padronização em termos modelo de funcionário a ser contratado, mesmo que a Constituição Federal de 1988, proíba a discriminação no processo de seleção para o trabalho. Vale lembrar que a Lei 7.853/89, “tipifica como crime, punível com reclusão de 1(um) a 4 (quatro) anos e multa, a negativa de emprego ou trabalho, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência”.

Outro item que provoca muita polêmica é o fato das empresas contratarem, muitas vezes já obrigadas pelo ajustamento de conduta, e na prática, não darem trabalho, deixando o funcionário com deficiência de fora do processo de produção. Deixam o trabalhador em casa, mesmo pagando salário e benefícios previdenciários e sociais. Esse procedimento também pode ser considerado como discriminatório, pois a empresa deveria delegar funções de acordo com o potencial do funcionário. Na lógica empresarial, é mais rentável pagar os benefícios, do que realizar adaptações que promovam a acessibilidade no ambiente de trabalho.

2.6.1 A Lei de Cotas – 8.213/91

As questões relativas ao pleno exercício do direito social, sempre se apresentaram envoltas em procedimentos contraditórios. Historicamente, é possível constatar a conquista e consolidação da concepção de cidadania. No entanto, motivos econômicos, políticos e sociais têm promovido a exclusão de algumas minorias. Mesmo com a presença de uma legislação, que garanta o acesso a direitos básicos como, educação, moradia, segurança, trabalho e lazer, urge a necessidade de políticas em favor de quaisquer minorias e de seus direitos sociais.

É o caso das pessoas com deficiência, que mesmo a despeito das inúmeras leis de proteção a seus direitos, ainda se veem sujeitas a políticas assistencialistas, que pouco acrescentam a sua liberdade de ação, sujeitas que ficam a boa vontade de terceiros. E ao ficarem sob a tutela de outros, acabam desaparecendo do convívio social, não frequentando os ambientes comuns a todos os seres humanos, seja escola, lazer ou trabalho. “Os problemas que daí decorrem refletem-se na baixa escolaridade desse grupo, grande dificuldade de inserção social, de constituição de vínculos familiares para além dos lares paternos e maternos” (BRASIL, 2007, p. 2).

Nesse sentido, um dos temas que mais requer atenção é o acesso ao trabalho. Assim como outras áreas, esta por suas peculiaridades, e principalmente por estar sujeita às instabilidades econômicas, provoca grandes debates e a produção de inúmeros aportes legais, programas e projeto de inclusão. De acordo com Brasil (2007, p. 13-14) destaca-se em termos de legislação a: A Convenção nº159/83, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº51/08/89. Em regra geral, todos os Estados signatários desta Convenção devem estabelecer políticas de emprego das pessoas com deficiência, baseados no princípio da igualdade de oportunidades, oferecendo serviços de formação, colocação, adaptados as suas necessidades; Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, de dezembro de 2006, que estabelece um novo conceito de “pessoa com deficiência”, provocando uma reversão paradigmática, quando enfatiza o aspecto social, além da questão clínica, comumente usada em relação à limitação física ou sensorial.

A Convenção estabelece, assim, direitos quanto à saúde, educação inclusiva nas escolas comuns, transporte, crianças em mulheres com deficiência, atendimento em caso de calamidade, lazer, cultura, esporte, habilitação e reabilitação, trabalho e formação profissional, etc. No que concerne ao trabalho, reafirma a ideia de inclusão de pessoas com deficiência, de forma digna e integral, reforçando as ações afirmativas para tanto, conforme o art. 27 do instrumento (BRASIL, 2007, p. 14).

No que tange ao art. 93 da Lei 8.213/91, podemos considerá-la como uma ação afirmativa¹⁷, pois coaduna com a Constituição brasileira, no que se refere a questões de dignidade e cidadania, em relação a garantias de acesso ao mercado formal de trabalho das pessoas com deficiência. Goldfarb (2009) afirma que o próprio Decreto 3.298/99, quando de sua publicação, repetiu as disposições da Lei de Cotas, como forma de dar competência ao Ministério do Trabalho e Emprego, em fiscalizar as empresas quanto à obrigatoriedade da contratação de empregados com deficiência.

Mas afinal, em que consiste a Lei 8.213/91? Precisamente o artigo 93? De acordo com Goldfarb (2009), o sistema de cotas para profissionais com deficiência, no âmbito das empresas privadas, bem como, instituições sem fins lucrativos, está

¹⁷ Políticas Públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física (BRANDÃO, 2005, p. 37).

contido na referida Lei e artigo, acima mencionada, que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social.

De acordo com o Art. 93, da Lei 8.213/91, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados 2%

II – de 201 a 500 3%

III – de 501 a 1000 4%

IV – de 1001 em diante 5%

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados fornecendo-as quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados (BRASIL, 1991).

Segundo Oliveira, Araújo e Romagnoli (2006) é possível afirmar que a Lei 8.213 proporcionou a inclusão de um maior número de pessoas com deficiência ao mercado formal de trabalho, muito devido a fiscalização quanto a sua aplicação. O acesso ao trabalho, conseqüentemente, provocou uma melhor qualidade de vida, independência econômica e sentido de empoderamento social. Mas nem tudo está perfeito, pois ainda existe uma grande resistência em contratar funcionários com deficiência. Decorrem disto inúmeros fatores, como crise econômica, alta competitividade e rotatividade da mão de obra, baixa oferta de emprego e falta de informação e preconceito das empresas empregadoras.

Segundo Souza-Silva, Diegues e Carvalho (2012), existem duas atitudes distintas em relação à pessoa preconceituosa, quando há uma aceitação exagerada e outra de rejeição, e ambas não são inatas, ou seja, o convívio e o processo de socialização pode levar o indivíduo a desenvolver ou não o preconceito. E sendo “o mundo do trabalho cada vez mais técnico e administrado com base na competitividade irracional não se encontra espaços para troca de experiências e ressignificações” (SOUZA-SILVA, DIEGUES e CARVALHO, 2012, p. 3).

Assim, concepção de deficiência no ambiente de trabalho, passa por diferentes visões discriminatórias, seja orgânica, de baixa escolaridade, pouco desempenho, e até ao aspecto espiritual. De acordo com os autores esta situação

se agrava, quando se soma a falta de reabilitação física, dificuldade de transporte, e falta de apoio em geral, inclusive da família.

Em pesquisa online, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2011), e apresentada na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2011, com pessoas com e sem deficiência, no total de 1200, é possível construirmos um quadro demonstrativo da condição de acesso e permanência da pessoa ao trabalho, em comparação com as que não têm deficiência. Para efeito demonstrativo, elegemos apenas alguns itens como exemplo. No que se refere à média etária as PCD estão entre 25 a 30 anos, portanto superior as sem deficiência, que é 25 anos. Das PCD 72,2% nunca foram promovidas em seus empregos, contra 63,7% das sem deficiência. Enquanto 47,7% das pessoas sem deficiência vão de carro para o trabalho, as com deficiência vão de van ou metrô, respectivamente 65% e 27,8%.

De acordo com o estudo, foram abordados vários outros aspectos, como equipamentos acessíveis ao trabalho e atividade diária, a grande maioria não considera esses dispositivos apropriados, mas consideram melhor do que quando ingressaram nas empresas. “A visão que predomina no final da apresentação do estudo é de que as pessoas com deficiência mais realizadas profissionalmente são as que apresentam um olhar mais positivo com relação à vida” (FIPE, 2011, p. 2).

A lei de cotas, em vigor a mais de duas décadas, ainda provoca inúmeras discussões, de um lado os beneficiários, o Estado e as instituições representativas dessa parcela da população, que cobram a aplicação da lei, e do outro, os empresários que alegam não existir mão de obra qualificada. No meio da questão, está o desrespeito ao direito social e dignidade do ser humano, pois grande parte da população, que possui alguma deficiência, não consegue colocação no mercado de trabalho, e, portanto, a uma vida digna, independente e produtiva.

As empresas através da lei de cotas têm a oportunidade de assumirem a sua responsabilidade social, ao promover a redução das desigualdades sociais por meio do acesso ao trabalho das pessoas com deficiência. Assim, estariam valorizando a cidadania e a garantia dos direitos humanos. Mesmo diante da obrigatoriedade, as empresas podem construir uma imagem positiva no mercado, além de assegurar como consumidores um percentual significativo da população economicamente ativa.

Na ocasião que contratam profissionais com deficiência, ao oferecer capacitação, valorizar suas potencialidades e habilidades, e torná-los produtivos, as empresas estarão quebrando o paradigma da incapacidade e instituindo a valorização do profissional, independentemente de suas características físicas ou sensoriais, e, por conseguinte, de seu próprio reconhecimento social e a admiração do público consumidor.

Ao chegarmos ao final dessa seção, em que procuramos avaliar as políticas públicas em educação e trabalho para pessoas com deficiência, pudemos conhecer os conceitos, os aportes legais de garantias dos direitos e o contexto, em que estão envoltas, todas essas questões. São temas, que ao serem triangulados, apresentam um cenário de grande complexidade, pois necessitam ser problematizados, haja vista, estarem ligados a uma parcela de 23,9% da população brasileira, que assim como as pessoas sem deficiência, necessitam de saúde, educação, trabalho e garantias dos direitos sociais.

A temática da inclusão social tornou-se recorrente em diversos setores da sociedade, seja a nível local, e principalmente, global. Os governos e as instituições de alcance mundial, que direcionam suas ações para áreas sociais, apresentam a realidade provocada pelas desigualdades sociais. São situações que nos impelem a uma reflexão mais acurada do cenário apresentado. Pois, não bastam atitudes superficiais e paliativas diante da intolerância entre os seres humanos, os mecanismos de apoio e proteção das minorias devem ultrapassar a obrigatoriedade do instrumento legal.

As ações inclusivas, ou seja, as políticas públicas em educação e trabalho para pessoas com deficiência, devem trazer em seu bojo um propósito de transformação social, que vai além do aspecto reparador, técnico e formal. Sem uma proximidade com o cotidiano e a materialidade das relações sociais, as iniciativas de reparação estimulam atitudes vazias, sem essência e consistência, que já nascem com a expectativa de existência pré-determinada.

Falamos da possibilidade de se criar ações duradouras, que perpassem os interesses momentâneos e oportunistas. Para tanto, urge a necessidades de interpretarmos o contexto, para daí em diante, materializarmos as políticas sociais de acordo com o momento histórico. De outra forma, as pessoas com deficiência, continuarão sob a tutela de outrem, sem liberdade, autonomia e dependente dos favores oficiais.

Desta feita, retomamos a ideia basilar deste trabalho, que é problematizar a questão da deficiência pelo viés das políticas públicas de educação e trabalho para pessoas com deficiência. De tal forma, o acesso à educação profissional se apresenta como a porta de entrada para o mundo produtivo, e, conseqüentemente, para tudo mais que esteja ligado ao dia a dia de um cidadão pleno. Mas entendemos que este processo de inclusão à educação profissional, passa pelo despertar de uma cultura acessível, composta em sua essência pela valorização de todos os seres humanos.

Para isso, aspectos e procedimentos considerados irrelevantes, mostram-se fundamentais no acesso e permanência do indivíduo com deficiência na escola e no ambiente de trabalho. Falamos dos recursos, produtos, equipamentos e atitudes acessíveis. Um plano, uma ação ou projeto de inclusão que centre seu olhar no aspecto macro, tende a ficar na superfície, pois se esquece do micro, tão importante para montar o grande mosaico da inclusão verdadeira.

Ao nos determos sobre os aportes legais, da Constituição até a uma nota técnica ou portaria, verificamos a indicação de que seja oferecido o auxílio necessário à inclusão social da pessoa com deficiência. Hoje nos deparamos com projetos grandiosos de ajuda técnica, suporte ou tecnologia assistiva. Todos com custos exorbitantes para os usuários, na sua grande maioria de baixa renda, e que dificilmente terão acesso, ou pela falta de condição econômica, ou pelo simples fato de não poderem decodificar e manusear o objeto. Mas são objetos com alta tecnologia, por isso são caros, dirão alguns?

Caros, avançados e inacessíveis. Quanta contradição. O que era para promover a acessibilidade torna-se algo distante de seu público alvo. Desta forma, os órgãos financiadores de pesquisa, públicos ou particulares deveriam voltar seus incentivos às ideias e projetos de fácil acesso social, com menos pirotecnia tecnológica e grande impacto no dia a dia doméstico, escolar e profissional.

Falamos dos materiais didáticos adaptados, necessários em sala de aula para alunos do ensino fundamental, para que assim possam decodificar os recursos de tecnologia fina disponíveis no mercado, mas longe de sua realidade. Citamos os softwares de voz, as trilhas acessíveis, as ferramentas, equipamentos e mobiliários adaptados, tão essencial no ambiente de trabalho, para igualar a condição de produtividade de todos os funcionários. Indicamos a promoção da acessibilidade

comunicacional e atitudinal, como facilitador da interação social e de uma educação para a convivência.

O mundo sofreu grandes transformações no final do século XX, e essas mudanças atingiram de forma contundente as relações sociais, a economia, a educação e o mundo do trabalho. Logo, as políticas públicas também devem acompanhar essas modificações, sem as quais, se apresentarão fora do contexto. No caso específico das pessoas com deficiência, os impactos também foram relevantes. Os movimentos sociais promovidos a partir de seus anseios muito contribuíram para as conquistas alcançadas. Em relação ao Brasil, os anos 80 e 90 foram de grande sedimentação das garantias dos direitos de acesso à educação e ao trabalho. Com seus direitos seguros, foi possível materializar políticas inclusivas nas diversas infratexturas sociais.

Uma dessas políticas tem guarida nas instituições de ensino profissionalizantes. São as ações inclusivas desenvolvidas dentro dos Institutos Federais de Educação (IFE), com ramificação em todos os Estados brasileiros. São programas como o TECNEP (MEC/SETEC) e INCLUIR (MEC/SESU), que em diferentes momentos oportunizaram a implantação e a implementação de projetos de acessibilidade ao ensino profissionalizante. Dentre essas ações, elegemos como alvo desta pesquisa, para estudo de caso, o Projeto Curupira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), que tem como objetivo promover a acessibilidade a nível institucional, o qual trataremos de forma mais acurada no próximo capítulo.

“As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis” (DRUMMOND).

CAPÍTULO 3

3 DEFICIÊNCIA E A VISIBILIDADE POSSÍVEL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO IFAM

A invisibilidade ou visibilidade da pessoa com deficiência, está associada a variados fatores, inerentes às relações sociais, sejam religiosos, econômicos e culturais. Como pudemos observar até aqui, a caminhada histórica desenvolvida por esta parcela da sociedade, foi marcada por diferentes interpretações e procedimentos. Todos, indistintamente, caracterizados com a marca do seu tempo. Do abandono, passando pela segregação até a inclusão, os modelos de atenção às pessoas com deficiência foram sendo aplicados no decorrer dos tempos. Do embate entre o paradigma clínico-médico e o modelo social da deficiência, muito tempo se perdeu em realizar ações concretas.

A explicação para tal fato, pode ser encontrado, no pensamento de Santos (2002, p. 10), quando este se refere à adoção de uma *sociologia das ausências*, que tem como objetivo “transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças”. Esta propositura fica bem colocada, quando nos remetemos às pessoas com deficiência e à condição social a que estiveram relegadas. Sob a tutela constante das instituições, voluntários ou familiares, eram anuladas como pessoas, perdendo sua identidade, liberdade e autonomia. Assim, as políticas públicas inclusivas se mostraram como instrumentos de empoderamento da condição de cidadão e, conseqüentemente, de sua visibilidade social.

A sociedade, ao permitir que as portas da escola se abrissem para todos, oportunizou que minorias sociais, antes distantes do ambiente de aprendizagem, conseguissem galgar espaços sociais, até então inatingíveis. É claro que esse acesso não foi conquistado de forma tranquila e fácil. Até porque, entendemos que

socialmente, os grupos minoritários tiveram que se envolver nos embates pela busca de seus direitos. E a participação direta das pessoas com deficiência, nas ações que lhe diziam respeito, provocou a adoção de um novo modelo de abordagem e atendimento, nas mais diferentes infratexturas da sociedade. O paradigma da inclusão, transferiu do sujeito com deficiência, as limitações, que antes o engessavam socialmente. Esse modelo social da inclusão, propôs uma reflexão quanto aos ambientes, objetos e atitudes que impedem a acessibilidade.

As garantias legais, conquistadas ao longo dos anos, permitiu o acesso a duas áreas primordiais, qual seja, educação e trabalho. E, ao olharmos para nosso passado recente, particularmente no Brasil, encontramos aportes legais como as Leis 4024/61, 5692/71, 9394/96, que ofereceram condições, mecanismos e apoio oficial de acesso escolar. Da mesma forma, citamos a Lei 8.213/91, conhecida como a Lei de Cotas, que ofereceu amparo legal de acesso ao trabalho, a partir do cumprimento de percentuais pré-estabelecidos, de acordo com o número de funcionários de cada empresa. Essas Leis serviram de suporte para a criação de Decretos, Portarias, Pareceres e outros instrumentos de garantia de inclusão social da pessoa com deficiência.

Ao nos concentrarmos, no acesso através da formação profissional, dentre outras iniciativas de nível básico, médio e superior, conhecemos a experiência centenária das antigas Escolas Técnicas Federais do Brasil. Criadas no início do século XX, a grande maioria em 1909, pelo Decreto nº 7.566, do então presidente Nilo Peçanha, receberam a denominação de “Escolas de Aprendizes Artífices”, e tinham como propósito o ensino profissional, primário e gratuito.

De acordo com (BRASIL, 2012d, p. 4) esta trajetória foi marcada por etapas historicamente marcantes: 1927 – oferecimento obrigatório do ensino profissional no país; 1930 – política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes; 1937 – A Constituição trata do ensino técnico, profissional e industrial; A Lei 378 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino de todos e graus; 1941 – A reforma promovida por Gustavo Capanema considera o ensino profissionalizante de nível médio e estabelece o exame de seleção para o ingresso; 1942 – O Decreto nº 4.127 transforma as Escolas de Aprendizes em Escolas Industriais e Técnicas; 1959 – Passam a condição de autarquias, com autonomia didática e de gestão, e recebem a denominação de Escolas Técnicas Federais; 1994 – As Escolas Técnicas

e Agrotécnicas passam a ser os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs; 2008 – A Lei 11.892 institui a Rede Federal de Educação Profissional e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que possuem natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além disso, oferece educação superior, básica e profissional.

Essa história de 100 anos, da Educação Profissional no Brasil, foi concebida com o intuito de atender as classes menos favorecidas socialmente, e agora se abre para todas as pessoas poderem acessar o ensino científico e tecnológico.

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação Profissional e Tecnológica está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nessa direção a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico (BRASIL 2012d, p. 7.)

Ao definir seu perfil, como instituição que permite o acesso de todos à educação, além de ser, sustentável e inclusivo, esse aparelho formador torna-se espaço de promoção de políticas públicas em educação e trabalho, ao proporcionar o ingresso na formação profissional. Ao abrir suas portas para “todos”, permite que pessoas com deficiências tenham oportunidade de se qualificar profissionalmente. Desta ação, emerge o desafio em buscar soluções, que oportunize igualdade de condições de ensino para esse público específico.

Tomando como referência o modelo inclusivo, foram sendo implementados e implantados programas de inclusão escolar, no âmbito da Rede Federal. Tomamos como referência o Programa TECNEP e o Programa INCLUIR. O TECNEP, foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Tecnológica, e tinha como objetivo o atendimento de pessoas com deficiência no espaço escolar. O Programa INCLUIR, é desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior, e objetiva o incentivo à criação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições de ensino superior.

Assim, chegamos à finalidade deste capítulo, que é realizar um estudo de caso do Projeto Curupira, implantado e desenvolvido pelo Instituto Federal do

Amazonas, e que tem como objetivo promover a acessibilidade, através da quebra das barreiras arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal. Este projeto é resultado do Programa INCLUIR, e teve seu marco de criação no ano de 2007. Mas antes de nos enveredarmos pelo nosso objeto de estudo, faremos algumas incursões em temas, como a atenção à pessoa com deficiência no Estado do Amazonas e a Implantação do Programa TECNEP no Instituto Federal do Amazonas.

3.1 O Estado do Amazonas e a Pessoa com Deficiência

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o número de pessoas com deficiência no Amazonas cresceu 96,8% desde a última contagem. Em comparação ao ano 2000, quando possuía 401.649, os dados de 2010 mostram o Estado com 790.647, atingindo o patamar de 23,2% de sua população. Ao distribuir os dados por deficiência, os números ficam assim: visual 651.262, física 209.932, auditiva 154.190, intelectual.

Para oferecer proteção, apoio e atenção a esta parcela significativa da população estadual, a Constituição do Estado do Amazonas (2012), em seus 289 artigos, reserva 16 deles para se referir às pessoas com deficiência. Destaca-se por sua abrangência o Art. 248, que em seus seis incisos garante o acesso ao emprego, atendimento educacional diferenciado, programas de habilitação e reabilitação, serviços especializados na rede pública de saúde, acesso a logradouros e prédio públicos e ao transporte coletivo.

Outros artigos também abordam temas que aludem à pessoa com deficiência, como a reserva de percentual de vagas dos cargos em empregos públicos (art. 108, § 2º), prestar serviços de prevenção aos diversos tipos de deficiência (art. 185), desenvolver programas de proteção, amparo e assistência à família (art. 196), atendimento educacional especializado na rede regular (art. 201). Além desses, destacamos:

ART. 212. O Poder Executivo, na forma do disposto no art. 150, § 1º, I, e art. 154. I, desta Constituição, condicionará a concessão de incentivos fiscais e financeiros ao cumprimento de programas específicos de benefícios sociais.

§ 1º. São entendidos como benefícios sociais os dispêndios efetuados pelas empresas, em favor de seus empregados e da comunidade, relativos à formação, treinamento e capacitação de pessoal, saúde, alimentação, transporte, desporto, creches, investimentos preventivos à ocorrência de acidentes de trabalho, sinistros, comprometimento ambiental, atividades culturais, estágios concedidos, admissão de menores e de deficientes, prêmios ou estímulos à produtividade, investimento em pesquisas de interesse coletivo estadual e auxílios a entidades filantrópicas ou culturais sediadas no Estado (AMAZONAS, 2012, p. 64).

Em relação à Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN (2012), encontramos 15 artigos referentes à população com deficiência e seus direitos de acesso à educação, trabalho, lazer, saúde, assistência e proteção social. Destacamos a reserva de 2% das vagas na administração direta, indireta e funções (Art. 112), garantia de acessibilidade arquitetônica aos locais públicos de lazer e desporto (Art. 246), o transporte público oferecerá segurança, higiene e conforto (Art. 256), reserva de 5% do total de pessoal empregado nas empresas operadoras, na administração pública, permissionárias e concessionárias, bem manter 20% dos assentos especiais, por veículos (Art. 258), isenção do pagamento de tarifas nos transportes coletivos (Art. 261), programas de acesso à cultura (Art. 332). Por fim:

Art. 384. As empresas que comprovarem manter em seus quadros funcionais 10% (dez por cento) do total de seus empregados, ex-hansenianos, ex-presidiários, portadores de necessidades especiais e pessoas idosas, com idade superior a 45 anos, gozarão da isenção de 20% (vinte por cento) do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

§ 1º Para ter acesso ao gozo da referida isenção, as empresas interessadas formalizarão pedido ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Social, obrigando-se a comprovar, trimestralmente, a manutenção da contratação das referidas pessoas.

§ 2º Os pedidos de isenção, desde que observados os requisitos exigidos, serão concedidos sob forma de aplicação imediata (LOMAN, 2012, p. 127).

Como podemos observar o Estado do Amazonas, assim como o Brasil por inteiro, possui uma vasta legislação de proteção aos direitos da pessoa com deficiência. São aportes legais de grande abrangência, pois absorvem temas das mais diversas áreas da interação social. Dos direitos mais amplos até aqueles menos notados, quase tudo está contemplado na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do município de Manaus. Este avanço em termos legais oportunizou a criação de políticas de atenção e de defesa das pessoas com deficiência no

Amazonas. Além de outras temáticas, podemos destacar a esfera da educação e do trabalho como exemplos mais latente de inclusão social.

Em relação ao acesso ao emprego, destacamos o estudo de Souza (2011), que desenvolve uma análise da inclusão e manutenção do trabalhador com deficiência no Polo Industrial de Manaus. De acordo com o autor, o Estado do Amazonas, e mais precisamente a cidade de Manaus, encontrava-se praticamente abandonada, após o período áureo da borracha. De um simples entreposto de produtos extrativista até a década de 50, passou com a criação da Zona Franca de Manaus, nos anos 60, a área de referência na produção de eletroeletrônicos.

Esse importante parque fabril da América Latina abriga mais de 500 empresas com elevados índices de inovação tecnológica, competitividade e produtividade. Apresenta um faturamento estimado de US\$ 25 bilhões e geram quase 100 mil empregos diretos e 450 mil indiretos, somente na cidade de Manaus e outros 60 mil nos demais estados da região. A indústria de eletroeletrônicos (fabricantes de TVs, DVDs, aparelhos de som e fornos entre outros) é responsável por 34,58% do faturamento industrial de Manaus. O segundo lugar vem das empresas de bens de informática com 22,26%. Em seguida estão as empresas de cluster de motocicletas com 16,81% do faturamento (SOUZA, 2011, p. 92).

A pesquisa de Souza (2011) tomou como parâmetro o público com deficiência intelectual, e dados do IBGE/2000. No entanto, a relevância está no período de análise da pesquisa, ou seja, de 2006 a 2010, que de acordo com autor, coincide com o momento de maior reafirmação das pessoas com deficiência no Brasil. Enfatiza que o acesso ao emprego, em muito se deve à Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006/2008), que deliberou sobre a responsabilidade do Estado em fiscalizar o cumprimento da cota legal pelas empresas. Os dados a respeito da cidade de Manaus compreendem o período de 2007 a 2009, e têm origem na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Amazonas (SRTE-AM), que estimava um número de 1.500 trabalhadores com deficiência a ser contratados em 2010.

A dificuldade em obter dados diretos das empresas, em relação ao acesso de trabalhadores no ambiente de trabalho, levou o autor às associações representativas dessa categoria social, neste caso em particular dos deficientes intelectuais:

No que concerne ao deficiente intelectual, as únicas instituições, na capital do Amazonas, que os “habilitam” para uma possível inclusão no mercado de trabalho são: Associação de Capacitação, Emprego e Renda do Amazonas (ACERPAM); Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Manaus (APAE); Associação Pestalozzi de Manaus (APAM); Associação de Amigos dos Autistas do Amazonas (AMA-AM); Associação Amazonense de Integração de Pais de Deficientes Mentais (ADEME) (SOUZA, 2011, p. 108).

Santos e Matos (2012) ao se referirem à política pública e ao atendimento educacional especializado em Manaus, dizem que são reflexo das transformações provocadas pela contemporaneidade, no tocante ao ideal neoliberal e ao movimento inclusivo em todo mundo. Ao ser signatário de vários documentos em favor da inclusão de pessoas com deficiência na escola, o Estado brasileiro assumiu o compromisso em oferecer as condições necessárias à concretização dessas ações. No entanto, muito ainda está por vir, haja vista, que muitas ações se devem a iniciativas individuais, sem uma horizontalização de procedimentos de acessibilidade educacional.

O Plano Estadual de Educação do Amazonas de 2008 define como Educação Especial ações formais que se destinam a atender de forma específica as pessoas com deficiência, transtornos e altas habilidades. Logo a seguir expõe a dificuldade em planejar para esta área, pois os dados estatísticos são escassos. Os dados tomados como referência são do INEP, do ano de 2001. Naquela oportunidade o Estado possuía 457 professores atuando em educação especial, com 393 possuindo ensino médio e apenas 62 com o nível superior. Dentre as diretrizes contidas no plano destacamos a seguinte:

Cabe ao Estado o papel indiscutível de garantir o atendimento e sua expansão, bem como de planejar e direcionar políticas públicas nesta área, tendo sempre em voga que estas pessoas historicamente são vítimas de um enorme descompromisso para com seus direitos, sendo um número irrisório os que estão tendo acesso ao processo educacional, em qualquer instância (AMAZONAS, 2008, p. 68).

De acordo com o Censo Escolar (2010) dos 54 milhões de estudantes brasileiros, os que têm deficiência somam 1,7% desse total, sendo o Estado do Amazonas a unidade federativa com o menor índice de discente com deficiência, com apenas 0,85%. O percentual do Amazonas representa aproximadamente a metade da média nacional, em termos de inclusão escolar, o que destoia em muito do percentual de pessoas com deficiência do Estado, em torno de 23%. Os números

em sua frieza demonstram o quanto ainda temos a caminhar, pois se pode imaginar a dificuldade em promover a inclusão, sem que as pessoas com deficiência tenham acesso à escola, e como consequência a todos os direitos previstos em lei.

Matos (2014, p. 102) em pesquisa sobre o acesso de alunos com deficiência no ensino básico no Amazonas, e tomando como base os números do Censo Escolar de 2006, apresenta a real situação da estrutura física das escolas. Do total de 5.156, somente 176 (3,41%) apresentavam sanitários adequados/adaptados e 116 (2,25%) com dependências e vias adequadas. Somem-se a esse fator, outras modalidades de acessibilidade, como a comunicacional, pedagógica e atitudinal, que são esquecidas no momento de receber um aluno com deficiência na escola.

O panorama de inclusão de pessoas com deficiência no Amazonas tomou uma celeridade nos últimos anos, é inegável o avanço alcançado em termos de atendimento aos direitos relacionados ao transporte, moradia, trabalho e educação. Muito se deve a institucionalização das ações, com o fortalecimento de suas entidades representativas, bem como a implantação dos Concelhos Municipal e Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Quanto ao apoio político, destacamos a criação da frente parlamentar da Assembleia Legislativa do Amazonas e A Comissão Especial de Consolidação da Legislação Relativa aos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEL/PCD-ALE/AM) que tem por objetivo avaliar, construir e unificar as leis voltadas para o segmento. Outro aspecto relevante foi a criação da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Amazonas.

3.2 Instituto Federal do Amazonas e a Promoção da Acessibilidade

O Estado brasileiro através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2014e, p. 13) institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ainda integram esta rede a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; os Centros Federais de Educação Tecnologia Celso Suckow da Fonseca – CEFET- RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais. A referida Lei em seu parágrafo único estabelece que “as mencionadas

possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”.

Mas essa história não começa em 2008, como vimos anteriormente, o embrião para a existência dos Institutos atuais, foi a criação em 1909, das Escolas Técnicas Federais. De acordo com Pereira (2003, p. 26) mesmo as experiências de formação de aprendizes terem chegado junto com os colonizadores ao Brasil, só em 1909, com o Decreto 7.566 de 23 de setembro, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, é que o Estado assume a formação profissional, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, que “acabaram por se tornar instituições de qualificação de mão-de-obra, segundo o tempo e a natureza da industrialização brasileira, aspecto que justifica [...] a sua razão de existir”.

As mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil, nos anos 20, provocaram novos encaminhamentos em relação ao ensino profissional. O momento vivido, entre os anos 30 e 45, deixaram marcas na organização da educação brasileira, particularmente no ensino industrial, que transformaram a Rede de Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus (1937), e quando da instalação das Escolas Industriais e Técnicas (1942).

A organização do ensino industrial, submetido a mudanças bastante relevantes em função do cenário social, político e principalmente econômico deste período se deu em um ambiente marcado por uma conjuntura econômica vinculada à expansão industrial e à conseqüente demanda pela formação de técnicos em nosso país, prática que alterou a postura até então vigente de importação de mão-de-obra técnica de outros países (PEREIRA, 2003, p. 46).

Outro marco significativo na implantação do ensino profissional foi o Decreto 47.038 de 1959, que deu autonomia didática, administrativa e financeira, para as instituições mantidas pelo Governo Federal, ou seja, as escolas técnicas. O contexto mundial obrigou o Brasil a passar de uma economia agroexportadora para industrialização. Assim, cada vez mais, o país necessitava de trabalhadores qualificados para a função nas indústrias. Essa situação se mantém com a LDB de nº 5.692/71, que torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo de segundo grau, com o objetivo de formar técnicos em regime de urgência.

Em 1978 as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica –

CEFETs, com o propósito de formar engenheiros e tecnólogos. Com a chegada do ano de 1994, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e outras Escolas Técnicas e Agrotécnicas também se transformam em CEFETs, “levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro” (BRASIL, 2012d, p. 5).

É neste contexto que é criado, em 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, como parte integrante de uma rede de ensino tecnológico, que promove o desenvolvimento nacional, através da elevação da escolaridade, da sustentabilidade e da inclusão social. Bem como as outras unidades de ensino técnico e tecnológico do país, o IFAM estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que atuará “em todos os níveis e modalidades da educação profissional, primando pela formação humana e cidadã como pressuposto básico à qualificação para o exercício do trabalho” (IFAM, 2009b, p. 12).

Neste sentido, nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, inciso IV, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, foi estruturado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

Na condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o IFAM integra os seguintes Campi: Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Manaus Zona Leste, Campus Coari, Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Presidente Figueiredo, Campus Maués, Campus Parintins, Campus Lábrea e Campus Tabatinga.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, doravante IFAM, oferece a Educação Profissional, nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico, além das Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu (IFAM, 2009b, p. 12).

Dentre suas metas para o ensino e extensão, e de acordo com o contexto amazônico, o IFAM elege a inclusão social. O item III fala em implantar ações e programa de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. São iniciativas, que vão ao encontro de todo o histórico de oportunidade, de acesso ao ensino profissional ofertado pela rede de ensino técnico, neste caso específico, tendo como foco as pessoas com deficiência. No entanto, além da simples oferta de vagas, acessos e oportunidades, urge a necessidade de se criar um conjunto de

procedimentos, serviços e equipamentos, que servirão de suporte para alcançar a meta estabelecida.

Em princípio parece simples, mas na verdade, necessita-se de uma mudança de mentalidade, ou atitude, onde o respeito a diversidade e o combate à intolerância devem está em primeiro momento. Em sendo assim, cria-se um conjunto de ações que permitiram a acessibilidade das pessoas com deficiência nas atividades, programas, projetos e cursos do IFAM. Como existiu uma variedade de atuações de caráter inclusivo, elegemos para análise o PROGRAMA TECNEP e o PROGRAMA INCLUIR, pois estes têm as pessoas com deficiência como alvo e, serão abordados mais detalhadamente, nas seções a seguir.

3.2.1 O Programa TECNEP

A expertise acumulada pela Rede Federal de Educação Tecnológica, durante toda a sua história, no desenvolvimento de uma educação profissionalizante, sustentável e inclusiva, a qualifica para o atendimento de pessoas com deficiência em seu ambiente de aprendizagem. Desta feita, Anjos (2006), Azevedo (2007), Costa (2011), Nascimento; Florindo e Silva (2013), Esteves Neto (2014), nos apresentam estudos e considerações, a respeito do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), implantado e implementado na Rede Federal de Educação Tecnológica em 2000, pela extinta SEESP/MEC e a SETEC/MEC, e que tinha como objetivo promover o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiência.

Anjos (2006) ao falar da Rede Federal de Educação Tecnológica, nos diz que, ela sempre foi bem conceituada no contexto educacional brasileiro, muito em função da boa qualidade de ensino oferecido. É o que a autora denomina de “ilha de excelência”. E, ao ser uma referência em ensino de qualidade, suscitou o interesse em saber como esta instituição, que trazia em sua origem o atendimento dos excluídos, recebia as pessoas com deficiência. Assim, em 1999, a Secretaria de Educação Especial iniciou um levantamento nas Agrotécnicas, Escolas Técnicas e CEFETs, para saber como era oferecida a educação profissional para esse público. Diante da constatação de um reduzido número de matrículas, ou seja, 3190 de

alunos com deficiência em toda a rede, equivalente a 0,5%, dos alunos sem deficiência. Situação preocupante, pois, nesse período, os dados oficiais estimavam que no Brasil 14,5% da população possui algum tipo de deficiência.

A partir daí, surgiu a necessidade, de se criar uma ação voltada para “a permanência de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, através da abertura de espaços nas escolas profissionalizantes da rede federal” (ANJOS, 2006, p. 39). É então criado, no ano 2000, o Programa TEC NEP, que traz em seu nascedouro a mobilização social de todos os agentes envolvidos no processo de inclusão social das pessoas com deficiência como: família, escolas, associações, mundo do trabalho, com o propósito de oportunizar o acesso dos alunos com deficiência nas diferentes modalidades de ensino.

A exclusão educacional, gerada historicamente pela desigualdade social, impedia o ingresso de pessoas com necessidades específicas em cursos técnicos e tecnológicos das instituições de educação profissional. Desde o processo seletivo até a infraestrutura instalada, tudo favorecia a reprodução da exclusão e da injustiça social. A institucionalização, em 2000, de uma Política de Inclusão a partir da Ação TEC NEP (“então programa TEC NEP”) possibilitou a quebra desse paradigma e, com a desmistificação do atendimento a esse público-alvo, nossas instituições se tornaram mais humanizadas (NASCIMENTO; FLORINDO E SILVA, 2013, p. 14).

De acordo com Nascimento; Florindo e Silva (2013) após a fase de sondagem, para saber quais instituições já desenvolviam algum tipo de atividade voltada para pessoas com deficiência, foi definido os passos seguintes, que desdobraram em três momentos, distintos e inter-relacionados.

- *1º momento/2000* – teve como objetivo apresentar as ações do TEC NEP à Rede Federal de Educação Tecnológica, através de uma oficina que buscou mobilizar e sensibilizar as instituições para a inclusão dessa temática em seus projetos político-pedagógicos. Como encaminhamento, foi decidido que cada instituição iniciaria um processo de preparação da infraestrutura, dos recursos humanos e pedagógicos, como base para essa ação inclusiva;

- *2º momento/2003 a 2006* – Foi marcado pela descentralização da gestão e do processo de expansão, sendo criado o Grupo Gestor Central, com técnicos das antigas SEMTEC e SEESP. Em seguida foram definidos cinco pólos regionais, a saber: Região Norte (CEFET/PA), Região Nordeste (CEFET/RN), Região Centro-Oeste (CEFET/MT), Região Sudeste (CEFET/MG) e Região Sul (CEFET/SC). Em

relação a expansão, foi encaminhado a criação dos NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), do qual falaremos melhor em alguns parágrafos a frente.

- *3º momento/2007 a 2009* – Caracterizou-se pelo investimento em Formação de Recursos Humanos e no incentivo ao desenvolvimento de Tecnologia Assistiva (TA). Desta feita, para atender a formação, foi implantado o Curso de Especialização em “Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva”, desenvolvido por um *pool* constituído por SETEC, CEFET do Mato Grosso, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamin Constant (IBC). Quanto a TA, de acordo com os autores, iniciou-se pesquisas em “habitação universal” (IFRS – Campus Bento Gonçalves); Criação do protótipo do “*Mouse Ocular*” (IFSulriograndense); Criação dos Centros de Equoterapia (Planaltina/DF, Barbacena/MG, Ceres/GO, Colatina/SC, Rio Verde/GO e Sertão/RS); Desenvolvimento do PROTA – Programa de TA que conserta bengalas (UTFPR-Campus Curitiba); Implantação do Centro de Formação e Treinamento de Cães-guia. Estruturalmente o TECNEP estava organizado da seguinte forma:

O Programa TEC NEP tem como estrutura:

- 1) *Gestor central* – assume o papel de coordenação de todo processo, organiza e desenvolve todas as atividades de implementação do programa em todo o Brasil;
- 2) *Gestor regional* – assume o mesmo papel do central só que em nível de sua região;
- 3) *Gestor estadual* – implementa as ações do programa em seu respectivo estado, ao mesmo tempo em que faz contato com as instituições/organizações que militam no atendimento à pessoa com necessidades especiais;
- 4) *Coordenador de núcleo* – tem como função articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela na instituição (ANJOS, 2006, p. 40).

3.2.2 Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs)

O Programa TEC NEP oportunizou a criação de um núcleo dentro de cada Instituição Federal de Ensino (IFE), para que servisse de referência no trato e convivência com as pessoas com deficiência, que integrasse o conjunto de sujeitos de cada instituição. Esse espaço seria constituído por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, pedagogos, sociólogos, psicólogos, supervisores, alunos, pais e membros da comunidade. A educação para a convivência, praticada pelos

NAPNES, tinha como propósito a inclusão de alunos com deficiência e do respeito à diversidade, através da quebra das barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Conforme Costa (2011), a Declaração de Salamanca, serviu como base para os valores desenvolvidos pelos NAPNES, como uma escola inclusiva e para todos, bem como, o respeito à diversidade de aprendizagem, de acordo com uma pedagogia centrada no aluno. Em linhas gerais, o referido núcleo desenvolveria ações transversais, articulando diferentes setores das instituições para a inclusão escolar plena. “Até o ano de 2010, de acordo com o MEC/SETEC, as Redes Federais de ensino contabilizam a implantação de 128 NAPNEs, entretanto o TEC NEP visava introduzir novos Núcleos em todos os IFs” (COSTA, 2011, p. 74).

Esteves Neto (2014) atualiza os dados referentes ao número de núcleos implantados, tomando como base o ano de 2012, ou seja, naquela oportunidade já existiam 387, não sendo possível estimar o número de pessoas atendidas com deficiência. Ao se reportar ao estudo desenvolvido por Rosa (2011), sobre os atores envolvidos no TEC NEP, Esteves Neto, diz que a clientela envolvida, é composta por proletários, que juntamente com as dificuldades advindas da deficiência, ainda estão sujeitas às condições adversas da diferença de classe. “Muitas instituições componentes da Rede, simplesmente delegam as funções aos NAPNEs e imaginam estar em dia com as responsabilidades inclusivas” (ESTEVES NETO, 2014, p. 44).

Ao nos determos sobre a função dos NAPNES, dentro das instituições, chegamos à conclusão, que seus objetivos e funções, estavam bem além de suas possibilidades operacionais. Isto pode ser notado, pela forma como eram desenvolvidas as atividades, ou pelo menos, de se operacionalizar algumas ações. As iniciativas não tinham um cunho institucional, um reconhecimento da comunidade interna dos institutos, pois eram restritas a alguns abnegados, que por proximidade com a temática, interesse pessoal, ou até mesmo, por serem colocadas ali de forma súbita, tentavam conduzir as ações, muitas vezes improvisadas. Contudo, louve-se o trabalho de vários núcleos, que de fato, apoiados no direito e nas normas de acessibilidade, souberam superar o imprevisto e construíram uma cultura da acessibilidade dentro de suas escolas.

No caso específico do IFAM, o NAPNE foi criado no 15 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), pela portaria de nº 180- GDG/ CEFET-AM, e composto por servidores docentes e técnicos administrativos, com o objetivo de “desenvolver na

instituição a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais”. Assim como outros núcleos implantados, em outras instituições federais, o NAPNE do IFAM, teve seus primeiros passos, caracterizado por incertezas e desconexões de seus objetivos, com as metas e ações institucionais, longe do reconhecimento e acolhimento que deveria ter.

Com o passar do tempo, ao ser mais bem divulgado, desenvolveu atividades regulares dentro do instituto. Calcado no princípio da educação para todos, começou a promover um trabalho de sensibilização e de informação, a respeito da temática de inclusão de alunos com deficiência no espaço escolar. Desta forma, adotou como base para suas ações, a prática de uma educação para a convivência, promovendo o debate em relação à diversidade e do respeito ao ser humano.

De acordo com Azevedo (2007, p. 42) o Programa TEC NEP, e por extensão o NAPNE, “tem como propósito iniciar o processo de transformação da realidade atual”, provocando a sociedade a pensar e agir sobre a inclusão de pessoas com deficiência a uma educação profissional, ao trabalho e a todos os outros setores da sociedade. Desta feita, não será mais necessário o dispêndio de todo natureza, com programas assistencialistas.

Ao consultar os trabalhos de Esteves Neto (2014), Anjos (2006), Costa (2011) e Azevedo (2007), sobre o entendimento que as pessoas, tanto da instituição como da comunidade externa, tem sobre o núcleo, chegamos à conclusão que tanto no início da ação, como na atualidade, ainda existe um desconhecimento de seus objetivos e dimensão administrativa. E, acreditamos que esta confusão se deve ao fato, de muitos dos núcleos, ainda não gozarem de um reconhecimento institucional.

Começa pela sua localização no organograma administrativo, pois cada IFE, de acordo com seu entendimento, aloca-o em diferentes diretorias ou reitorias, não existindo uma identidade ou identificação própria. Alguns habitam a reitoria, outros as pró-reitorias de ensino ou extensão, também são encontrados nas diretorias de ensino dos campi, ou ainda na diretoria de relações empresariais. Como é possível verificar, cada qual toma a decisão necessária, sem nenhum procedimento padrão ou institucional. No caso específico do IFAM, atualmente o núcleo se localiza na pró-reitoria de extensão, ligado a diretoria de inclusão social, mas já migrou pela diretoria de ensino e pró-reitoria de ensino.

Ao verificarmos a lei de criação dos institutos, constatamos que todos eles foram estabelecidos com autonomia administrativa e financeira. Esta característica jurídica, impõe uma administração imperial, onde basicamente tudo, tenha que passar pelo reitor ou diretor, dando-lhes um poder político muito grande. No que se refere aos NAPNEs, o melhor local para ser abrigado, em virtude de seu poder de ação e pressão, seria a diretoria do campus ou a reitoria do instituto.

De outra forma, esses núcleos vagarão pelos diversos setores, sem a importância que lhe é devida, pois ao olharmos seus objetivos e procedimentos, principalmente o aspecto da transversalidade temática, que trata da assistência às pessoas com deficiência, no que se refere à acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal, entendemos que o mesmo, deveria ser oficialmente, parte integrante do organograma administrativo.

O conhecimento adquirido com a implantação do NAPNE no IFAM, proporcionou no período de 2002 a 2006, a realização de várias ações intituladas “Educação para a Convivência”, como oficinas de Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade; Exposições das instituições representativas das pessoas com deficiência; Depoimentos das Secretarias Municipais e Estaduais que trabalham com este público; Seminário de Sensibilização e outros. A expertise desenvolvida no Campus de Manaus/Centro, foi determinante para a implantação de outros núcleos nos campi de Coari, Parintins, Tabatinga, Manaus/Zona Leste e Manaus/Distrito.

As atividades realizadas pelo NAPNE dentro do IFAM, serviram de base para a criação, implementação e implantação, em 2007, do Projeto Curupira – Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva do IFAM, ação financiada pelo Programa INCLUIR, da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação do Brasil. O Projeto Curupira surge para complementar o trabalho do NAPNE, ampliando o leque de atuação do IFAM, em relação à pessoa com deficiência. Mas esse tópico, será abordado com maior profundidade, no item a seguir.

3.2.3 Programa INCLUIR e a implantação do Projeto Curupira no IFAM

O Programa INCLUIR foi instituído em 2005, nas instituições de ensino, com o objetivo de promover a acessibilidade na educação superior. Do período de sua criação, até o ano de 2010, financiou diversas ações, através de chamadas públicas

realizadas pela SEESP e SESU, como: adequação arquitetônica do ambiente onde iria funcionar; aquisição de mobiliário acessível; formação de profissionais em práticas inclusivas. Com essas iniciativas, foi possível identificar as barreiras que impediam o acesso do aluno com deficiência à educação superior.

Conforme Brasil (2013f), a partir da metade do século XX, teve início em nível mundial, a luta por uma sociedade inclusiva. A partir de então, várias iniciativas foram efetivadas, como parte de um novo olhar em relação a essa problemática, que assim passou a lutar contra as atitudes discriminatórias e preconceituosas. Os momentos de segregação foram ficando para trás, pois os modelos homogeneizadores começaram a ser questionados, principalmente em relação ao processo de ensino aprendizagem.

O resultado das discussões mundiais, a respeito da educação especial, foi o encaminhamento de mudanças nas políticas políticas relacionadas a essa área. O espaço escolar passa a ser repensado e, por consequência, a inclusão escolar tem início, pois se entende que o espaço de aprendizagem deve reconhecer e valorizar as diferenças. Assim, foram gestadas políticas relacionadas à formação de professores, gestão e financiamento, que garantissem o acesso de alunos com deficiência na escola.

A adoção da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, põe fim ao entendimento de que a educação especial tinha um caráter substitutivo. Agora, com a adoção do modelo inclusivo, a educação especial, passa ser definida como uma modalidade transversal, ou seja, perpassa os diferentes níveis e modalidades de ensino. Desta forma, o início de um sistema educacional inclusivo, toma forma no Brasil, ao garantir a acessibilidade de estudantes com deficiência, e como consequência, a potencialização de suas habilidades e competências.

O financiamento das condições de acessibilidade deve integrar os custos gerais com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentaria; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013f, p. 12-13).

Logo em seu início, o Programa INCLUIR, ao tomar o paradigma da inclusão como parâmetro, começou com a formulação de estratégias, que identificassem as barreiras de acesso dos alunos com deficiência na educação superior. Como resultado, promoveu chamadas públicas concorrenciais, com objetivo de fomentar a implantação de núcleos de acessibilidade, nas instituições federais de ensino, e desta feita, cumprir os aportes legais de acessibilidade arquitetônica, pedagógica, atitudinal e comunicacional.

Ao consultar os editais do Programa INCLUIR, tomamos conhecimento da seguinte situação. Em 2005, o recurso disponibilizado foi da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para atender programas e projetos com suas indicações de compra de equipamentos e reformas para a acessibilidade, sendo 50% para despesas de capital e 50% para custeio. Ao todo, foram apresentadas 33 propostas e, destas, 13 selecionadas. O edital do ano de 2006 disponibilizou R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), participaram da seleção 39 projetos e 28 foram selecionados. Nesta chamada, aparece pela primeira vez as instituições federais de ensino profissionalizantes (CEFET/BG, CEFET/PA, CEFET/SVS). No edital de 2007, foram contempladas 38 instituições, e destas, 7 eram CEFETs, dentre os quais aparece o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, com o Projeto Curupira e o valor de R\$ 77.000,00. Nos anos posteriores, 2008, 2009 e 2010, o Projeto Curupira teve novas aprovações, agora sob a guarda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, criado a partir da Lei 11.892.

3.3 O Projeto Curupira e a Promoção da Acessibilidade no IFAM

O Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, foi implantado, no dia 03 de agosto de 2007 (IFAM, 2014), com a nomeação do Grupo Executivo do Projeto Curupira, constituído por servidores docentes e técnico-administrativo, logo após a aprovação do mesmo pelo edital nº 03, de 07 de abril de 2007, do Programa Incluir 2007/SESu-SEESP/ MEC.

O organograma do projeto, ficou assim estruturado:

Figura 1
Organograma do Projeto Curupira



Fonte: IFAM, 2014.

Ao consultar os projetos originais, em número de três, apresentado em cada chamada de editais do INCLUIR, e os relatórios finais referentes à implantação e consolidação do Núcleo, podemos concluir que esta ação pode ser analisada em três períodos. O primeiro, se caracteriza pela implantação do núcleo, constituição da equipe de trabalho, estabelecimento de um espaço de referência, levantamento do número de pessoas com deficiência presente na escola, divulgação das ações junto à comunidade interna e externa. O segundo, é marcado pela consolidação das propostas de trabalho, do estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, oferecimento de capacitação na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada). O terceiro, pela expansão das atividades desenvolvidas pelo núcleo, para outros campi do IFAM, na capital e no interior do estado. Como parte desta ação, foi oferecido o curso de aperfeiçoamento em Educação Especial, a produção de materiais didáticos e paradidáticos adaptados, criação de um grupo de pesquisa e o estabelecimento de um Ciclo de Palestras, para o debate de assuntos relacionados à diversidade e à deficiência.

A Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação do Brasil, divulgaram em 6 de junho de 2007, no Diário

Oficial da União, a relação das instituições de ensino superior contempladas no edital nº 3, de 26 de abril de 2007. Ao todo, 38 IFE receberam recursos financeiros para atender suas propostas de trabalho. Destas, 7 eram Centros Federais de Educação Tecnologia, dentre elas estava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, com o valor aprovado de R\$ 77.000,00.

De acordo com o projeto, em 2007, quando da implantação do Projeto Curupira, o IFAM ainda estava na condição de CEFET-AM (Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas), criado pela Lei Federal nº 8.948 de 1994, e que lhe dava autonomia para atuar com o ensino superior. Nesta época, o sistema CEFET-AM, era constituído apenas pela unidade sede (antiga Escola Técnica de Manaus) e duas unidades descentralizadas, uma localizada no Distrito Industrial de Manaus, conhecida como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED-MANAUS), e a outra situada no Município de Coari, interior do Amazonas, UNED-COARI.

Ao ter autonomia para oferecer ensino superior, oportunizou ao CEFET, participar do Programa INCLUIR e, por consequência, receber recursos para a implantação do seu núcleo de acessibilidade. Assim, ao ter sua proposta de trabalho aprovada no edital nº 03 de abril de 2007, o CEFET-AM, passa efetivamente, a oferecer um atendimento diferenciado, às pessoas com deficiência presentes em seu espaço de aprendizagem.

A partir do imaginário amazônico, é escolhido o nome Curupira, para denominar o núcleo. De acordo com o projeto original, Curupira é um deus, com os pés voltados para trás, que habita a floresta e protege os seres presente nela. Assim, este mito lendário, foi tomado como símbolo, para representar as ações inclusivas do CEFET-AM, já que o mesmo localizado em plena floresta amazônica, acolhe uma clientela necessitada de apoio e proteção, ou seja, pessoas com e sem deficiência.

Para atender o objetivo principal do projeto, que era a implantação do núcleo, foi inaugurado um espaço, com acessibilidade arquitetônica, para abrigar a coordenação executiva. A referida sala, foi denominada “Espaço Curupira”, e tinha como objetivo reunir as ações inclusivas, fossem programas ou projetos, desenvolvidos pela comunidade do CEFET-AM. Logo em seguida, teve início o trabalho de sensibilização, divulgação e materialização das principais metas e ações. Listamos a seguir, algumas dessas atividades:

- Palestras sobre o tema Educação Especial - 300 participantes;
- Mesa redonda sobre as Políticas Públicas em Educação e Trabalho para Pessoas com Deficiências: 450 participantes;
- Reuniões com entidades representativas de PNEE: ADEFA (Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas), ADVAM (Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas), ASMAM (Associação dos Surdos e Mudos do Amazonas), AAPPNE (Associação dos Amigos e Pais das Pessoas com Necessidades Especiais);
- Parcerias: Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Superintendência Regional do Trabalho, Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas, Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas, Associação dos Deficientes Auditivos do Amazonas, Escola de Educação Especial para alunos com deficiência visual “Joana Rodrigues”, Federação de Esportes Paraolímpicos do Estado do Amazonas, e com o Instituto de Pesquisa Sérgio Cardoso representado pelo Engenheiro Manuel Cardoso, líder do grupo de pesquisa que desenvolveu o projeto do Mouse Ocular;
- Criação do Grupo de Estudos formado por alunos de licenciaturas e coordenado pelo Psicólogo e professor Marcelo Augusto Zacarias;
- Formação do Grupo de Dança constituído por pessoas com deficiências e coordenado pelo professor Jose Gomes Nogueira;
- Diagnóstico infra-estrutural das dependências do CEFET-AM, realizado por alunos do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios e coordenado pela Prof. MSc Liliane Brito de Melo. Projeto este associado ao programa de iniciação científica - PIBIC;
- Projeto de Comunicação e Sinalização Visual das dependências do CEFET-AM: Desenvolvido por alunos do Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária, e coordenado pelo Prof. MSc Dalmir de Souza Pacheco;
- Formação do grupo de voluntários para apoio nas atividades técnico-científicas com envolvimento de pessoas com deficiências;
- Realização do Curso de LIBRAS Avançado com carga horária de 60 horas/aula; 30 servidores e alunos em formação.
- Atendimentos a comunidade interna e externa na sala do Projeto Curupira entre março e maio de 2008: 40 pessoas atendidas (IFAM, 2007, p. 5-6).

A segunda edição do Projeto Curupira, com ações previstas para 2009 e parte de 2010, teve como objetivo principal, a consolidação do núcleo de acessibilidade, e os atos voltados para a educação inclusiva. Sua aprovação aconteceu no Edital nº 05 de julho de 2009, juntamente com outras 39 instituições de ensino superior, em todo o Brasil.

Conforme o projeto (IFAM, 2009, p. 3), o princípio norteador deste momento, foi o direito de todos à educação, bem como do respeito à diversidade. Logo, o entendimento de educação inclusiva, sai de uma visão reducionista, para uma ampla forma de viver e conviver com a heterogeneidade, comum aos seres humanos, mas esquecido em momentos de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Para uma definição dos caminhos a serem seguidos, foi estabelecido os campos de atuação, quanto à acessibilidade. Assim, foram eleitas como foco de

ação, a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal, para serem trabalhadas no cotidiano da escola. De acordo com o Relatório de Estudos, Projetos e Pesquisas Realizadas pelo IFAM (IFAM, 2014, p. 6), estão assim esquematizadas:

Figura 2
Desenho Metodológico das acessibilidades abordadas pelo Projeto Curupira/IFAM



Fonte: IFAM, 2014.

As metas e os resultados esperados, concernentes a esta edição, estão voltadas a atender os campos referentes à acessibilidade e, por conseguinte à prática de uma educação inclusiva nesta IFE. Portanto, elas somam um total de 7, a saber: 1. Divulgar da produção científica; 2. Inserir a Educação Inclusiva nos projetos pedagógicos; 3. Divulgar a legislação que assegura a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior; 4. Trabalhar a Educação Inclusiva como tema transversal; 5. Aprimorar o uso da Tecnologia Assistiva (TA); 6. Eliminar as barreiras arquitetônicas; 7. Trabalhar a subjetividade. Conforme IFAM (2009, p. 10), a articulação dessas metas permitiria ao projeto, ao seu final, atingir “uma parcela de da comunidade do CEFET-AM, aproximadamente 1500 pessoas, constituída de servidores e alunos, bem como professores e alunos de outras instituições”.

Como instrumento de avaliação e monitoramento das ações previstas, o projeto se valia da elaboração de relatórios, o quantitativo de pessoas com

deficiência atingidas pelos cursos FIC, artigos produzidos por seus membros ou sobre o projeto, produção de material didático, realização de eventos científicos e, o impacto provocado junto a comunidade do CEFET-AM.

Ao consultar os dados do projeto, verificamos que no ano de 2008, existiam oficialmente, 18 pessoas com deficiência matriculadas, nos cursos oferecidos por esta instituição, conforme quadro abaixo:

Tabela 2
Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no CEFET-AM

ANO	Deficiência visual (DV)	10
	Deficiência auditiva (DA)	03
2008	Deficiência física (DF)	05
	Deficiência mental (DM)	-
Total		18

Fonte: IFAM (2009, p. 13).

Esta informação era relevante, na hora de pleitear os recursos financeiros do INCLUIR, pois só com a presença de pessoas com deficiência na escola, justificava a participação no edital. A proposta orçamentária, apresentada pelo CEFET-AM, dividia-se nas rubricas custeio e capital, perfazendo um total de R\$ 107.852,00. De acordo com a ação a ser contemplada, deveriam ser adquiridos equipamentos específicos para a acessibilidade, adequação arquitetônica, material didático acessível e formação para acessibilidade, dentre outros.

O terceiro momento do Projeto Curupira, se materializa com a aprovação da proposta de trabalho no Edital nº 08 de 2010, contemplado com o valor de R\$ 173.000,00, para financiar 2180 horas de atividades, dentre elas os cursos de capacitação profissional, para pessoas com deficiência e sem deficiência. E a estimativa, em atender 6000 pessoas, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC). Esta edição seria a última chamada por edital, e, que iria financiar as atividades até o ano de 2012.

Esta etapa do Curupira, toma como objetivo principal, a promoção de ações, que garantam o acesso, a permanência e o sucesso das pessoas com deficiência, em todas as unidades do IFAM. As bases que dariam suporte para materialização deste objetivo, se sustentavam no modelo da educação inclusiva, na promoção acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal. Como

podemos verificar, não muda nada em relação às edições anteriores, no entanto, a ênfase, está centrada na tomada dos aportes legais como suporte para a realização de suas atividades, como podemos constatar a seguir:

O Projeto Curupira-Incluir/2010 tem a seguinte fundamentação legal (incluindo o Instrumento Legal e sua instituição):
 Constituição Federal de 1988 – Educação Especial
 LEI 9.394/1996- Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 LEI 8.069/1990 – CAP IV – Estatuto da Criança e do Adolescente
 LEI 10.098/1994 – Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida
 LEI 10.436/2002 – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
 LEI 7.853/1989 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência
 LEI 10.845/2004 – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência
 DECRETO 914/1993 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
 DECRETO 5296/04 – Regulamenta as LEIS 10048 e 10098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade
 DECRETO 5626/05 – Regulamenta a LEI 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
 DECRETO – 6571/08 – Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado
 PORTARIA MEC 976/06 – Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do MEC conforme DECRETO 5296/04 (IFAM, 2010, p. 6).

A explicação para a adoção dos instrumentos legais como referência, se deve ao fato, de na grande parte das instituições e de seus atores, só assumirem a inclusão escolar de pessoas com deficiência, a partir da obrigatoriedade imposta pela Lei. De acordo com IFAM (2010, p.9), “os números do Ministério da Educação mostram que a inclusão está aumentando, passando dos 24,7% em 2002 para 46,4% em 2006”. Esses dados, nos mostram uma projeção do número de pessoas com deficiência, que a partir da garantia de seu direito à educação, necessita de um ambiente acessível em todas as modalidades de ensino. “A base do paradigma inclusivo é, portanto, a crença na sociedade para todos” (IFAM, 2010, p. 10).

Além de intensificar as ações, que permitissem o acesso das pessoas com deficiência no IFAM, o Projeto Curupira também promoveu atividades de sensibilização, orientação pedagógica, recreativas e de pesquisa. Esses objetivos dariam suporte para alcançar as metas de publicação acadêmica, promoção da Educação Inclusiva nos cursos de graduação, bem como o ensino de LIBRAS. Outras finalidades, seriam a realização de palestras, seminários e mesas-redondas, para debater e divulgar a legislação referente ao tema.

Destacamos os cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), que foram intensificados e “que têm como base a educação inclusiva integrada à educação especial. Os mesmos são realizados de forma presencial nos termos da Resolução CES-CNE 01/2001, com carga horária de 20 a 180 hora” (IFAM, 2010, p. 11-12). De acordo com o projeto aprovado, a metodologia desenvolvida com os cursistas, promove a discussão de problemas levando-os a entender seu papel de agente transformador de sua história. A avaliação é tomada como parte de um processo, permitindo a reflexão-ação-reflexão do conhecimento absorvido.

As atividades do Projeto Curupira comportam as três áreas de atuação desta IFE, pois oferecem capacitação profissional, desenvolve pesquisas na área de educação inclusiva e em parceria com outras instituições participa de atividades de extensão na capital (Manaus) e no interior (IFAM, 2010, p. 13).

Além dos cursos oferecidos preferencialmente para pessoas com deficiência, o Projeto Curupira também promoveu a formação de profissionais de diferentes áreas, com o tema da educação especial e da acessibilidade, bem como produziu material didático e paradidático adaptado. Estas iniciativas podem ser conhecidas na exposição dos outros projetos oriundos do Curupira, e que serviram para retroalimentar as atividades já em andamento. Vejamos algumas ações desenvolvidas ao longo da existência do projeto, e que servem de suporte, para suas ações cotidianas (IFAM, 2014).

Quanto as parcerias, elas foram celebradas com diferentes instituições, sejam governamentais ou não governamentais, mas que desenvolvam ou tem interesse em trabalhar com pessoas com deficiência. As ações conjuntas, são integradas por cursos, palestras, organização de eventos, assessoria, encaminhamentos para o trabalho, enfim todo tipo de cooperação possível. Listamos abaixo, os principais parceiros do Projeto Curupira:

- ADEFA (Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas);
- ADVAM (Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas)
- ASMAM (Associação dos Surdos e Mudos do Amazonas);
- UDEVIMA (União dos Deficientes Visuais de Manaus);
- Sistema “S” (SESC, SENAI);

- CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas);
- SEMASD (Secretaria Municipal de Assistência Social);
- SEPED (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência);
- Biblioteca Braille do Amazonas;
- CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola);
- Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Escola de Educação Especial para alunos com deficiência visual “Joana Rodrigues”;
- Federação de Esportes Paraolímpicos do Estado do Amazonas;
- Fillipe Smaldone (Escola para surdos);
- Secretaria Estadual de Educação;
- Superintendência Regional do Trabalho;
- SEDUC-AM (Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas)
- SEMED (Secretaria Municipal de Educação – Complexo Municipal André Vidal de Araújo);
- SINAIS.COM (Cotrelis – Consultoria, Tradução e Treinamento em Língua de Sinais);
- Empresas: (ESSILOR, MAKRO, HONDA, BICHO DA SEDA, ELCOTEC DA AMAZÔNIA, FOGÁS, BIC DA AMAZONIA, FUNDAÇÃO REDE AMAZÔNICA, MINERAÇÃO TABOCA e RIACHUELO).

Com o desenvolvimento de seu trabalho, as experiências foram sendo acumuladas, ao mesmo tempo em que os integrantes do projeto, começaram a desenvolver pesquisas, escrever artigos e a participar de eventos científicos. A necessidade em sistematizar essas atividades acadêmicas, provocou a criação de um grupo de pesquisa denominado: Grupo Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Cidadania. Algumas das produções, desse grupo, estão listadas a seguir:

- *Projeto Curupira: Acessibilidade e Educação Inclusiva no CEFET-AM.* Apresentado na 2ª SAAMA em Manaus, 2008.

- *Deficiência, Educação e Trabalho: Legitimando a acessibilidade na Amazônia*. Apresentado no IV Congresso Brasileiro de Educação Especial em São Carlos, 2010.
- *Deficiência e Comunicação: uma análise do Ciclo de Palestra nas atividades de Educação Especial no IFAM*. Apresentado no III Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnologia Inclusiva, Brasília, 2012.
- *Projeto Curupira e a Educação Inclusiva*, artigo publicado na 3ª edição da “Revista Destinos: Olhares além da fachada”, com o tema “Acessibilidade e Deficiência”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Marketing, Tecnologia e Ecologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ISSN 2179-5592.
- *Formação de educadores na Amazônia: Práticas em educação especial*, artigo apresentado no III Encontro Amazônico de Psicopedagogia e I Encontro Internacional de Psicopedagogia, realizado em Manaus-AM, no período de 14 a 16 de Agosto de 2013.
- *Gestão pública, deficiência e visibilidade social*, artigo apresentado no II Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, realizado em Brasília-DF, no dia 26 a 29 de Agosto de 2013.
- *Projeto Curupira: Experiência em educação inclusiva no Norte do Brasil*, artigo apresentado no XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, realizado em Braga- Portugal, entre os dias 11 a 13 de setembro de 2013.
- *Gestão Educacional no Norte do Brasil: Formação em Educação Especial para professores do ensino básico*, artigo aceito e apresentado no Congresso Internacional da ANEIS (Associação Nacional para Estudo e a Intervenção na Sobredotação), a ser realizado em Porto- Portugal, no período de 21 a 25 de Novembro de 2013.
- *Facebook: Canal de Investigação Científica*, artigo aceito e apresentado no IV Encontro Nacional das Licenciaturas e III Seminário Nacional do PIBID, realizado em Uberaba-MG, no período de 03 a 06 de Dezembro de 2013.
- *Projeto Arumã e Formação de Professores: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Amazonas*, artigo submetido e apresentado no II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII

Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, a ser realizado em Águas de Lindoia-SP, no período de 7 a 9 de Abril de 2014.

- *Audiodescrição, temas transversais e pedagogia histórico-crítica: Caminhos para uma prática inclusiva*, artigo apresentado no 3º Seminário Nacional de Inclusão Digital, a ser realizado em Passo Fundo-RS, no período de 28 a 30 de Abril de 2014.

O Projeto Curupira também realizou inúmeros eventos de sensibilização e informação, a respeito da temática da deficiência. As atividades concentraram-se, tanto em nível local, em Manaus-AM, como tiveram alcance regional. Assim, foram realizados o 1º Seminário Regional Norte de EPCT e 2º Encontro Regional Norte de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais-divulgação das ações do Programa TECNEP; Seminário sobre Políticas Públicas em Educação e Trabalho para Pessoas com Deficiências; Seminário Educação, Tecnologia e PNEEs; 2º Seminário de Sensibilização sobre Acessibilidade de Tema: Tecnologia Assistiva, realizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPED) e o Núcleo de Acessibilidade do Instituto Federal do Amazonas (PROJETO CURUPIRA/ IFAM); Seminário Acessibilidade e Cidadania e o Seminário Eficiência. O projeto também foi apresentado e representado fora de Manaus e do Estado do Amazonas:

- *Jornada Pedagógica de Presidente Figueiredo*, realizado em Presidente Figueiredo-AM, no dia 28 de Fevereiro de 2013.
- *Fórum de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social da Pessoa Deficiente e VIII Simpósio Paraense de Paralisia Cerebral*, realizado em Belém-PA, no dia 09 de Maio de 2013.
- *Seminário do Livro Branco de Tecnologia Assistiva: Desafios e Propostas*, realizado em São Paulo-SP, nos dias 10 e 11 de Junho de 2013.
- *Diversidade e Inclusão na Rede Federal de Educação Profissional*, realizado em Brasília-DF, nos dias 16, 17 e 18 de Julho de 2013.
- *Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva*, realizado em Brasília-DF, no período de 26 a 29 de Agosto de 2013.

- *Seminário de Educação Inclusiva, realizado em Inconfidentes-MG, no período de 3 a 5 de Outubro de 2013.*
- *Fórum Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Amazonas, realizado em Manaus-AM, nos dias 17 e 18 de Outubro de 2013.*
- *Seminário de Diversidade, Inclusão e Políticas de Assistência Estudantil, realizado em Salvador-BA (IFBA), no período de 06 a 08 de Novembro de 2013.*

Mensalmente, são programados discussões e debates, a respeito de temas variados. Essa iniciativa é denominada de Ciclo de Palestra, com o envolvimento de profissionais, que abordam assuntos que atinjam um grupo diversificado como estudantes, pais, professores, assistentes sociais, operadores do direito. Vejamos alguns temas: “Acesso da Pessoa Surda ao Mercado de Trabalho”. Palestrante: Marcelo Lemos – Projeto Surdo Cidadão de Santa Catarina. Total de participantes: 60 pessoas; “Mulheres Inteligentes, Atitudes Saudáveis”. Palestrantes: Psic. Nelma Romano e Claucione Izel. Total de participantes: 60 pessoas; “Televisão Acessível: E agora como fazer?”. Palestrantes: Jornalistas Fabiana Ferreira e Jamile Galvão. Total de participantes: 144 pessoas; “Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior: Um estudo de caso na UFSCar”. Palestrante: Profa. Elaine Guerreiro. Total de participantes: 64 pessoas; “Análise da acessibilidade urbana em Manaus: um olhar sobre a criação de espaços acessíveis para PCDs”. Palestrante: Psic. Cristina Carneiro. Participantes: 72 participantes.

De acordo com o Relatório de Estudos, Projetos e Pesquisas (IFAM, 2014) realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em relação à pessoa com deficiência, existem outros projetos que surgiram a partir da implantação do Curupira e, que constitui uma tríade de atividades, que se complementam e se retroalimentam, proporcionando um círculo virtuoso de ações inclusivas, e que se faz necessário conhecer, a partir de uma breve descrição, sobre cada um deles.

3.3.1 Projeto Arumã¹⁸ – Curso de Educação Especial

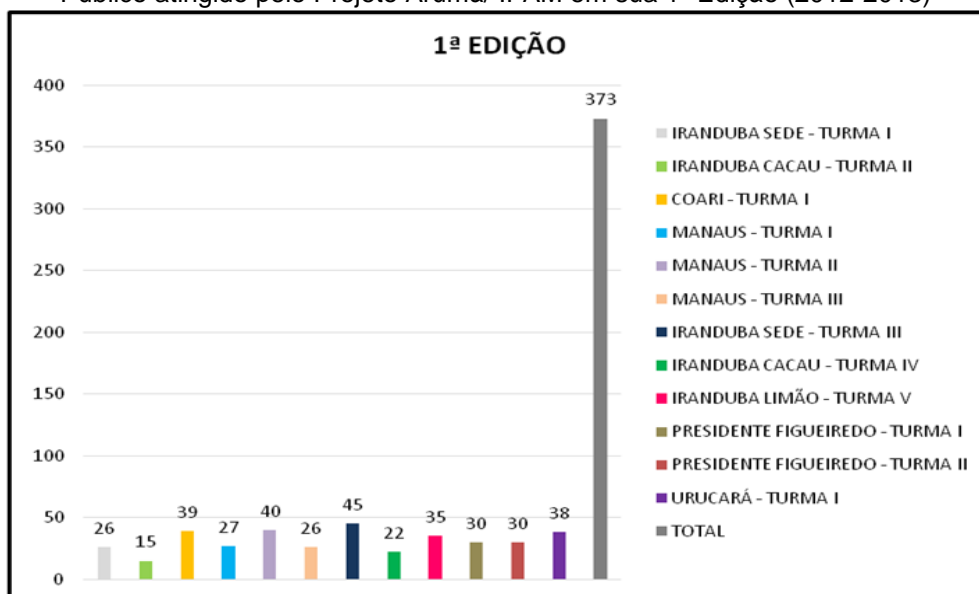
O Curso de Educação Especial, denominado Arumã, oferecido pelo Instituto Federal do Amazonas, surgiu da necessidade em habilitar profissionais de diferentes áreas, particularmente os professores da educação básica, “em práticas e estratégias de adequação ao processo de ensino e aprendizagem nas classes comuns, para o atendimento a Pessoas com Deficiência” (IFAM, 2013, p.14). Durante a capacitação, o cursista toma conhecimento, do contexto atual da temática em questão, produz tecnologia assistiva de baixo custo, conhece a acessibilidade comunicacional (Libras, Braile, Soroban, software de voz), bem como orientação e mobilidade.

O referido projeto, é uma ação promovida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC e implementada pelo IFAM, a partir de 2012. É um curso de 180 horas, subdividido em 5 módulos, com uma meta física de atender 300 professores. Preferencialmente, a ação foi realizada nos municípios do interior do Amazonas, em parceria com as prefeituras municipais. Dentre os municípios que manifestaram interesse, estão Coari, Iranduba, Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Urucará. O IFAM mantém ao longo de sua história, uma postura da prática inclusiva, através do acesso ao ensino. Assim, promove “ações afirmativas que permitam a capacitação de professores da Educação Básica, do Estado do Amazonas, em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (IFAM, 2014, p. 15).

Até o momento desta pesquisa, já tinham sido realizadas 3 edições, deste curso de formação de professores, com números expressivos na 1ª e 2ª, conforme gráficos abaixo. A última edição, ou seja, a terceira, não foi possível captar os números, pois a mesma ainda estava em andamento (IFAM, 2014).

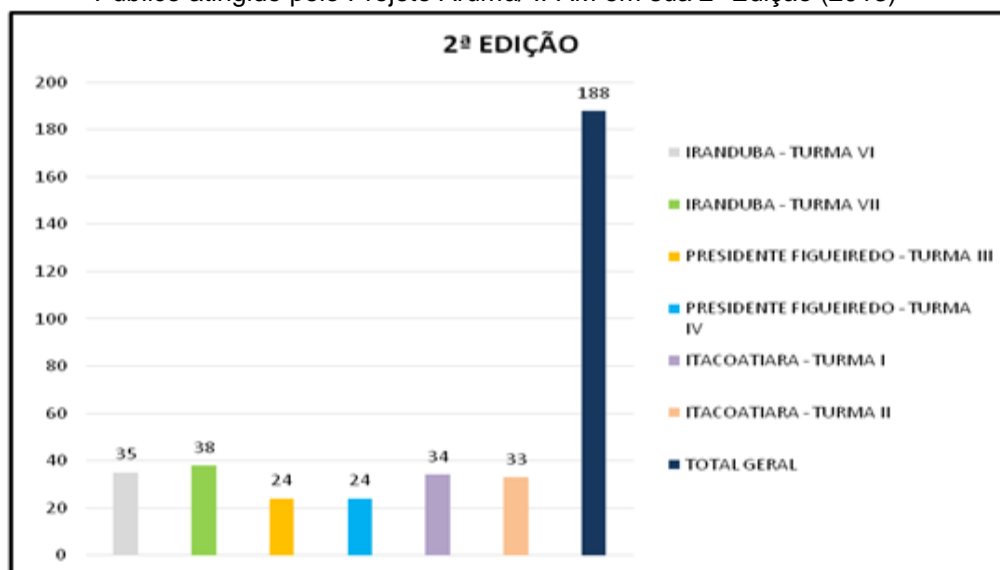
¹⁸ Arumã: Fibra sofisticada para cestaria, famosa por seus grafismos peculiares. A cestaria de arumã é uma forma de arte milenar, ensinada aos homens baniwas pelos seus heróis criadores e cujos grafismos foram inscritos pelos antepassados nas pedras, em forma de petroglifos, para que nunca fossem esquecidos. Para os Baniwas, indígenas do Amazonas, fazer arte de arumã é condição da pessoa plenamente cultural (IFAM, 2014, p. 14).

Gráfico 2
Público atingido pelo Projeto Arumã/ IFAM em sua 1ª Edição (2012-2013)



Fonte: IFAM, 2014.

Gráfico 3
Público atingido pelo Projeto Arumã/ IFAM em sua 2ª Edição (2013)



Fonte: IFAM, 2014.

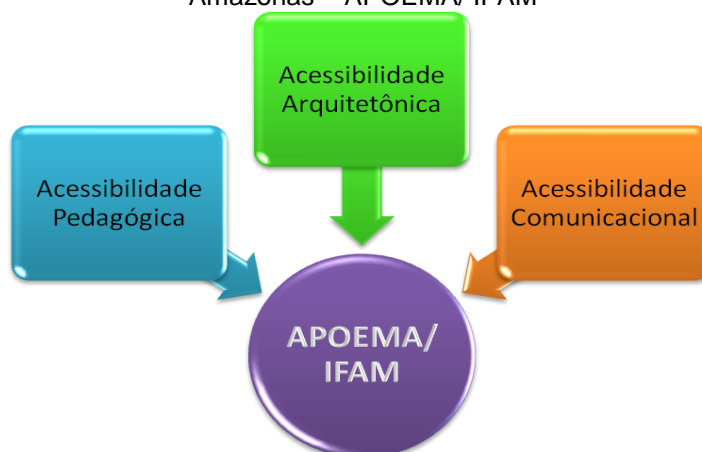
3.3.2 Projeto Apoema¹⁹ – Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM

O Projeto Apoema, é o outro elo, do ciclo de acessibilidade desenvolvido pelo IFAM, sendo representado pelo Núcleo de Tecnologia Assistiva. Implantado em 2010, conforme o documento básico, o núcleo oferece “melhores condições para a

¹⁹ APOEMA – Vem da língua Tupi, que significa “Ver ao Longe” (IFAM, 2013, p. 23).

continuidade de nossas ações, bem como a ampliação de novas pesquisas, tanto quantitativas quanto qualitativas, de cunho exploratório e/ou experimental” (IFAM, 2014, p. 23). O referido projeto, está estruturado para desenvolver pesquisas, serviços e produtos, de acordo com três das modalidades de acessibilidade: Pedagógica, Arquitetônica e Comunicacional, conforme esquema abaixo.

Figura 3
Estruturação do Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas – APOEMA/ IFAM



Fonte: IFAM (2014, p. 23).

O Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM foi criado através da Portaria nº 65, de 6 de julho de 2012, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e faz parte da Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva. Conforme Diário Oficial nº 131, de segunda-feira, 9 de julho de 2012 (IFAM, 2012), de acordo com a ordem de classificação, o Instituto Federal do Amazonas, foi o único contemplado da rede federal, sendo as outras instituições formadas pelas universidades federais e estaduais.

O IFAM será responsável pela implantação do Núcleo de Tecnologia Assistiva cujo gerenciamento caberá ao Projeto Curupira que trata da promoção de acesso ao ensino e sensibilização para o estabelecimento de práticas de Educação Inclusiva (IFAM, 2012, p. 5).

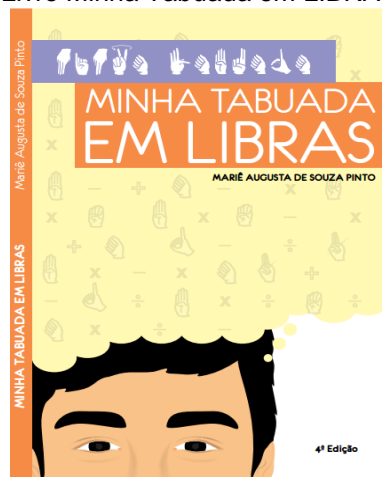
De acordo com o projeto básico, dentre as metas estabelecidas, estão a produção de material didático e o desenvolvimento de estratégias para facilitação do uso de Tecnologia Assistiva (TA). Como resultado, espera-se o aprimoramento do

processo ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, bem como estimular o desenvolvimento de novos trabalhos acadêmicos. Os produtos didáticos e paradidáticos são os que mais se destacam, pois acabam servindo de suporte, para as diversas atividades de capacitação, oferecidas pelo IFAM. Desta forma, o que se verifica, é uma interação entre as diferentes ações inclusivas realizadas, pois os três projetos dialogam entre si, solidificando a prática da acessibilidade.

Já são vários os produtos desenvolvidos pelo APOEMA, destacando-se os de cunho didático, que visam atender a acessibilidade pedagógica, em sala de aula, servindo a professores e alunos. O diferencial, desses produtos, está na acessibilidade oferecidas pelos mesmos, como Libras, Braile e Áudio, vejamos alguns:

Minha Tabuada em Libras - em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), visa atender a pessoa surda, no ambiente de aprendizagem. Foi a primeira obra paradidática do APOEMA, tem como autora a professora Mariê Augusta de Souza Pinto, oriunda do município de Parintins.

Figura 4
Livro Minha Tabuada em LIBRAS



Fonte: IFAM, 2014.

Negrinho e Solimões - primeiro livro da Coleção Curupira de Literatura Inclusiva. A obra se apresenta em Língua de Sinais, Escrita de Sinais (*sign writing*) e Língua Portuguesa. Desta forma, cumpre a essência da prática inclusiva, quando disponibiliza diversas formas de acessibilidade comunicacional. A autora é Tatyana Monteiro, pessoa surda, com formação em LIBRAS e professora da Universidade Federal do Amazonas. O livro é destinado a crianças e adolescentes.

Figura 5
Livro Paradidático Negrinho e Solimões



Fonte: IFAM, 2014.

Superdicas de Bolso - tem o propósito de subsidiar o ato de lidar, abordar e conviver com a pessoa com deficiência. Em face da carência de informação e formação no trato com a pessoa com deficiência, este livro de bolso, se apresenta procedimentos claros e objetivos, que possam facilitar o dia a dia com alguém com mobilidade reduzida, ou alguma dificuldade sensorial.

Figura 6
Cartilha Superdicas de Bolso: Como lidar, abordar e conviver com a pessoa com deficiência

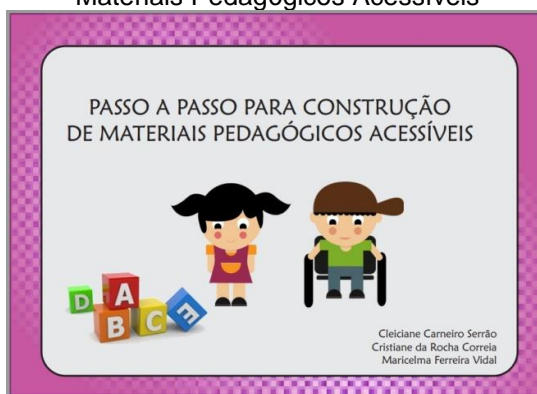


Fonte: IFAM, 2014.

Passo A Passo para Construção de Materiais Pedagógicos Acessíveis - voltado para profissionais, pais e sociedade em geral, podendo auxiliar no processo de confecção de materiais adaptados. A obra objetiva oferecer alternativas simples e de baixo custo, no momento de construir objetos de aprendizagem, seja na escola,

em casa ou outros ambientes que tenham estudantes com deficiência. As autoras são pedagogas, da rede pública de ensino, e tem histórico de trabalho com alunos com deficiência

Figura 7
Manual Passo a Passo para Construção de
Materiais Pedagógicos Acessíveis



Fonte: IFAM, 2014.

De acordo com IFAM (2013), no que se refere à Acessibilidade Comunicacional, foi desenvolvido um paradidático de audiodescrição, com objetivo de auxiliar o aluno com deficiência em sala de aula. Tema ainda pouco discutido, mas que se apresenta de grande relevância na hora de se trabalhar materiais audiovisuais.

Audiodescrição, primeiros passos em sala de aula, é um livro que nasce com o propósito de ampliar o uso da tecnologia assistiva no ambiente educacional. Nesse sentido, procurará, ao longo de toda a sua construção textual, dialogar sobre o recurso da audiodescrição, com todos os sujeitos da comunidade escolar, especialmente com os educadores, de modo que eles possam ver as possibilidades inclusivas dessa ferramenta no seu dia a dia (IFAM, 2014, p. 29).

O livro tem como autoras, a professora Maria Lucia Tinoco Pacheco, formada em Língua Portuguesa e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, além das jornalistas Fabiana Ferreira da Silva e Jamille Galvão Sampaio.

Figura 8
Livro de Audiodescrição: Primeiros passos
na sala de aula



Fonte: IFAM, 2014.

Além da produção de materiais didáticos acessíveis, o Projeto Curupira promove um Ciclo de Palestra, que mensalmente aborda temas ligados às pessoas com deficiência. Organiza eventos científicos como seminários, colóquios, encontros e outros de igual valor. Mantém um Grupo Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão e Cidadania. Por fim, participa de eventos nacionais e internacionais, com apresentação de trabalhos científicos realizados pelos alunos de graduação, sob a orientação dos professores integrantes do projeto.

Após essa digressão, necessária em virtude de sua importância como suporte para as ações do Curupira, retornamos para o que o projeto faz desde sua implantação, ou seja, a capacitação profissional de pessoas com deficiência. Capacitação essa, que tem como princípio, transferir autonomia e empoderamento a quem participa, já que são disponibilizadas, as condições de acessibilidade necessárias para o aluno, com ou sem deficiência, obter uma boa formação, e que possa ingressar no mercado de trabalho.

O leque de cursos oferecidos pelo projeto, é de grande monta, o que exige uma atenção redobrada de seus membros, pois não são recusadas nenhum tipo de inscrição, e todos, independentemente do tipo de deficiência, são aceitos nas atividades propostas. Desta feita, existe um diagnóstico preliminar, para saber quantas pessoas com deficiência estão inscritas, com quais tipos de deficiência e do

que necessitam para participar dos cursos. Dependendo dessa avaliação, são oferecidos interpretes de LIBRAS, selecionados e instalados os programas de voz nos computadores, bem como, aulas gravadas e apostilas produzidas com fontes adequadas. Além disso, todos os instrutores ou professores, são preparados antecipadamente, para poder ingressar nas salas de aula.

Em virtude da variedade de cursos ofertados, dentre eles: Braille e Soroban, Auxiliar Administrativo, Mecânica Básica, Informática (Básico, Intermediário e Avançado), Soldagem, Auxiliar de Almoarifado, Logística, Eletricidade Básica, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Básico, Intermediário, Avançado) e Aperfeiçoamento em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Elegemos para um estudo, aqueles que são mais procurados, e sobre os quais nos debruçaremos, em uma caracterização mais apurada, e que em nosso entendimento, podem refletir, em parte, as particularidades dos demais.

Os cursos de Telesserviços, Informática, Administração e Técnicas Administrativas, estiveram presente na grade de cursos do projeto, desde os primeiros anos, sendo desta forma, os que serviram de parâmetro na condução dos procedimentos a serem adotados no geral. Itens como metodologia, avaliação, materiais didáticos adaptados, professores e assistentes preparados, começaram a fazer parte de um longo protocolo de procedimentos mais adequados. Além disso, a preocupação com a acessibilidade, tornou-se parte de um conjunto de demandas a serem atendidas.

Em busca de conhecermos as propriedades de cada curso, bem como do público alvo, formado em parte por pessoas com deficiência, definimos alguns itens a serem destacados neste estudo. Assim, apresentamos dados referentes a variáveis como sexo, faixa etária, escolaridade e deficiência, dos alunos que participaram dos cursos promovidos pelo projeto, no período que compreende os anos de 2008-2012. A metodologia está baseada em uma abordagem quantitativa, utilizando dados oriundos do projeto, levando em consideração todas as informações pertinentes, restringindo ao universo de 511 pessoas com deficiência, atendidas pelo projeto (MARCONI, 1991).

A seguir, listamos todos os cursos, promovidos pelo Projeto Curupira, no período de 2008 a 2012.

Tabela 3 Cursos ofertados em 2008

2008	CURSOS
	Espanhol Instrumental Físicos/Visuais Turma II
	Libras Básico Sinais.com - Turma Cefet
	Libras Básico
	Oficina de Braille II
	Oficina de Libras I
	Oficina de Libras II
	Oficina de Sorobã
	Oficina de Xadrez
	Telesserviço - Auditivos Turma - I
	Telesserviço - Físicos Turma - I
	Telesserviço - Físicos/Visuais Turma - I
	Telesserviço - Visuais Turma - I

Fonte: Projeto Curupira, 2014

Tabela 4 - Cursos ofertados em 2009

2009	CURSOS
	Educação para o Trânsito
	Eletrônica Básica
	Espanhol Instrumental - Turma I
	Espanhol Instrumental - Turma II
	Informática Básica Mixta
	Informática Básica/Auditivo - André Vidal
	Informática Básica/Auditivos
	Informática Básica/Física
	Informática Básica/Intelectual
	Informática Básica/Visual
	Inglês Instrumental - Turma I
	Inglês Instrumental - Turma II
	Libras Básico
	Libras Básico - ESSILOR
	Libras Básico Sinais.com - Manhã
	Libras Básico Sinais.com - Noite
	Libras Básico Sinais.com - Tarde
	Libras Intermediário
	Oficina de Cuidadores
	Técnicas Administrativas

Fonte: Projeto Curupira, 2014.

Tabela 5 - Cursos ofertados em 2010

2010	CURSOS
	Eletrônica Básica
	Informática Básica - I
	Informática Básica - André Vidal
	Informática Básica - II
	Libras Básico
	Libras Intermediário
	Metrologia Básica
	Técnicas Administrativas

Fonte: Projeto Curupira, 2014.

Tabela 6 - Cursos ofertados em 2011

2011	CURSOS
	Aprender a Empreender
	Artesanato
	Assistente Administrativo
	Braille e Sorobã
	Espanhol para Surdos
	Informática Básica – Manhã
	Informática Básica – Noite
	Informática Intermediária - Tarde
	Inglês Básico
	Libras Básico - IFAM Maués
	Libras Básico - IFAM ZL
	Libras Básico – Iranduba
	Libras Básico – Manaus
	Libras Básico – Manaus

Fonte: Projeto Curupira, 2014.

Tabela 7 - Cursos ofertados em 2012

2012	CURSOS
	Assistente Administrativo
	Auxiliar de Estoque
	Chefia e Liderança
	Desenvolvimento de Equipes Eficazes
	Informática Avançada - Tarde
	Informática Básica - Noite
	Informática Básica - Tarde
	Informática Intermediária - Manhã
	Inglês Básico
	Libras Avançado - Manaus
	Libras Básico – Manaus
	Libras Básico - IFAM Maués
	Libras Básico – SEJUS
	Libras Intermediário - Manaus
	Libras Intermediário - IFAM Maués
	Programa 8's
Relações Interpessoais - SEJUS	
Resiliência	

Fonte: Projeto Curupira, 2014.

Curso de Telesserviços

De acordo com (IFAM, 2014), o curso de Telesserviços previa a capacitação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – PNEE, residentes na cidade de Manaus, transferindo a formação adequada, em práticas necessárias para integrar o mercado de trabalho. Em linhas gerais, o referido curso, teve como objetivo formar profissionais com capacidades para atuar no atendimento de pessoas com solicitações de informações sobre serviços, produtos e venda.

Neste primeiro curso, ainda se fazia a indicação do tipo de deficiência a ser atendida, como física e visual, procedimento que mudou nas ações posteriores, quando os cursos oferecidos, já não indicava o tipo de deficiência a ser aceita. Daí em diante, o princípio pregado pelo paradigma inclusivo, de uma educação para todos, passou a ser adotado. O grau de escolaridade sugerida para os participantes, era o ensino fundamental, com idade mínima de 14 anos.

Com uma carga horária de 80 horas, o curso foi dividido em dois módulos presenciais, correspondendo a atividades em sala de aula, pesquisa individuais e

em grupo, seminários, aulas de informática e visitas técnicas. O período de execução, se estendeu de maio a outubro de 2008, três vezes por semana, no turno matutino. Foi adotada uma metodologia centrada na Resolução de Problemas e tendo um caráter investigativo, “no qual o processo ensino-aprendizagem deu-se numa ação dialógica, possibilitando ao professor o papel de mediador do processo de construção do conhecimento numa perspectiva sistêmica e interativa” (IFAM, 2014, p.15). A seguir faremos uma breve análise, das particularidades referentes aos participantes deste curso, o que nos mostrará o perfil dos alunos. Para tanto, tomaremos como parâmetro, as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade e deficiência, conforme tabelas abaixo.

Tabela 8 – Telesserviços - 2008

Ano/ Curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2008 / TELESSERVIÇOS	SEXO		
	-Feminino	61	51%
	-Masculino	58	49%
	FAIXA ETÁRIA		
16-25	42	35%	
ESCOLARIDADE			
Ensino Fund.	63	53%	
DEFICIENCIA			
- Física	56	47%	
- Visual	57	48%	

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Iniciamos pela variável sexo, onde podemos observar que o as mulheres aparecem em 51% dos participantes, em relação a 49% dos homens. A faixa etária entre 16-25 equivale a 35%, em destaque, por ser a de maior incidência, por isso à destacamos nesta amostra. Estes percentuais mostram que a maioria dos cursistas está em busca de outras formações profissionais, pois se encontram fora do mercado de trabalho por falta de qualificação. Quanto a escolaridade, 53% tem o ensino fundamental, o que confirma a dificuldade em conseguir uma colocação no mercado de trabalho, pois as empresas só contratam a partir do ensino médio. Como o curso restringia a participação a todas as deficiências, esta variável vem neste resultado, com as deficiências visual com 48% e física com 47% dos presentes.

Conforme relato dos responsáveis pelo projeto, este curso foi a primeira experiência com um número muito elevado de pessoas com deficiência, em uma sala de aula. No início, pouco se sabia, em termos de recursos metodológicos e didáticos, para ser aplicados com alunos com deficiência. Assim como, pouca informação se tinha em termos de recursos de tecnologia assistiva e formação de profissionais, para trabalhar com este público. Por isso, restringiu-se o atendimento ao público com deficiência visual e física. A constatação é de que, esta ação serviu como um experimento para as atividades seguintes, quando o leque de cursos aumentou, e junto, o atendimento foi estendido as demais deficiências, inclusive o público sem deficiência.

Curso de Informática

O curso de Informática é oferecido em três níveis: básico, intermediário e avançado. O período de análise se estende no período de 2009 a 2012, abrangendo um total de 255 alunos certificados. Na tabela a baixo, destacamos a variável deficiência, pois neste curso, todos os tipos foram contemplados, bem como o grau de escolaridade, que apresenta um equilíbrio. A Informática foi oferecida, a partir da grande procura, por parte dos cursistas, de outro tipo de qualificação que os tirasse do setor de produção, e os levasse ao setor administrativo.

Tabela 9 - Informática básica - 2009

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2009 / INFORMATICA BASICA	SEXO		
	-Feminino	33	37%
	-Masculino	57	63%
	FAIXA ETÁRIA		
	16-25	36	40%
ESCOLARIDADE			
Ensino Médio	36	40%	
Ens. Fundamental	36	40%	
DEFICIENCIA			
- Auditiva	42	47%	
- Física	19	21%	
- Intelectual	18	20%	
- Visual	11	12%	

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

No ano de 2009 o curso de informática agora desmembrado do Telesserviços, inicia com os homens com 63% e as mulheres com 37% dos participantes. O projeto apresenta como resultado, que a faixa etária dos 16-25 anos foram os que mais participaram com 40. A variável escolaridade aparece neste extrato com ensino fundamental e médio empatados com 40% dos participantes. No aspecto da deficiência, este resultado mostra a larga vantagem para os deficientes auditivos com 47%, Físicos 21%, Intelectual 20% e Visual 12%. Mesmo com grande destaque para a deficiência auditiva, o que chama a atenção, é o grande percentual de Intelectuais. Conforme informações do projeto, os deficientes Intelectuais, na sua grande maioria eram leves, alguns tomavam remédio controlado, e outros eram acompanhados por familiares.

Tabela 10 - Informática básica - 2010

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2010 / INFORMATICA BASICA	SEXO		
	-Feminino	09	20%
	-Masculino	34	80%
	FAIXA ETÁRIA		
	- 16-25	15	36%
	- 26-35	15	36%
	ESCOLARIDADE		
	- Ens.Fund.	24	56%
	DEFICIENCIA		
	- Física	15	35%
- Visual	09	20%	
- Auditiva	19	44%	

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014

Nesta variável de informática, ano de 2010, o sexo masculino tem uma adesão de 80% dos participantes, contra 20% do sexo feminino. Isso indica um aumento em relação ao ano de 2009. Em relação a faixa etária, nota-se uma igualdade nos percentuais dos intervalos de 16 a 25 e 26 a 35 anos. Desde o início do projeto, a escolaridade tem o ensino fundamental como destaque, aqui esse número chega 56% dos participantes, demonstrando o nível preocupante de pessoas com deficiência e sua baixa escolaridade. A análise deste resultado, apresenta a forte participação dos deficientes auditivos com 44%, os físicos representam 35% e visuais 20%.

Tabela 11 - Informática básica e intermediária - 2011

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2011 / INFORMÁTICA BÁSICA E INTERMEDIÁRIA	SEXO -Feminino -Masculino	11 27	29% 71%
	FAIXA ETÁRIA - 36-45	10	28%
	ESCOLARIDADE Ensino Médio	20	54%
	DEFICIÊNCIA - Física - Intelectual - Visual	12 16 10	34% 42% 24%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Os números referentes a essa amostra são muito semelhantes ao ano anterior, os homens com 71% das participações contra 29% das mulheres. Esta grande disparidade, entre homens e mulheres participantes dos cursos, nos chamou a atenção, no entanto não encontramos um motivo mais claro, o que pode ser alvo de pesquisas posteriores. O ensino médio se destaca nesta análise com 54% dos alunos participantes, o que é um diferencial em relação ao ano anterior. Os deficientes intelectuais representam a maioria nessa amostra, ou seja, 42%, os físicos 34% e visuais 24%.

Tabela 12 - Informática básica, avançada e intermediária - 2012

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2012 / INFORMÁTICA BÁSICA, AVANÇADA E INTERMEDIÁRIA	SEXO - Feminino - Masculino	42 42	50% 50%
	FAIXA ETÁRIA - 36-45	29	34%
	ESCOLARIDADE - Ensino Médio	40	48%
	DEFICIÊNCIA - Física - Auditiva - Intelectual - Visual	22 19 19 24	26% 23% 23% 28%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Os dados referentes a essa tabela, reúne as informações dos três níveis do curso de informática, ofertado pelo Projeto Curupira no ano de 2012. Para esse estrato, apresenta um empate em participações por parte dos homens e mulheres, com 50% de cada. Com isso, há a quebra do ritmo de prevalência de um ou de outro, anteriormente verificado. A faixa 36-45 anos com 34%, representa um fato novo, pois nos anos anteriores esse estrato era mais baixo. Como nos últimos anos, o ensino médio, prevalece em relação aos outros níveis de escolaridade, agora representado por 48% dos participantes. Quanto a deficiência há um pequeno equilíbrio entre os integrantes do curso, com ligeira vantagem para os deficientes visuais com 28% e físicos com 26%. Vale ressaltar que esse equilíbrio entre as deficiências, se deve aos recursos disponibilizados pelo projeto, como leitores de tela, interpretes, apostilas adaptadas, áudio das aulas, laboratório de informática, preferencialmente destinado aos alunos com deficiência.

Curso de Técnicas Administrativas e Assistente Administrativo

O Curso de Técnicas Administrativas e Assistente Administrativo, foram ofertados em parceria com SESI Amazonas e o CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas), atingindo um número de 137 alunos certificados, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Tabela 13 - Técnicas Administrativas - 2009

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2009 / TEC. ADMINIST.	SEXO -Feminino -Masculino	18 25	41% 59%
	FAIXA ETÁRIA - 36-45	26	60%
	ESCOLARIDADE - Ensino Médio	18	41%
	DEFICIENCIA - Física - Auditiva	27 16	61% 39%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Esta tabela, do ano de 2009, nos apresenta o sexo masculino com 59% dos participantes, enquanto o sexo feminino ocupa 41% das vagas preenchidas. A faixa etária preponderante está no intervalo de 35-46, ou 60% dos alunos. No caso da variável, escolaridade, predomina o ensino médio com 41% das participações. Considerando os impactos sociais existentes, os percentuais revelam que os deficientes físicos representam 61% neste curso, com os deficientes auditivo vindo em segundo, com 39%.

Tabela 14 - Técnicas Administrativas - 2010

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2010 / TEC. ADMINIST.	SEXO - Feminino - Masculino	15 22	40% 60%
	FAIXA ETÁRIA - 16-25 - 26-35	13 13	36% 36%
	ESCOLARIDADE - Ensino Médio - Ens. Fund.	16 16	44% 44%
	DEFICIENCIA - Física - Visual	12 15	32% 40%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Neste ano de 2010, em termos relativos, os homens aparecem com 60% contrapondo-se às mulheres com 40%. A análise dos dados, mostra que há empate nas faixas etárias de 16-25 e 26-35, com 36%. A mesma situação se repete em relação a escolaridade, havendo uma igualdade nos níveis fundamental e médio, ou seja, 44% dos participantes. Já em relação as deficiências, o destaque está para a visual e a física com 40% e 32% respectivamente.

Tabela 15 - Assistente Administrativo - 2011

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2011 / ASSIST. ADMINIST.	SEXO - Feminino - Masculino	15 13	54% 46%
	FAIXA ETÁRIA - 16-25 - 36-45	09 07	33% 27%
	ESCOLARIDADE - Ensino Médio - Ens. Fund.	08 13	30% 46%
	DEFICIENCIA - Física - Visual	06 13	25% 48%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Depois de uma vantagem por parte dos homens no transcorrer dos outros cursos, esta mostra indica um aumento na participação das mulheres, com 54%, contra 46% dos homens. Pela alta nas participações das mulheres, os índices nas faixas etárias, também se mostram alterados, como na faixa 16-25 com 33% e de 36-45 com 27%. Com o aumento da participação das mulheres, fica evidenciado o aumento nas escolaridades, ensino fundamental 46%, ensino médio 30%. Nesta análise, aparece um número grande de deficientes visuais, com 48% dos participantes; na sequência, aparecem os deficientes físicos com 25%.

Tabela 16 - Assistente Administrativo - 2012

Ano / curso	Variável	Quantitativo Alunos	Percentual
2012 / ASSIST ADMINIST.	SEXO		
	- Feminino	17	58%
	- Masculino	12	42%
	FAIXA ETÁRIA		
	- 16-25	11	39%
	- 26-35	09	32%
	ESCOLARIDADE		
	- Ensino Médio	14	51%
DEFICIENCIA			
- Física	13	46%	
- Auditiva	12	42%	

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Continuando o desempenho do ano anterior, as mulheres aparecem com 58% contra 42% dos homens em participação, no curso Assistente Administrativo. O resultado mostra que há uma predominância entre as faixas 16-25 com 39% e 26-35 com 32% dos participantes. Os alunos com o ensino médio representam 51%. Neste período, aparece a deficiência física com 46% e auditiva com 42%. Isso mostra que, no universo dos alunos, a concentração acontece entre deficientes físicos e auditivos, mostrados ao longo de toda esta análise.

Ao longo do período de 2008 à 2012, as atividades de formação do Projeto Curupira foram de larga escala, principalmente em relação a capacitação profissional das pessoas com deficiência. E, justamente por isso, realizamos um recorte quanto aos cursos a serem analisados, que optou-se por estes acima citados, ou seja, Telesserviços, Informática e Assistente Administrativo. Os números são expressivos, e demonstram o grau de alcance ao mercado de trabalho, promovido as pessoas com deficiência, quando participam dos cursos ofertados pelo projeto. A seguir,

apresentamos de forma compactada, os dados significativos de 511 pessoas certificadas.

Tabela 17 – Evolução geral dos cursos entre 2008 a 2012

Curso/Ano	Quant. Alunos	% equivalente
Telesserviços /2008		
2008	119	23%
Informática/2009-2012		
2009	90	19%
2010	43	9%
2011	38	8%
2012	84	17%
Tec. Admin./2009-2012		
2009	43	9%
2010	37	6%
2011	28	4%
2012	29	5%
TOTAL GERAL	511	100%

Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Ao tomarmos como referência, os cursos analisados, é possível traçar um perfil, dos discentes que são qualificados pelo Projeto Curupira. Os dados resumem as informações obtidas no banco de dados do projeto, e que servem de referência para o planejamento das ações e a formatação dos cursos oferecidos. A partir de então, são definidos os recursos materiais a ser utilizada, a metodologia, o tipo de avaliação, se precisa de interprete, bem como a utilização dos programas de voz. Outra preocupação é com a preparação dos professores para atuarem de forma coordenada com as outras necessidades. Até porque, as turmas são constituídas, de forma diversa, ou seja, pessoas com diferentes deficiências e pessoas sem deficiência, o que no início provocava certa insegurança nos formadores, que foi desaparecendo com o passar do tempo.

Em linhas gerais, o período estudo, de 2008 a 2012, mostra uma maior incidência do sexo masculino em comparação ao sexo feminino; Quanto à variável faixa etária, encontramos o intervalo de 16-25 anos, com maior percentual entre os alunos; Já à variável escolaridade, mostra que grande parte possui o ensino

fundamental; No que se refere a deficiência, existe uma alternância entre, auditiva, visual e física; e por fim, a variável zona de moradia, que não teve destaque nas tabelas apresentadas, mas que pode ser encontrada no banco de dados do projeto, apresenta as zonas Leste e Norte, da cidade de Manaus, como as que concentram a maioria dos cursistas. Este último item se mostra interessante, quando observamos, que essas duas áreas, são as mais afastadas do centro comercial da cidade, e é responsável, em grande parte, pela evasão de alguns alunos, em virtude da dificuldade de acesso ao transporte.

Ao tomarmos como referência os dados do IBGE (2010), em relação às variáveis que caracterizam os cursos tomados com parâmetro, encontramos números diferenciados em alguns itens e outros aproximados. Em relação ao percentual de deficiência por sexo, verificamos que os dados do IBGE mostram que 26,5% são mulheres, enquanto os homens representam 21,2%. Ao nos concentrarmos na idade, constatamos que o intervalo de 15-64 apresenta um maior percentual de pessoas com deficiência, ou como afirma o estudo, “os dados do censo mostram que a deficiência atinge as pessoas em qualquer idade, algumas pessoas nascem com ela, outras adquirem ao longo da vida” (IBGE, 2010, p. 10). A variável escolaridade nos diz que as pessoas com deficiência apresentam taxas de alfabetização menores que o restante da população. Esses números podem ser verificados quando vemos que 61,1% não têm instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto, 14,2% possuem fundamental completo e médio incompleto, 17,7% tem médio completo e superior incompleto e 6,7% possuem o superior completo.

Os cursistas do projeto Curupira apresentam um perfil, em que a grande maioria encontra-se no intervalo de idade entre 16 a 35 anos, com escolaridade concentrada na entre ensino fundamental e médio, sendo a deficiência auditiva e física a de maior incidência. Um dos itens que chama a atenção é o fato da grande maioria dos alunos se concentrarem, em termos de moradia, nas Zonas Leste e Norte da cidade de Manaus, áreas consideradas periféricas. Este fator é determinante para a frequência as aulas, pois as dificuldades de acessibilidade aos meios de transportes impedem a permanência nos cursos.

Ao indagarmos sobre a preferência em relação a esses cursos, constatamos que os cursistas, conforme vão galgando um grau de instrução mais elevado, já não desejam permanecer em funções da área de produção, serviços gerais e afins. Pois

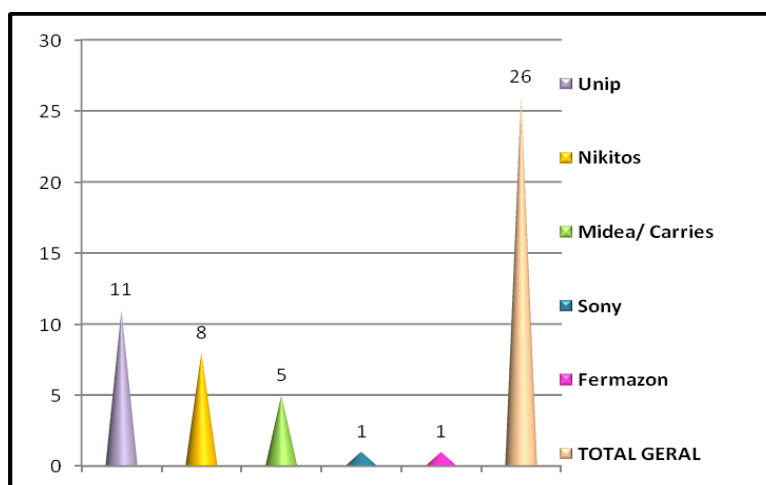
de acordo com as informações obtidas, parte deles são oriundos do Polo Industrial de Manaus, onde exerceram atividades rotineiras, e buscam qualificação para pleitearem vagas na área administrativa das empresas.

3.4 Encaminhamento para o Emprego

O Projeto Curupira, não tem entre seus objetivos, o encaminhamento dos seus alunos para o mercado de trabalho. Entende que, como parte integrante de um aparelho formador, como o IFAM, tem apenas a obrigação de oferecer a qualificação profissional, com recursos e serviços diferenciados, que lhe de condições de exercer com qualidade, suas atividades profissionais. No entanto, mesmo não tendo esse objetivo, as empresas de Manaus, já tem o projeto, como referência na hora de solicitar funcionários com deficiência capacitados. Até porque, existe um déficit muito grande no cumprimento das cotas estabelecidas por lei.

Desta feita, empresas do Polo Industrial de Manaus, da área de construção civil, comércio e serviço em geral, são as que mais solicitam pessoas com deficiência formadas pelo Curupira. Muitas recorrem, após firmarem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que as obrigam a cumprir a cota. Vejamos o gráfico abaixo, do ano de 2012:

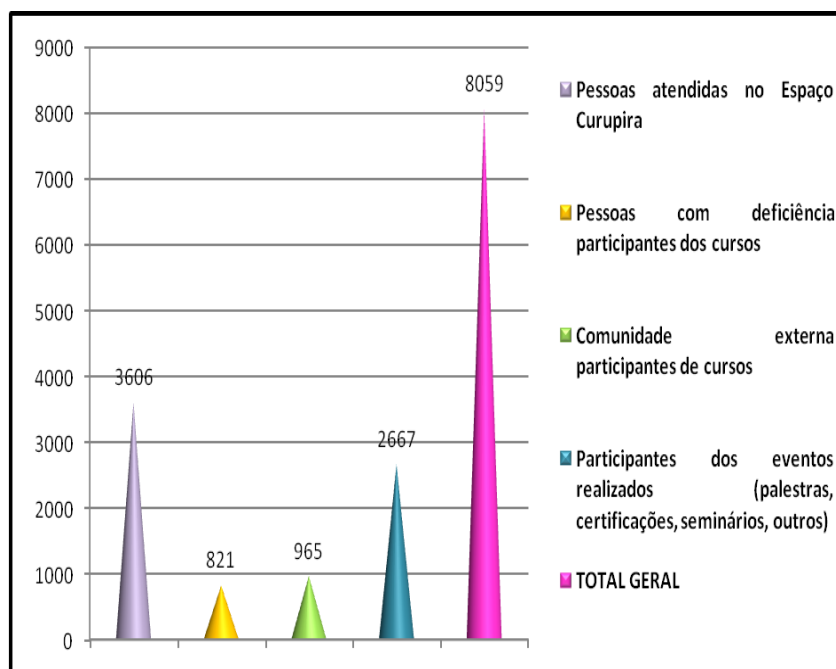
Gráfico 4
Pessoas com deficiência encaminhadas para o mercado de trabalho pelo Projeto Curupira/ IFAM no ano de 2012



Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

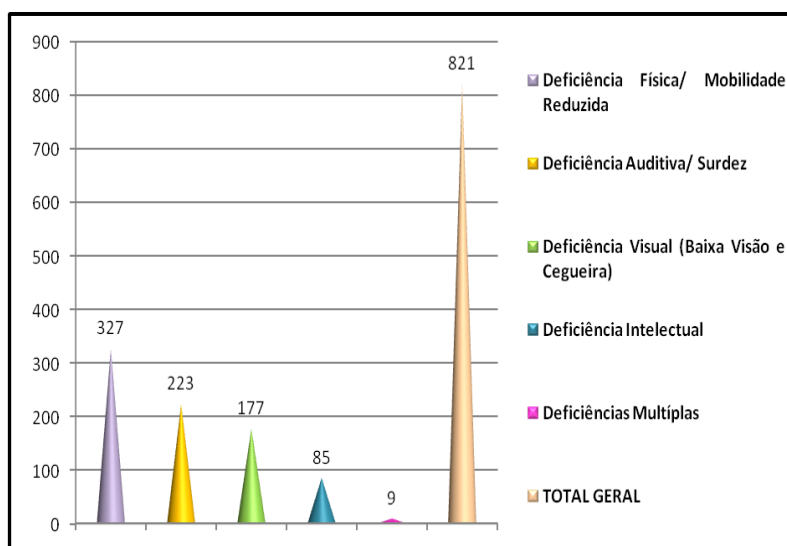
A título de ilustração apresentamos dois gráficos, que resumem o grau de alcance das ações desenvolvidas pelo Projeto Curupira. Pois, na verdade, suas atividades se tornaram parte integrante das atividades de extensão do IFAM, atingindo o público interno, como a comunidade do entorno, abrangendo um público de formação heterogênea, variando do ensino fundamental incompleto até o ensino superior. São oferecidos cursos em diferentes modalidades, como FIC profissionalizantes, aperfeiçoamento e especialização em educação especial. Paralelo a esses cursos, são realizadas palestras, seminários, oficinas e participações em eventos científicos, proporcionando um número significativo de pessoas alcançadas.

Gráfico 5
Público em geral alcançado pelo Projeto Curupira/ IFAM
(2008-2012)



Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

Gráfico 6
Pessoas com deficiência alcançadas pelo Projeto Curupira/
IFAM através dos cursos realizados no período de 2008-2012



Fonte: Base de dados do Projeto Curupira, 2014.

“Primeiro ignoram-te, depois riem de ti, depois atacam-te e no fim tu vences”
(MAHATMA GANDHI).

CONCLUSÃO

Quem convive ou conviveu com alguém com deficiência? Esta questão se impõe de modo claro e pertinente, quando iniciamos a última seção deste trabalho. Ao alertarmos, durante todo o estudo, para a condição de invisibilidade da pessoa com deficiência nas diferentes infratextura social, nos remetemos ao fato de que, não temos em nosso imaginário a figura deste sujeito. Isto decorre da ausência em nosso dia a dia, seja na escola, trabalho ou lazer, da presença das pessoas com deficiência. Sendo assim, indagamo-nos como é possível entender, compreender e conviver com alguém que não temos informações? Com exceção dos amigos, parentes e profissionais envolvidos com a causa, a maioria das pessoas não tem habilidades no trato e convivência com este grupo de pessoas.

Mas esta situação, como pudemos verificar no decorrer deste estudo, já foi mais grave. Hoje, com a adoção do paradigma inclusivo, novos tempos e situações se apresentam. Principalmente, quando a defesa dos direitos humanos, se mostra como bandeira de luta de vários seguimentos sociais. Este paradigma do direito, oportunizou as pessoas com deficiência, a condição de pertencimento. Ou seja, os direitos e deveres de todos, também se mostrou possível a essa parte do todo. Se sentindo, por direito, parte do todo, as pessoas com deficiência, familiares e instituições representativas, começaram a cobrar ações inclusivas, que garantissem o acesso aos serviços e atendimentos necessários a todos os cidadãos. Essa postura, amparada pelas leis, forçou os governos, em diversas partes do mundo, a criarem políticas públicas na área da assistência social, educação e trabalho.

Diante deste novo cenário, o direito de pertencimento, começou a fazer parte, das aspirações das pessoas com deficiência. É claro, que só a lei em si, não garante o acesso aos direitos inerentes aos seres humanos. O comportamento e a atitude diante da diversidade, também começou a fazer parte das reivindicações, pois de

nada interessa a disponibilização de recursos e serviços, se junto não estiverem a aceitação e o respeito.

Mesmo a despeito dos inúmeros reveses, marcados pelo preconceito e a discriminação, é notório constatar que existe uma revolução cultural em andamento, ou dito de outra forma, surge e urge uma cultura da acessibilidade possível, onde empoderamento e liberdade, sejam garantidas as pessoas com deficiência. E, esta revolução, traz como conteúdo, uma nova consciência diante da diversidade humana. E sendo a diversidade, o maior patrimônio da humanidade, torna-se o principal argumento para a luta em busca da igualdade de melhores condições na vida.

Assim posto, cada recurso de acessibilidade, as leis que são criadas e os esclarecimentos oportunos, proporcionam uma nova atmosfera de valorização das pessoas com deficiência. Se assim for, o paradigma inclusivo, se impõe naturalmente em relação às atitudes discriminatórias e preconceituosas, ditando o respeito como princípio, para uma convivência entre todos, em todos os lugares e momentos. Logo, Estado e sociedade em geral, são instados a pensar e planejar um ambiente acessível, onde o direito de ir e vir, seja a regra e não exceção.

Essas iniciativas, se materializam nas políticas públicas voltadas para esta parcela, tão significativa da sociedade. Tanto em dimensões maiores ou reduzidas, não se pode negar, que os avanços foram marcantes, e proporcionaram o acesso aos serviços, produtos e, principalmente ao que oportuniza e abre as portas para tudo isso, o acesso à escola e ao trabalho. Assim se justifica, o interesse em pesquisar as iniciativas governamentais, que facilitam o ingresso e permanência da pessoa com deficiência na sociedade em geral. E o Projeto Curupira, como parte de um programa oficial, se apresenta como instrumento de materialização dessas ações inclusivas, quando eleger trabalhar com a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal, que promova a visibilidade social, dessa parcela significativa da população brasileira.

Ao tomar conhecimento das atividades desenvolvidas por este projeto, vemos as inúmeras possibilidades de se fazer a inclusão social através da formação profissional, de modo simples e significativo. O objetivo em promover a acessibilidade, dentro do Instituto Federal de Educação do Amazonas, provocou mudanças e ações que extrapolaram os muros dessa instituição. Ao mesmo tempo que promovia mudanças internas, o projeto acabou servindo de referência para

atuações junto a universidades, secretarias do estado e município, associações representativas do segmento e outras instituições formadoras de mão de obra, como SESI, CETAM, SENAI. Vale ressaltar, também, as parcerias com as prefeituras do interior do estado, como Iranduba, Presidente Figueiredo, Urucará e Coari, na formação de professores da educação básica e profissionais em geral, em educação especial.

As produções pedagógicas merecem um destaque a parte, pois trazem em sua essência a acessibilidade para todos. As diversas obras se apoiam na tecnologia assistiva, para apresentar as produções em áudio (para pessoas cegas) e vídeo (em Libras), em um esforço conjunto de diferentes profissionais de educação artística, português, publicidade, pedagogos, sonoplasta, audiodescritores, interprete em Libras e ilustradores. Esta iniciativa se apresenta de grande relevância, quando constatamos a carência de obras didáticas e paradidáticas para crianças, adolescentes e jovens com deficiência.

A acessibilidade atitudinal é trabalhada em todos os momentos, nas aulas, nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores, na implantação de Libras na grade curricular das graduações, e nos Ciclos de Palestras realizados mensalmente e que trata dos mais diversos assuntos referentes à deficiência, seja na escola, no trabalho ou no ambiente familiar. Todos os anos, no dia 3 de dezembro, dia internacional da pessoa com deficiência, o projeto realiza “O dia da Eficiência”. Nesta oportunidade, são realizadas palestras, mesa redonda, exposição de banners, apresentação teatral, jogos, apresentação de vídeos, entre outros. O objetivo comum é promover o debate e a informação contra o preconceito e a discriminação.

Outra atividade desenvolvida com resultados expressivos são as pesquisas científicas. Para tanto, foi criado um grupo de estudo e um grupo de pesquisa, que oportuniza aos alunos e professores do IFAM desenvolverem trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações e teses, com a temática referente ao ensino e aprendizagem de alunos com deficiência. Os artigos são apresentados no Brasil e também no exterior, como Portugal e Espanha. Essas pesquisas servem de suporte para análise, avaliação e encaminhamentos das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

O Projeto Curupira é constituído por alunos, professores do IFAM, bem como, por voluntários e estagiários, de outras instituições de ensino da cidade de Manaus.

Suas ações são mantidas através dos programas governamentais, como TEC NEP (SETEC/MEC) e INCLUIR (SESU/MEC), ou ainda com a participação em editais e chamadas públicas. Os recursos são destinados a bolsas para alunos e professores, produção de materiais didáticos acessíveis, compra de equipamentos como software e programas de voz, recursos de audiodescrição, material como reglete, soroban, impressora em braile. Todas essas condições supridas proporcionam resultados exitosos, quanto ao atendimento do aluno com deficiência no ambiente de aprendizagem.

Por fim, o grande mérito do projeto, não parece ser, fazer o que tem feito, pois muitos já o fazem. O diferencial se apresenta no modo de fazer, pois além da questão estrutural e de equipamentos, está a atitude inclusiva. Para tanto, todas as atividades têm como princípio básico, o oferecimento da acessibilidade. Do atendimento diário, com a presença constante de interprete de Libras, até os recursos de audiodescrição, tudo só acontece, se todos os itens de acessibilidade estiverem a contento. Os materiais didáticos adaptados, os procedimentos metodológicos, a preparação dos professores, o tipo de avaliação individualizada, o acesso aos banheiros e sala de aula, tudo é pensado detalhada e antecipadamente. Tudo tem que acontecer, de forma simples e natural, com a corresponsabilidade de todos os envolvidos, em prol da transferência do empoderamento necessário, as pessoas alvo do projeto, e que precisa de uma vida autônoma, produtiva, cidadã.

TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Santos (2014, p. 20), “irrefutavelmente, a educação brasileira vive um intenso processo de transformação, motivado pela concepção da educação inclusiva, aqui, compreendida, muito além do acesso efetivado por meio da matrícula”. Mesmo a despeito das posições de descrédito, diante do efetivo processo de alunos com deficiência na escola, entendemos que esse, é um caminho sem volta. Os aportes legais, construídos ao longo de um passado recente, garantem o direito a estar, no entanto devemos buscar a garantia em participar. Neste novo cenário, as políticas públicas devem refletir os anseios da sociedade, uma sociedade progressista, e vê que a deficiência não é uma condição de invalidez ou doença.

O Brasil, ao ratificar a Conferencia Mundial dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006, através do Decreto Legislativo nº 186/2008, por força de emenda constitucional, se comprometeu em adotar seus princípios, e conseqüentemente, promover as alterações necessárias em sua legislação. Um dos compromissos assumidos foi transformar seus sistemas educacionais, em sistemas educacionais inclusivos. Para tanto, estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008; o Decreto nº 6571/2008; o Decreto nº 7611/2011; a Resolução CNE/CEB, nº 04/2009 e a Resolução CNE/CEB, 04/2010.

A construção dos sistemas educacionais inclusivos é um processo contínuo e permanente, que se fazem por meio da formação continuada de professores, gestores e demais membros da comunidade escolar, assim como, por meio da mudança de concepção da prática pedagógica e gestão escolar (SANTOS, 2014, p. 8).

Outros documentos oficiais, mais recentes, solidificaram esse processo de mudanças nos sistemas educacionais inclusivos. Citamos o Decreto nº 7084/2010,

que dispõe sobre os programas nacionais de materiais didáticos, e estabelece que o Ministério da Educação proveja a acessibilidade nos materiais didáticos destinados aos estudantes da educação especial, bem como aos professores. Decreto nº 7612/2011 – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que estabelece a promoção de políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência. A Lei nº 12.764/2012 cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista e veda a recusa de matrícula à pessoa com deficiência, além de instituir punição, a quem praticar este ato discriminatório.

As informações mais recentes do MEC/SECADI (BRASIL, 2014) apresentam dados promissores quanto ao aumento do ingresso de alunos com deficiência no sistema público de ensino. Com relação às matrículas, houve um crescimento de 150%, passando de 337.326 em 1998 para 843.342 em 2013. Quanto ao ingresso no ensino regular, constata-se um crescimento de 1.377%, passando de 43.923 estudantes em 1998 para 648.921 em 2013. A distribuição dessas matrículas em 1998, entre a rede pública e privada estava assim delineada, 53,2 % contra 46,8%. Em 2013, esse percentual passa para 79% de matrículas na rede pública, ou seja, um crescimento de 270%.

Em relação a matrículas por etapa de ensino, a educação infantil possui 7%, fundamental 73%, médio 6%, educação de jovens e adultos 13% e 1% na educação profissional e tecnológica. Quanto ao ensino superior, o censo de 2003 a 2012, diz que o número de estudantes passou 5.078 para 26.663. De todos os dados, o mais preocupante se refere à educação profissional, o que demonstra a necessidade na intensificação de ações inclusivas dentro desses estabelecimentos de ensino. Daí a relevância de projetos como o Curupira, no encaminhamento das atuações de cunho acessível, como as adaptações arquitetônicas, formação de professores e produção de materiais didáticos.

Para assegurar a intersetorialidade na implantação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça (BRASIL, 2014e, p. 13).

O jogo entre visibilidade e invisibilidade social, está associado ao contexto e ao pretexto intrínseco nas relações sociais. Cada momento da história humana, se caracteriza, por um conjunto de fatores infratexturais, como política, economia, educação e religião. Em comum na sociedade atual, associarmos a importância do indivíduo a sua função social, daí algumas pessoas, serem notadas ou solenemente ignoradas. Isto sempre aconteceu, e permanecera acontecendo, pois a condição econômica e política se impõem diante da condição de ser das pessoas. Logo, a sociedade, foi aceitando ou não as pessoas com deficiência, dependendo de seus atributos econômicos, intelectuais, ou até sobrenaturais. É inegável, que esse grupo de pessoas, já passou de tudo, para se fazer notado, incluso e valorizado.

E ao chegarmos ao século XXI, constatamos o esforço institucional, em adotar um novo modelo de ação, que centre seu olhar, no potencial inerente às pessoas com deficiência. O paradigma inclusivo se afasta da visão caritativa e médica, onde o indivíduo tinha que se adaptar ao ambiente, e transfere as limitações aos objetos, espaços e atitudes inacessíveis. Os tempos são outros, e o mundo é de todos, pois ao assegurar os direitos básicos de todos os seres humanos, as nações de todo mundo não podem mais admitir a existência de cidadãos menores ou maiores, piores e melhores. Se o ambiente, não é deficiente, e possui acessibilidade, então todos podem ir e vir, plenamente.

Entendemos que muito ainda falta a caminhar, em termos de inclusão social da pessoa com deficiência. Mas, mais longe já estivemos. Hoje, a discussão, já não é em torno, de que se deve ou não fazer, mas como vamos fazer melhor. As leis dão garantia de acessibilidade, de respeito e valorização, urge a necessidade, então, de acentuarmos esforços no enfrentamento dos setores e parcela da sociedade, que ainda insiste em dividir o mundo, entre os que têm direito e os que parecem ter direito. Atualmente, ainda se perde muito tempo, lutando pelas garantias do cumprimento das leis, em vez de efetuarmos ações concretas de acesso à escola, ao trabalho, ao lazer, enfim, a uma vida plena, produtiva e cidadã.

Ao chegarmos ao fim deste trabalho, vale lembrar a indagação inicial, ou seja, como a visibilidade da pessoa com deficiência passou a ser construída pelas políticas públicas em educação e trabalho, mesmo nascidas na estrutura de uma sociedade marcadamente competitiva e excludente? E a partir desse questionamento, entendemos que a busca e conquista da visibilidade social da pessoa com deficiência, tem sido oportunizada pelas políticas inclusivas. Da

condição de segregação, vivida nos primeiros tempos, passando pela integração, até chegarmos ao modelo inclusivo, muito se caminhou, e se caminhou significativamente, principalmente quando se envolve nesse processo, as pessoas com deficiência, agora, protagonistas de seu tempo e história.

É inegável o avanço, em termos de políticas sociais de acesso à escola e ao trabalho. O que se ouve, é que muito ainda falta a fazer, e concordamos em parte. Pois, devemos analisar que as forças políticas, ou de poder, não podem ser ignoradas, a despeito de entendermos o mundo de forma linear. Desta feita, a participação dos atores envolvidos com a temática, deve estar presente em todos os momentos de reivindicação e decisão. O alheamento não acrescenta muita coisa, pois transferimos nossas responsabilidades de cidadão, ou melhor, terceirizamos a luta pelos nossos direitos.

Assim, a participação das pessoas com deficiência nas lutas em prol da garantia de seus direitos, é de primordial importância. Só a frente de seus atos, ou do que lhe diz respeito, a sociedade em geral poderá conhecê-los e reconhecê-los, como donos de suas vidas, sonhos e destino. A tutela, seja da família ou das instituições, na maioria dos casos, já não combina com o novo sujeito empoderado e livre das barreiras ambientais. Ao abrigo das garantias como cidadão, o homem, independentemente de sua condição física ou sensorial, resgata o paradigma perdido, a natureza humana como essência da visibilidade social.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas**. Governo do Estado, 2008.

_____. **Constituição do Estado do Amazonas**. Governo do Estado, 2012.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. – Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. – 10^o ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AZEVEDO, Gustavo Mauricio Estevão de. **O Programa TEC NEP no CEFET-PE: da invisibilidade a visibilidade social dos cidadãos com necessidade educacionais especiais**. Dissertação (Mestrado). Orientado: Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – MPANE. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2007.

AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1991.

BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Avanços em política de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. – Porto Alegre: Mediação, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BENGALA LEGAL. Nada sobre nós, sem nós. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

BERMAN, Marshall (1940). **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**; Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (org.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política** / Tradução Marco Aurélio Nogueira. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69). – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Centro Federal de Educação Tecnológica. Portaria Nº 180- GDG/CEFET-AM/02, de 02 de abril de 2002.

_____. Centro Federal de Educação Tecnológica. Portaria Nº 01/2007/DEG/CEFET-AM, de 03 de agosto de 2007.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em julho de 2012d.

_____. Congresso Nacional Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em abril de 2014d.

_____. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 26 de jan 2014e.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006.** Organização Mundial de Saúde / Banco Mundial. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012a.

_____. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - 1994: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013a.

_____. Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais aprovada pela Resolução nº 2856 da Assembleia Geral da ONU em 20 e dezembro de 1971. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em fevereiro de 2013c.

_____. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em fevereiro de 2013d.

_____. Declaração Mundial sobre Educação. Aprovada pela conferência mundial sobre Educação para todos em Jomtien na Tailândia – 1990. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em fevereiro de 2013g.

_____. Declaração Universal dos Direitos do Homem – Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF: Senado Federal, 2014b.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 18, out. 2009b

_____. Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2014a.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em junho de 2014c.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013e.

_____. Lei 4.024/1961 – **Fixa as Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 20.11.2014e.

_____. Lei nº 8.069/1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. – 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. Lei nº 8.213, de 8 de janeiro de 1991. **Previdência Social**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 27, Abr., 2009a.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. – 2. Ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – Brasília-DF: MEC, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. PRADIME: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. – Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial de nº 555 de 05 de junho de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2013f.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012b.

_____. *World Health Organization, The World Bank / Relatório mundial sobre a deficiência*; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012c.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno de. DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. **Matrículas de Alunos Público-alvo da Educação Especial: Dados dos Censos Escolares**

entre 2008 e 2012. In VIII Encontro da Associação de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2013.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Introdução à educação física e ao esporte para pessoas portadoras de deficiência.** Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

CISZEWSKI, Ana Claudia Vieira de Oliveira. **O trabalho da pessoa portadora de deficiência.** – São Paulo: LTr, 2005.

Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Direção Geral da Saúde. Lisboa, 2004.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. **Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais.** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Curso de Psicologia. Campus Grande Florianópolis. Disponível em <http://www.scielo.org>. Acesso em 21 de julho de 2014.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. <http://www.aleam.gov.br>. Acesso em 27 de julho de 2012.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade.** – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social.** Editora: Globo, 2004.

COSTA, Gerline Maciel Almeida da. **Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE): ações para a inclusão em instituição de ensino profissional do estado de Pernambuco.** – Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Orientadora; Neiza de Lourdes Frederico Fumes. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / 005 - Dezembro 2000.

DENARI, Fátima Elisabeth. **Educação Especial: Textos e (con) textos.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos.** 2ª. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

ESTEVEZ NETO, Hildebrando. **Preconceito e contato intergrupal: um estudo dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades especiais.** Tese (Doutorado) – UFPB-IFMT. João Pessoa, 2014.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade.** – Rio de Janeiro: WVA – Ed.2004.

FAZENDA, Ivan (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa;** coordenação de edição Marina Baird Ferreira. – Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil.** São Paulo: Giz Editora, 2008.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **As condições dos trabalhadores com deficiência no Brasil.** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP. 2011. Em www.usp.br/aun/exibir.php?id=4309. Acesso em agosto de 2014.

FUKUYAMA, Francis. **As origens da ordem política: dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa;** tradução de Nivaldo Montigelli Jr. – Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

GAIO, Roberta. **Para além do corpo deficiente: histórias de vida.** Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2006.

GARCIA, Cristiane. (et. al). **Curso Semipresencial de Libras: Língua Brasileira de Sinais /** por Cristiane Garcia, Vanessa Bartolo e Simone Fontoura. – Manaus: Editora, Linha Verde Comunicação, Edição e Produção Ltda. 2009.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da Acessibilidade.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

GARCIA, R. M. C. **Reflexões teórico-metodológicas acerca das políticas para a Educação Especial no contexto educacional brasileiro.** Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 16, n. 27, p. 131-142, jan./jun.2007. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero27.pdf>. Acesso em: 25.06.2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade;** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIORDANO, Blanche Warzée. **(D) eficiência e trabalho: analisando suas representações**. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia / Coordenadora Ana Mercês Bahia Bock). – São Paulo: Cortez, 2010.

GRAY, John. **Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais**. Tradução: Maria Lucia de Oliveira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDFARB, Cibelle Linero. **Pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraeira Lopes Louro – 10. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 13ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOWLETT, Michael. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora** / Michael Howlett, M. Ramesh, Antony Perl; tradução técnica Francisco G. Heidemann. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IFAM, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório do Projeto Curupira 2007**.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório do Projeto Curupira 2009a**.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório do Projeto Curupira 2010**.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório do Projeto Curupira 2013**.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório do Projeto Apoema 2012**.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório de Estudos, Projetos e Pesquisas Realizadas no Âmbito da Pessoa com Deficiência pelo IFAM**. 2014

_____, **Projeto Curupira – Acessibilidade e inclusão. Alunos 2008-2012: estudo de frequência da base de dados**. Manaus, 2014.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. 2009b.

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Terceira Edição, 2001.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica** / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JÚNIOR, Edson Mendes. TOSTA, Estela Inês Leite. **50 Anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. SP: Autores Associados, 1999.

LANCILLOTTI, S.S.P. **Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção polêmicas do nosso tempo). 2003.

LIPPO, Humberto (org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012.

LYOTARD, Jean-Francois. **Das postmoderne Wissen**. Wien: Passagen, 1999.

LOMAN - Lei Orgânica do Município de Manaus.
http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_am_manaus.pdf.
Acesso em 27 de julho de 2012.

MACIEL, Carlos Alberto Batista (e outros). **Democracia e subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos**/In Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARCONI, M. A. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas [...]. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. – 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, Maria Almerinda de Souza (org.). **Educação e Política: o enfoque da diversidade, diferença e deficiência na Amazônia**. Editora Vitória. Manaus: 2014.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas Públicas**. – 6,ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: Histórias e Debates no Brasil**. In Cadernos de Pesquisa, n 117. p. 197-217, novembro/2002.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 5ª edição, Portugal: Publicações Europa – América, 1991.

_____, Edgar. Do original Introduction à la pensée complexe. Lisboa: Instituto Piaget. 2ª ed., 177 p. ISBN: 972-8245-82-3, Paris: ESF éditeur, 1990.

_____. **La Méthode 5. L'Humanité de l'humanité. L'Identité Humaine**. Paris, Seuil, 2001.

NASCIMENTO, Franclín Costa do. FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. SILVA, Neide Samico da. **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, J.N.G; ROMAGNOLI, R. C. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line, São Paulo,2006. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/mai6/6.pdf>. Acesso em: julho de 2014.

OMC - Organização Mundial de Saúde. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Tradução e Revisão: Amélia Leitão – Lisboa 2004.

PACHECO, Dalmir. **Trabalho, Educação e Tecnologia**. BK Editora. Manaus, 2008.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento Local**. – Orientador (a) Rosélia Peressé da Silva Piquet.

Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Cândido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. CASTRO, Adriano Monteiro de. (Orgs.). **Educação Especial: do querer ao fazer.** – São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, Gilson. **(IN) Visibilidade Social: o jogo dramático entre visibilidade e invisibilidade dos atores sociais.** Disponível em: <http://www.enapet.ufsc.br/anais>. Acessado em: 27 de maio de 2014.

SANCHES, Isabel. TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** in Revista Lusófona de Educação, nº 8, Lisboa: 2006.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, Jose Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 237-280.

SANTOS, Luzia Mara dos. MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Política Pública e a Prática no atendimento educacional Especializado na Educação Municipal de Manaus.** In Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. IX ANPED SUL, 2012.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. **Os desafios na construção de sistemas educacionais inclusivos (Artigo).** Projeto DIVERSA do Instituto Rodrigo Mendes, 2014.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____, Romeu Kasumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003.

_____, Romeu Kazumi. **Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão.** Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul. /ago. 2012, p. 14-16.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** – Petrópolis: Editora Vozes. 6ª edição. 2006.

SCHMID, Patrícia Cavalcante. **Sou especial e estou na escola, e agora?: educação inclusiva de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais** / Patrícia Cavalcante Schmid, Maria Alice Sigaud Machado Coelho, Luciane Pinto Ribeiro. – Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2008.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. 4ª. ed.– Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Christian Luiz da (org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Maria Hortência de Oliveira e. BURNIER, Frederika de Assis. FERREIRA, Graciele Fernandes. Legislação da educação especial no Brasil na década de 60. <http://www.ichs.ufop.br/>. Acesso em 24 de junho de 2014.

SOUZA, Carlos Henrique Gomes de. **Os desafios para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho formal nas empresas de grande porte do Pólo Industrial de Manaus/AM**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Orientador: Inez Terezinha Stampa. 2011.

SOUZA-SILVA, João Roberto. DIEGUES, Débora. CARVALHO, Sueli Galego de. **Trabalho e Deficiência: Reflexões sobre as dificuldades da inclusão social**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Marina Codó Andrade. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2010.

TELLO, Diana Carolina Valencia. **O início do Estado Moderno: uma análise de modelos de Estado e Culturas Políticas**. In OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 73-79 – jan./jun.2012.

ANEXOS

Anexo 1

Deficiência e Concepções históricas

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p>No começo da história, durante séculos.</p> <p>Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).</p>	<p>“os inválidos”.</p> <p>O termo significava “<u>indivíduos sem valor</u>”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.</p> <p>Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (<i>Diário Popular</i>, 21/4/76).</p>	<p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.</p> <p>Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (<i>Folha de S. Paulo</i>, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (<i>Isto É</i>, 7/7/99).</p>
<p>Século 20 até ± 1960.</p> <p>“Derivativo para incapacitados” (<i>Shopping News</i>, Coluna Radioamadorismo, 1973). “Escolas para crianças incapazes” (<i>Shopping News</i>, 13/12/64).</p>	<p>Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.</p> <p>“os incapacitados”.</p> <p>O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com capacidade residual</u>”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida.</p> <p>Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em <u>todos</u> os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
<p>De ± 1960 até ± 1980.</p> <p>“Crianças defeituosas na Grã-Bretanha tem educação especial” (<i>Shopping News</i>, 31/8/65).</p> <p>No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança <u>Defeituosa</u> – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente).</p> <p>Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos <u>Excepcionais</u> - APAE.</p>	<p>“os defeituosos”.</p> <p>O termo significava “<u>indivíduos com deformidade</u>” (principalmente física).</p> <p>“os deficientes”. Este termo significava “<u>indivíduos com deficiência</u>” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.</p> <p>“os excepcionais”. O termo significava “<u>indivíduos com deficiência mental</u>”.</p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.</p> <p>Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>

<p>De 1981 até ± 1987. Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das <u>Pessoas Deficientes</u>” ao ano de 1981. E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “<u>pessoas deficientes</u>”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>“pessoas deficientes”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”. A partir de 1981, <u>nunca mais se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</u></p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país. A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a <i>Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades</i>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p>De ± 1988 até ± 1993. Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>“pessoas portadoras de deficiência”. Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federais e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p>
<p>De ± 1990 até hoje. O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p>“pessoas com necessidades especiais”. O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. Daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>
<p>Mesma época acima Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.</p>	<p>“pessoas especiais”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.</p>	<p>O adjetivo “especial” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.</p>
<p>Em junho de 1994 A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.</p>	<p>“pessoas com deficiência” e Pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.</p>	<p>O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.</p>
<p>Em maio de 2002 O Frei Betto escreveu no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE.</p>	<p>“portadores de direitos especiais”. O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para</p>	<p>Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta. A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta</p>

<p>Alega o proponente que o substantivo “deficiente” e o adjetivo “deficiente” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade.</p> <p>O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.</p>	<p>designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.</p>	<p>problemas de uso:</p> <p>1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “Os <i>Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...</i>”, “A <i>Pode Maria de Souza manifestou-se a favor ...</i>”, “A <i>sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje ...</i>”</p> <p>2) Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”.</p> <p>Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como uma palavra deve ser grafada em caixa baixa com exceção da letra inicial.</p>
<p>De ± 1990 até hoje e além.</p> <p>A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência.</p> <p>A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.</p>	<p>“pessoas com deficiência”</p> <p>passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.</p>	<p>Os valores agregados às pessoas com deficiência são:</p> <p>1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um e</p> <p>2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.</p>

Fonte: Sasaki (2003).

Anexo 2

Termos e Deficiência

NÃO DIGA, NEM ESCREVA	DIGA OU ESCREVA
Incapacitado, deficiente, inválido Pessoa portadora de deficiência Pessoa portadora de necessidades especiais Pessoas especiais	Pessoa com Deficiência
As pessoas ditas deficientes	As pessoas com deficiência
Pessoas “ditas normais”	Pessoas não deficientes Pessoas sem deficiência
Aleijado, defeituoso, paralítico	Pessoa com deficiência física
Ela sofre paraplegia ou tetraplegia Ela tem paraplegia ou tetraplegia	O deficiente físico A pessoa com deficiência física
Pessoa presa, condenada a uma cadeira de rodas ou muletas Pessoa em cadeira de rodas	Pessoa que anda em cadeira de rodas ou muleta Pessoa que usa cadeira de rodas ou muletas
Mudinho, surdo-mudo	Pessoa muda Pessoa surda Pessoa com deficiência auditiva
Ceguinho	Pessoa cega Pessoa com deficiência visual
Bobinho, doentinho, doidinho, retardado Doença mental, retardado, retardado mental	Pessoa com deficiência intelectual Deficiente intelectual
Mongolóide, mongol	Pessoa com síndrome de Down
Ela teve paralisia O paralisado cerebral	Ela tem paralisia cerebral
Ela está com sequela	Ela tem sequela
Apesar de deficiente, ela é inteligente	Ela é deficiente e é inteligente
Ela é deficiente física, cega ou surda, mas não é retardada	Ela tem deficiência física, visual ou auditiva e não deficiência intelectual
Ela é retardada mental, mas é uma atleta excepcional	Ela tem deficiência intelectual e se destaca como atleta
Ela é cega, mas mora sozinha	Ela é cega e mora sozinha
Paralisia cerebral é uma doença	Paralisia cerebral é uma condição
O outro filho é normal	O outro filho não tem deficiência
A família carrega a cruz do filho	A família tem encargos adicionais pela deficiência do filho

Fonte: <http://www.inclusaotambememoda.com/2011/11/como-devemos-chamar-as-pessoa-com.html>. Acesso em 28 de setembro de 2013.

Anexo 3

Visão geral da CIF

Parte 1 – Funcionalidade e Incapacidade			Parte 2 – Fatores Contextuais	
Componentes	Funções e estruturas do corpo	Atividades e participação	Fatores Ambientais	Fatores Pessoais
Domínios	Funções do corpo Estruturas do corpo	Áreas vitais (tarefas, ações)	Influências externas sobre a funcionalidade e a incapacidade	Influências internas sobre a funcionalidade e a incapacidade
Construtos	Mudanças nas funções do corpo (fisiológicas) Mudanças nas estruturas do corpo (fisiológica)	Capacidade Execução de tarefas num ambiente padrão Desempenho/Execução de tarefas no ambiente habitual	Impacto facilitador ou limitador das características do mundo físico, social e atitudinal	Impacto dos atributos de uma pessoa
Aspectos Positivos	Integridade funcional e estrutural	Atividades Participação	Facilitadores	Não aplicáveis
	Funcionalidade			
Aspectos Negativos	Deficiência	Limitação de atividade Restrição da Participação	Barreiras	Não aplicáveis
	Incapacidade			